

NAYARA CRISTINA BUENO | LISLEI TERESINHA PREUSS

O TRABALHO DE
CUIDADO
NA PAUTA DAS
MARCHAS DE
MULHERES
NO BRASIL

TESES DE DESTAQUE - PPGCSA

 **Atena**
Editora
Ano 2023

NAYARA CRISTINA BUENO | LISLEI TERESINHA PREUSS

O TRABALHO DE
CUIDADO
NA PAUTA DAS
MARCHAS DE
MULHERES
NO BRASIL

TESES DE DESTAQUE - PPGCSA

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefeProf^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira**Editora executiva**

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Pivoesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O trabalho de cuidado na pauta das marchas de mulheres no Brasil

Diagramação: Ellen Addressa Kubisty
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: As autoras
Autoras: Nayara Cristina Bueno
 Lislei Teresinha Preuss

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
B928	<p>Bueno, Nayara Cristina O trabalho de cuidado na pauta das marchas de mulheres no Brasil / Nayara Cristina Bueno, Lislei Teresinha Preuss. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1700-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.002230509</p> <p>1. Emancipação da mulher. 2. Feminismo. I. Bueno, Nayara Cristina. II. Preuss, Lislei Teresinha. III. Título. CDD 305.42</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DAS AUTORAS

As autoras desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Dedico às Marias, às Margaridas, às Marielles, que lutam todos os dias contra o racismo, o sexismo, o capitalismo.

As suas, as nossas lutas, constroem dias melhores.

Agradeço imensamente a todas as pessoas que contribuíram para o meu processo de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialmente à minha orientadora, Profa. Dra. Lislei Teresinha Preuss, pelo conhecimento, afeto e reflexões.

Às professoras que participaram da banca de qualificação, Profa. Dra. Cassia Maria Carloto, Profa. Dra. Ana Paula Procopio, Profa. Dra. Silmara Carneiro e Silva e Profa. Dra. Dirceia Moreira, pelas contribuições e pelo direcionamento da tese.

À Marcha Mundial das Mulheres, à Marcha das Margaridas e à Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, especialmente às participantes da pesquisa, vocês tornaram possível este estudo.

Aos colegas do doutorado, pelo tempo e conhecimento compartilhado durante o processo, especialmente durante as disciplinas.

Às integrantes do grupo de pesquisa Mulheres e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina, especialmente à Profa. Dra. Cassia Maria Carloto, pela construção coletiva de conhecimento.

Aos integrantes do Núcleo de Pesquisa: Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UEPG, especialmente ao Prof. Dr. Nei, à Profa. Dra. Lislei, à Profa. Dra. Dirceia e à Profa. Dra. Marcia, pelos debates.

Às minhas colegas e amigas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, especialmente à Cris (inmemoriam), à Maria Fátima, à Solange e à Rosângela, pelo incentivo e apoio.

Às minhas amigas, especialmente à Polly e à Jessyka, pelos diálogos afetuosos e pelo convívio.

À minha rede de apoio formada por mulheres, especialmente à vó Rosangela, à bisã Laura, à tia Eliane, à Flávia, à tia Mara, à tia Jo, à bisã Celina, à vó Marli, pelo cuidado com o Joaquim.

Aos meus pais, por não medirem esforços para que eu pudesse estudar, especialmente à minha mãe pelo amor e dedicação.

Aos meus companheiros de jornada, Gustavo e Joaquim, vocês dão significado à minha vida, o nosso convívio diário me move.

O trabalho de cuidado tem sido, historicamente, atribuídos às mulheres, especialmente, às mulheres negras. Nesse processo, elas aprendem a “estarem sempre atentas às necessidades de outrem”. Em muitos momentos, a abdicar de suas próprias necessidades, seus desejos e projetos para estarem disponíveis para cuidar. A tomada de consciência de que o trabalho de cuidado é constituinte e reproduz as desigualdade de classe, raça, gênero na sociedade capitalista, parece um processo individual, mas é coletivo.

As mulheres na organização coletiva, principalmente, nos movimentos sociais, tem problematizado e buscado respostas da sociedade, do Estado e dos homens para o compartilhamento dos cuidados. Cuidar e ser cuidado é parte da sociabilidade humana, está presente em diferentes momentos de nossas vidas, mas são necessárias condições objetivas e subjetivas para que o cuidado se concretize enquanto um direito.

O livro “O trabalho de cuidado na pauta das marchas de mulheres no Brasil” apresenta como o debate do cuidado é realizado em três marchas de mulheres: a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas e a Marcha de Mulheres Negras, quais as concepções e os desafios presentes. Assim, pode subsidiar a construção de um Política Nacional de Cuidados, que considere as necessidades também de quem cuida.

Cuidar, não cuidar e autocuidado é um direito que está sendo construído nas lutas sociais e políticas das mulheres! Este livro realiza uma síntese do momento em que estamos desse processo.

A autora
Inverno de 2023.

AMNB	Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras
APP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
APNs	Agentes de Pastoral Negros
FMO	Coletivo Feminista Maria vai com as Outras
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CONAQ	Coordenação Nacional e Articulação de Quilombolas
CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FNMN	Fórum Nacional de Mulheres Negras
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer, “+” orientações sexuais ilimitadas
MEC	Ministério da Educação
MM	Marcha das Margaridas
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MMN	Marcha das Mulheres Negras
MMN/SP	Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento dos Sem Terra
ONGs	Organizações não Governamentais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
SOF	Sempre Viva Feminista
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SRQ	Sindicalista, Rural, Quilombola
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEGRO	União de Negros e Negras pela Igualdade

A aproximação com o tema de pesquisa – o trabalho de cuidado doméstico-familiar na pauta das marchas de mulheres no Brasil – ocorreu no contexto da pandemia da Covid-19¹ que afetou a todas as pessoas, mas com intensidade e maneiras diferentes, devido às desigualdades sociais, especialmente de classe/raça/gênero. Enquanto mulher, latina, mãe, esposa, trabalhadora, estudante, ativista, em trabalho remoto durante os anos de 2020 e 2021, o contexto me marcou profundamente, mesmo tendo vários privilégios, de ser branca, de ter trabalho estável, de ter rede de apoio, de ter casa, entre outros acessos que deveriam ser direito de todas as pessoas.

Por outro lado, o ativismo político pelos direitos humanos, especialmente das mulheres, sempre foi algo presente na minha vida acadêmica e pessoal. As escolhas de ser assistente social de formação e professora universitária demonstram que o caminho trilhado sempre foi aquele voltado a fortalecer e apoiar as lutas sociais. Ao buscar mostrar como as mulheres constroem a pauta do cuidado no contexto atual brasileiro quero contribuir com a produção científica na sua função social de produzir conhecimento para e com as mulheres, fortalecendo a luta social.

A discussão política sobre o tema do cuidado existe há bastante tempo, pois desde o século XIX as feministas socialistas afirmam que se trata de um trabalho e não apenas de uma manifestação de amor, ajuda ou solidariedade. Contudo, a sua teorização é recente, especialmente, a partir dos anos 1960, o tema entra na academia vinculado, primeiro, ao debate do trabalho doméstico, para depois ser demonstrado na sua particularidade (CARRASCO, 2011).

O trabalho de cuidado refere-se às atividades realizadas no cotidiano pelas mulheres e indispensáveis à reprodução da vida. O cuidado com grupos dependentes devido a questões de ciclo de vida (crianças, idosos), deficiências (permanente ou provisória) e de saúde, mas também a homens adultos (para que disponibilizem tempo e dedicação exclusiva para o trabalho remunerado) tem estado em destaque, mas amplia-se com as análises da interdependência, em que todas as pessoas dependem do cuidado, ou cuidam, em vários momentos de suas vidas, e esse processo é atravessado pelas desigualdades sociais de classe, raça/etnia, gênero (CARRASCO; BORDERÍAS; TORNS, 2011).

O cuidado está relacionado ao bem-estar físico e emocional das pessoas, o que demonstra os seus aspectos objetivos e subjetivos, mas também aos marcos normativos, econômicos e sociais que definem quem, como e onde se realizam essas atividades. Destaca-se que o cuidado é considerado um trabalho

¹ “Os primeiros casos de uma nova doença por coronavírus (Covid-19) foram relatados em Wuhan, China, em 31 de dezembro de 2019. Com o tempo, a Covid-19 – que pode causar uma série de manifestações clínicas, desde tosse e falta de ar leve até uma pneumonia grave – se propagou de maneira incontrolável de continente a continente. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente o surto de Covid-19 como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, tendo cumprido todos os critérios do Regulamento Sanitário Internacional para tal. Em 11 de março, a OMS caracterizou a Covid-19 como uma pandemia global e clamou por medidas agressivas de resposta para conter sua propagação.” (OPAS, 2021, p.1).

que pode ser realizado em âmbito formal ou informal, possui um aspecto normativo que pressupõe obrigações e responsabilidades, assim como custos financeiros e emocionais que atravessam a fronteira entre público e privado e relações individuais, familiares e com a sociedade em geral (DALY; LEWY, 2011).

A concepção de cuidado adotada nesta tese parte da economia feminista, enquanto um trabalho indispensável para a reprodução da vida. Considera o cuidado parte do chamado trabalho reprodutivo realizado, majoritariamente, por mulheres e no âmbito doméstico-familiar, enquanto constituinte e fundamental para formação e manutenção da força de trabalho. O cuidado refere-se a todos aqueles trabalhos orientados para a manutenção da vida, enquanto uma ação inerentemente humana (BENGOA, 2018).

Para Bengoa (2018), nesta discussão, dois aspectos que estão presentes nas relações capitalistas são relevantes, o primeiro são as relações heteropatriarcais que produzem uma confluência de distintas desigualdades estruturais, manifestadas tanto na dominação masculina, quanto na divisão racial-sexual do trabalho. O outro aspecto é o conflito capital-vida, uma vez que o funcionamento do sistema econômico privilegia o mercado e a acumulação, o que gera conflitos em relação às necessidades sociais das pessoas que não são atendidas em sua integralidade.

Dialogam nesta análise as discussões da sociologia feminista que considera o cuidado enquanto trabalho que possui centralidade na organização social, tendo a classe, raça e gênero como dimensões estruturantes. Os estudos da sociologia feminista situam o cuidado na centralidade da vida, analisando-o como um processo atravessado por desigualdades de classe, raça e sexo, assim como reprodutor dessas desigualdades, uma vez que as mulheres dedicam mais que o triplo do tempo que os homens para o trabalho doméstico e de cuidado não remunerados (CEPAL, 2022).

A autonomia das mulheres para a vida social (trabalhar, estudar, participar politicamente, desenvolver suas potencialidades) vincula-se à maior ou menor distribuição dos cuidados no âmbito doméstico e com a sua socialização por meio das políticas públicas, com destaque à transferência monetária, à liberação do tempo e à oferta dos serviços (BATTHYÁNY, 2020).

Diante disso, a escolha da perspectiva interdisciplinar, por meio da seleção de referências dentro da economia e da sociologia feminista, se dá devido à necessidade de um olhar abrangente sobre o tema que considere: i) a relação do trabalho de cuidados, no âmbito da reprodução social enquanto constituinte da formação e manutenção diária da força de trabalho e da acumulação do capital; ii) a forma de organização social que envolve diferentes componentes e instituições: Estado, família, comunidade e mercado, que se entrelaçam no capitalismo para atender às necessidades de cuidado; e, iii) as relações de classe/raça/gênero que se estabelecem, se articulam e se sustentam no capitalismo, mantendo e

ampliando desigualdades sociais, interferindo no acesso e na oferta do cuidado.

O direito ao cuidado, na perspectiva feminista, abrange suas diferentes dimensões: cuidar, ser cuidado, poder escolher não cuidar e autocuidado. Joaquim Herrera Flores (2009) demonstrou que os direitos humanos são processos históricos e sociais, resultado da luta das pessoas para terem acesso aos bens necessários para uma vida digna de ser vivida. Portanto, o reconhecimento e a materialização do cuidado enquanto um direito está relacionado com as lutas dos movimentos sociais, especialmente os feministas.

O cuidado, no Brasil, ainda não é reconhecido explicitamente como um direito, apesar de artigos da Constituição Federal de 1988 remeterem a aspectos da dignidade humana, por isso, é necessário se voltar para o movimento da sociedade, por meio das mobilizações sociais e dos grandes atos públicos nas ruas (marchas) e identificar como está sendo construído esse debate pelas mulheres.

Os movimentos sociais são uma ação grupal transformadora, com os mesmos objetivos, sob a orientação mais ou menos consciente de princípios e valores comuns e sob uma organização diretiva mais ou menos organizada. Requerem a constituição de uma identidade coletiva, a definição de conflitos, de adversários e de um projeto de mudança. Tudo isso surge da identificação de uma carência, que transformada em demanda torna-se uma pauta política e, desta, transforma-se em ações de protestos (SCHERER-WARREN, 1994).

As pautas se formam nas relações sociais e articulações entre o contexto sócio- histórico e as percepções das pessoas que integram o movimento. Refletem, assim, uma síntese de análises da realidade e projeções de mudanças, gerando ações concretas para efetivação de propostas refletidas e criadas coletivamente (GOHN, 1997).

Para a construção da pergunta central do estudo, parte-se dos estudos de Aguirre e Ferrari (2014) e Batthyany (2015, 2020, 2021) sobre o movimento dos países da América Latina, especialmente do Uruguai, nos últimos dez anos voltados à reorganização dos sistemas de proteção social e a ampliação de políticas de cuidados que tem no movimento de mulheres seu principal protagonista para garantir que a perspectiva de gênero esteja presente nas políticas públicas. Diante disso, pergunta-se: no Brasil, como os movimentos feministas constroem a pauta do cuidado?

O objetivo geral da tese é analisar o cuidado na pauta de três movimentos feministas brasileiros nos últimos dez anos e suas refrações nas visões das militantes e de lideranças dos movimentos. Os objetivos específicos são: 1) compreender o debate do cuidado no contexto do Cone Sul latino-americano; 2) refletir de maneira teórico-prática a atuação dos movimentos feministas no Brasil; e, 3) examinar as concepções de cuidado e políticas de cuidado presentes nos movimentos feministas no Brasil, bem como as conquistas e os desafios

enfrentados.

O período estabelecido, os últimos dez anos (2010-2020), se dá devido ao fato da agenda de cuidados na perspectiva de gênero ter tido uma maior abertura política nos governos de centro-esquerda (AGUIRRE; FERRARI, 2014) e do crescente protagonismo dos movimentos feministas e de mulheres nesse período (GONZALEZ, 2019). O que levou Laura Pautassi (2016) a afirmar que a década 2010-2020 foi a década dos cuidados na América Latina devido ao resultado da Conferência da Mulher, do Consenso de Quito e do Consenso de Brasília que afirmam o cuidado como um direito.

No Brasil, a construção do estado da arte sobre o tema identificou uma diversidade de enfoques na discussão sobre o tema do cuidado em uma perspectiva de interdependência e relacional, ou seja, com olhar para as necessidades de cuidados, mas ao mesmo tempo para as necessidades de quem cuida. Destes, destacamos:

- I. a discussão sobre as condições de trabalho das cuidadoras em instituições, especialmente de acolhimento institucional para idosos (HIRATA, 2020);
- II. a abordagem a partir da relação entre as políticas de cuidado e o ingresso no mercado de trabalho (SORJ; FONTES, 2012);
- III. a perspectiva familista e a responsabilização das mulheres pela proteção social ou a relação família e políticas sociais (CARLOTO, 2021; DAL PRÁ; MIOTO; WIESE, 2018);
- IV. o cuidado nas relações comunitárias: as “ajudas” e os circuitos de cuidado (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020);
- V. a maternidade transferida, forma das mulheres atribuírem-se mútuas responsabilidades e desigualdades no acesso aos direitos sociais (COSTA, 2002); e,
- VI. cuidados e democracia (BIROLI, 2018).

Destaca-se que este trabalho situa-se na discussão do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres no âmbito doméstico-familiar e pretende contribuir com a discussão sobre os cuidados na pauta feminista. Para isso vale-se do acúmulo teórico sobre o tema no Brasil, mas também da discussão nos demais países latino-americanos e europeus.

A originalidade está em identificar e analisar como tem se construído a pauta nos movimentos feministas em um período de instabilidade econômica e política que foi atravessado por uma crise sanitária mundial e afetou de forma desigual as pessoas devido aos processos sociais de classe, raça/etnia e gênero. Ademais evidenciou a fragilidade do ser humano, o cotidiano como centro da vida, a importância da convivência social e comunitária, e a relação com o meio ambiente, e possibilitou, inclusive, que o tema “cuidados” ganhasse visibilidade.

A base teórica-metodologia fundamenta-se na teoria crítica do pensamento

feminista, em especial o feminismo materialista, por ser essa vertente que discute o cuidado realizado tanto no âmbito privado ou público, como trabalho que se sustenta na divisão (e incluímos aqui racial) sexual do trabalho.

A pesquisa caracteriza-se por ser exploratória e de natureza qualitativa, o que não significa que os dados quantitativos e estatísticos serão descartados, pelo contrário, pressupõe a coleta de dados estatísticos e a sua contextualização e explicação articulada com a pesquisa qualitativa, por isso os bancos de dados estatísticos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Organizações Unidas (ONU Mulheres) e os cadernos estatísticas disponíveis na internet também serão consultados, assim como institutos nacionais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os procedimentos metodológicos são a pesquisa bibliográfica no âmbito da teoria crítica feminista nas categorias: trabalho de cuidados, políticas de cuidados e movimentos feministas, considerando o contexto latino-americano. A produção do conhecimento no âmbito da teoria crítica feminista é interdisciplinar porque está presente nos estudos de pesquisadoras de diferentes áreas, com destaque, neste estudo, da economia feminista e da sociologia feminista.

A pesquisa bibliográfica no campo dos movimentos feministas, juntamente com a pesquisa documental nos sites e redes sociais de movimentos feministas, possibilitou primeiro identificar três movimentos feministas atuantes no Brasil na atualidade, com base nos seguintes critérios: 1) um movimento que se defina feminista urbano, classista; 2) um movimento que se defina feminista de trabalhadoras rurais; 3) um movimento que se defina feminista negro.

Outros critérios: 1) movimento de manifestação pública de mulheres nas ruas; 2) movimento criado nos últimos vinte anos; 3) maior abrangência regional; 4) participação em conferências de políticas públicas para as mulheres ou na conferência pela igualdade racial. A diversidade está presente nos movimentos feministas e compreender como o tema é discutido pelas mulheres que vivem na área rural e urbana, bem como as particularidades da mulher negra, é uma escolha metodológica que permite demonstrar como a divisão racial e sexual do trabalho está presente nesses vários contextos, porém impacta e é problematizada de forma diferente, o que pode possibilitar a formação de pautas particulares.

Com base nos critérios descritos, identificamos os seguintes movimentos: Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Marcha das Margaridas (MM); Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver (MMN). Destacamos que encontramos no site da MMN 12 comitês estaduais: Niterói-RJ, Duque de Caxias-RJ, Samba p/Mulheres Negras- SP, NEAB-MG, Oeste-PR, Caruaru-PE, Araras-SP, Sorocaba-SP, Ribeirão Preto-SP, Petrolina-PE, Juiz de Fora-MG e Grande ABC-SP. Contudo, apenas a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo (MMN/SP) retornou o nosso contato e aceitou participar da pesquisa.

Ressalta-se que os três movimentos feministas citados autorizaram a realização da pesquisa com envio de carta de autorização para o comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual de Ponta-Grossa. O projeto de pesquisa foi submetido no dia 08 de dezembro de 2021 e aprovado em 27 de dezembro de 2021, sob o número 5.187.449.

Além disso, a pesquisa documental mapeou o tema do cuidado em documentos dos movimentos feministas (sites oficiais e redes sociais). Com a coleta de dados no site da MMM² identificamos que não era possível fazer busca com as palavras chaves (exemplo: divisão racial e sexual do trabalho, cuidado, políticas de cuidado), mas que seria preciso ler cada publicação e classificar os assuntos, buscando identificar como cada movimento faz a discussão sobre o cuidado. Para isso foi construído um instrumental para registro do tema da publicação e a discussão e depois analisadas as publicações sobre o tema.

Os sites da Marcha das Margaridas³ e da Marcha das Mulheres Negras⁴ se diferenciam do site da MMM pela forma e conteúdo. Não há uma aba sobre as notícias que permita acompanhar o processo do movimento, as atividades e discussões no decorrer dos anos. Por se desenvolverem articulados em eventos específicos que ocorrem em determinados períodos, não foi possível utilizar o mesmo instrumental. Diante disso, em relação à MM⁵ e à MMN/SP⁶ foram analisadas as publicações nas redes sociais visando compreender a dinâmica e as pautas construídas pelos movimentos.

A pesquisa documental envolveu também a elaboração de formulário online para coleta de dados com integrantes das marchas de mulheres. O pré-teste foi realizado em março de 2022 com mulher que participa há mais de cinco anos da MMM e, após ajustes, a versão final foi disponibilizada no mesmo mês. Foram coletados dados com 28 mulheres, destas 57% da MMM, 25% da MM e 14,5% da MMN e 3,5% participaram de pelo menos uma versão das marchas, em apoio.

Apesar do link do formulário ter sido enviado nos grupos de rede social das marchas, por uma das participantes, algumas responderam as questões sem se vincular diretamente a elas. Além disso, outras questões interferiram nesse processo de coleta de dados: por exigir interpretação das questões pelas participantes; necessitar de acesso a meios eletrônicos e internet; pelo enunciado se referir a movimentos feministas e muitas delas não se identificarem

2 <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>> Foram analisadas notícias do site da MMM em relação ao período de 06 de março de 2015 a 10 de agosto de 2021, material disponível no período da pesquisa entre fevereiro e março de 2022.

3 <<http://transformatoriomargaridas.org.br/>>

4 <<https://mulheresnegrasmarc.wixsite.com/marchamulheresnegras>>

5 <<https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas>> Foram analisadas as publicações na rede social da MM, em relação ao período de 18 de junho de 2019 a 31 de janeiro de 2022, materiais disponíveis no período da pesquisa entre março e novembro de 2022.

6 <<https://www.facebook.com/mmnegrasSP>> Foram realizadas as publicações na rede social da MMN/SP, em relação ao período de 23 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2021, materiais disponíveis no período da pesquisa em novembro de 2022.

com o termo.

As respostas às questões abertas são identificadas no texto com a sigla da marcha e o número que representa a ordem das respostas, exemplo: MMM1, MM1, MMN1, e alguns delas por: SRQ (Sindicalista, Rural, Quilombola), Coletivo Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos), Coletivo F.M.O (Coletivo Feminista Maria vai com as Outras) e Comissão Mulheres Rurais, buscando respeitar a autoidentificação.

Além disso, a pesquisa documental mapeou o tema do cuidado nos relatórios de quatro conferências de políticas públicas para mulheres realizadas em 2004, 2007, 2011 e 2016, disponíveis na internet, buscando identificar se as pautas de denúncia e de reivindicação presentes nos sites e redes sociais das marchas dialogavam com as proposições que ingressam na agenda pública, por meio da participação institucionalizada.

Além disso, foram realizadas três entrevistas abertas no mês de agosto de 2022, sendo uma representante de cada marcha de mulheres. Para garantir o anonimato foram escolhidos nomes fictícios para incluir os relatos no texto, quais sejam: Clara, Lélia e Margarida. A transcrição das entrevistas foi realizada de forma livre. Todos os dados coletados na pesquisa documental e nas entrevistas foram incluídos nos capítulos dois, três e quatro.

A coleta e a análise de dados combinam a técnica de triangulação de métodos e envolvem uma abordagem interdisciplinar, compreendida como “combinação de métodos quantitativos e qualitativos tanto para coleta, quanto para análise de material empírico” (BOURGUIGNON, 2019, p.100), e a técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é caracterizada como uma “técnica de pesquisa que permite tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos” (MINAYO, 1993, p. 303). A modalidade que melhor atendeu aos objetivos propostos para esta pesquisa foi a análise temática, uma vez que esta permite “descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (MINAYO, 1993, p. 316).

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta o debate sobre o trabalho de cuidado no contexto latino-americano, abordando categorias como a divisão racial e sexual do trabalho, o cuidado nas relações sociais de classe, raça, gênero e na relação com a família, bem como suas características no Cone Sul. O segundo capítulo se aproxima dos movimentos feministas no Brasil e descreve as características e as motivações para participação social das integrantes da pesquisa. Ressalta-se que optamos em apresentar primeiro as integrantes da pesquisa e no capítulo seguinte (capítulo três) os movimentos que elas constroem e as principais pautas, formas de mobilizações e conquistas. O último capítulo retoma o debate do cuidado

no Brasil mostrando as suas particularidades, aborda também as pautas reivindicatórias e de denúncia das mulheres e termina com as perspectivas do cuidado presentes nas marchas.

A tese defendida é que as marchas de mulheres constituem os movimentos feministas nos últimos anos e têm nos grandes atos públicos e na atuação nas redes sociais suas principais formas de manifestação e de participação social. As participantes da pesquisa representam a diversidade das mulheres brasileiras, o que pode ser identificado tanto na análise das diferentes marchas, quanto internamente, uma vez que cada uma delas é formada por um grupo heterogêneo, de classes sociais, cores, raças, sexualidades, territórios, sonhos, desejos, entre outros elementos processuais que atravessam as mulheres em suas dores, beleza e força.

O cuidado está presente na pauta das marchas de mulheres de forma diferenciada, mesmo que isso implique em influências entre elas, especialmente entre a MMM e a MM. O tema do cuidado se manifesta de forma transversal, ou seja, não aparece de forma central ou como uma pauta específica, mas está presente na organização dos grandes atos públicos, atravessa as diferentes pautas e as proposições das mulheres, enquanto um componente que, apesar de difuso, é estrutural.

Por ser uma palavra polissêmica, o cuidado nem sempre está vinculado ao trabalho doméstico-familiar, mas é sempre ligado a atributos femininos, como se a palavra carregasse consigo adjetivos não nomeados: amor, respeito, carinho, afeto, o estar atento ao outro. Isso implica em desafios que vão além de desnaturalizar o cuidado como um trabalho de mulheres, mas compreendê-lo como um processo contraditório que envolve questões objetivas e subjetivas, podendo também ser espaço de violências, exploração e opressão.

As perspectivas do cuidado presentes nas marchas de mulheres são: 1) direito humano e da natureza, indispensável para a reprodução da vida; 2) trabalho que envolve relações objetivas e subjetivas, vinculado ao atendimento das necessidades humanas, com interação direta ao acesso aos bens comuns (natureza); 3) realização em um determinado espaço-tempo (território) em que os saberes e experiências dos povos e comunidades tradicionais produzem um bem viver que confronta com a mercantilização e privatização da vida no capitalismo; e 4) o protagonismo das mulheres em denunciar a opressão e a exploração do trabalho de cuidado, bem como reivindicar políticas de cuidado, exigindo o compartilhamento com o Estado e os homens, produz mudanças irreversíveis nas relações sociais entre os sexos que impactam diretamente no cotidiano.

RESUMO	1
ABSTRACT	2
CAPÍTULO 1 - TRABALHO DE CUIDADO NO CONTEXTO LATINO AMERICANO	3
DIVISÃO RACIAL E SEXUAL DO TRABALHO	3
O CUIDADO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA, GÊNERO.....	9
FAMÍLIAS E CUIDADO: RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULHERES.....	17
POLÍTICAS DE CUIDADO NO CONE SUL	23
CAPÍTULO 2 - MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL	30
MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS FEMINISTAS: ALGUMAS REFLEXÕES.....	30
BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	35
AS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES QUE CONSTROEM AS MARCHAS DE MULHERES NO BRASIL	44
A MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO FEMINISTA.....	55
CAPÍTULO 3 - AS MARCHAS DE MULHERES NO BRASIL E O LUGAR DO CUIDADO NA PAUTA.....	59
MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: PAUTAS DE LUTA, FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONQUISTAS.....	59
MARCHA DAS MARGARIDAS: PAUTAS DE LUTA, FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONQUISTAS	65
MARCHA DAS MULHERES NEGRAS: PAUTAS DE LUTA, FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONQUISTAS.....	72
A TRANSVERSALIDADE DO CUIDADO NAS MARCHAS DE MULHERES NO BRASIL	81
CAPÍTULO 4 - O TRABALHO DE CUIDADO NA PAUTA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL	90
A PARTICULARIDADE DO TRABALHO DE CUIDADO NO BRASIL.....	90
Cotidiano e divisão racial-sexual do trabalho.....	95
PAUTAS DE DENÚNCIA E PAUTAS REIVINDICATÓRIAS DO TRABALHO DE CUIDADO NAS MARCHAS DE MULHERES.....	99

AS PERSPECTIVAS DO CUIDADO NAS MARCHAS DE MULHERES.....	108
A sustentabilidade da vida, a interdependência entre as pessoas e a natureza, o Bem Viver	109
O território.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	121
SOBRE AS AUTORAS.....	129

RESUMO

O trabalho de cuidado envolve atividades objetivas e subjetivas, sendo realizado, majoritariamente, por mulheres, no âmbito doméstico e familiar. É indispensável para a reprodução da vida, porém, continua invisibilizado e desvalorizado socialmente. Com objetivo de analisar o cuidado na pauta de três movimentos feministas brasileiros nos últimos dez anos e suas refrações nas visões das militantes e de lideranças destes movimentos, foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa que contou com pesquisa bibliográfica na teoria crítica feminista, especialmente, nas áreas da economia e da sociologia; pesquisa documental nos sites e redes sociais dos movimentos feministas, bem como nos relatórios das conferências nacionais de políticas públicas para as mulheres; e, três entrevistas com representantes dos movimentos. Situando o debate no contexto do Cone Sul da América latina, a tese parte das especificidades das necessidades e demandas de cuidado, as quais são demonstradas por militantes e lideranças de três marchas de mulheres: a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo. A atuação das militantes na construção das marchas apresenta dimensões e aspectos do cuidado que se relacionam com a classe, raça/etnia, gênero e território. A pauta do cuidado se apresenta de forma transversal nos movimentos feministas, não se configurando como um item específico, mas difusa nos diferentes momentos da organização dos grandes atos públicos e do próprio movimento, em elementos como a segurança, bem-estar e possibilitando a participação social das mulheres. Outros aspectos do cuidado estão presentes, como o uso do tempo desigual entre mulheres e homens, o papel do Estado no desenvolvimento de políticas de apoio à reprodução social e o compartilhamento do cuidado com os homens. O estudo contribuiu com a identificação de elementos essenciais do trabalho de cuidado, que emergem do conhecimento popular e que podem ser sintetizados em: o cuidado como um direito humano e da natureza; a sua interação direta com o acesso aos bens comuns (da natureza); a centralidade dos saberes e das experiências dos povos e comunidades tradicionais na produção do Bem Viver; e o protagonismo das mulheres na construção de políticas de cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Reprodução social; Trabalho de cuidado; Divisão racial e sexual do trabalho; Feminismos; Movimentos sociais de mulheres.

ABSTRACT

Care work involves objective and subjective activities and is mostly performed by women in the domestic and family spheres. It is indispensable for the reproduction of life but is still invisible and socially undervalued. To analyze care in the agenda of three Brazilian feminist movements in the last ten years and its reflections on the visions of militants and leaders of these movements, exploratory and qualitative research was carried out which counted on bibliographical research in critical feminist theory, especially in the areas of economics and sociology; documentary research in the websites and social networks of the feminist movements, as well as in the reports of the national conferences on public policies for women; and, three interviews with representatives of the movements. Situating the debate in the context of the Southern Cone of Latin America, the thesis starts from the specificities of the needs and demands for care, which are demonstrated by militants and leaders of three women's marches: the World March of Women, the Daisie's March and the March of Black Women of São Paulo. The actions of activists in the construction of these marches present dimensions and aspects of care that relate to class, race/ethnicity, gender, and territory. The care agenda is presented in a transversal way in feminist movements, not configured as a specific item, but diffused throughout the different moments of the organization of large public acts and the movement itself, in elements such as safety, well-being, and enabling women's social participation. Other aspects of care are present, such as the unequal use of time between women and men, the role of the State in the development of policies to support social reproduction, and the sharing of care with men. The study contributed to the identification of essential elements of care work, which emerge from popular knowledge and can be summarized as care as a human right and a right of nature; its direct interaction with access to common goods (of nature); the centrality of the knowledge and experiences of traditional peoples and communities in the production of the Good Life; and the protagonism of women in the construction of care policies.

KEYWORDS: Social reproduction; Care work; Racial and sexual division of labor; Feminisms; Women's social movements.

TRABALHO DE CUIDADO NO CONTEXTO LATINO AMERICANO

Com o objetivo de compreender o debate do cuidado no contexto do cone sul latino- americano, este capítulo inicia com o tema da divisão racial e sexual do trabalho para depois abordar o cuidado nas relações sociais de classe, raça e gênero. Assim, o cuidado é analisado como um trabalho fundado nessas relações sociais que são desiguais e hierárquicas.

O tema da “família” e, dentro dela, o papel social atribuído às mulheres de cuidadoras e responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, nas suas relações com o Estado, mercado e comunidade, demonstra que a privatização dos cuidados é uma escolha política e maternalista. Por fim, o capítulo apresenta, de forma breve e para fins de ilustração, características das políticas de cuidado na região do Cone Sul que estão em construção e ainda necessitam avançar para atender as necessidades também de quem cuida.

1.1 DIVISÃO RACIAL E SEXUAL DO TRABALHO

Iniciar a discussão sobre o cuidado com o tema da divisão racial e sexual do trabalho visa contribuir com a desnaturalização dessas atividades como uma atribuição das mulheres, especialmente das mulheres negras. O cuidado é um assunto político, acadêmico e social, pois envolve todas as pessoas, em suas necessidades e particularidades. Possui uma dimensão afetiva, mas também objetiva, enquanto ações concretas que são indispensáveis para a reprodução da vida e o bem-estar social. (BENGOA, 1993).

A categoria trabalho, nesse contexto, é redefinida e ganha novo estatuto. Danièle Kergoat (2016, p.18) demonstra que “[...] trabalhar é transformar a sociedade e a natureza e, no mesmo movimento, transforma-se a si mesmo. O trabalho torna-se uma atividade política.” Na perspectiva feminista materialista, a centralidade do trabalho deixa de ser a valorização do capital e a produção de objetos e bens e passa a ser considerado a forma de “produção do viver em sociedade”. (ibidem).

A forma de “produção do viver” na sociedade capitalista, especialmente a periferia do sistema, está sustentada em desigualdades sociais¹ em seus vários aspectos: econômica, política, cultural, raça, gênero, sanitária, educacional, entre outras. A divisão racial e sexual do trabalho tem contribuído para a manutenção e, inclusive, o acirramento dessas desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres, brancos e negros, brancas e negras.

Conforme afirma Kergoat (2009, p.1), a divisão sexual do trabalho é uma construção

1 Segundo Jaime Coronado (2014), a desigualdade é multidimensional e possui multifatores, está presente no cotidiano das pessoas, de forma explícita ou implícita, e se refere a uma dimensão empírica e objetiva que se expressa nas relações de exploração/dominação e de conflito. É construída historicamente em um processo em que certas pessoas têm posição privilegiada em relação a outras e se manifesta e opera em atitudes de exclusão, marginalização e discriminação.

social, adaptada historicamente em cada sociedade, que “se forma na divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo.” Possui como características: “a destinação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado.” A autora aponta ainda que essa divisão do trabalho possui dois princípios organizadores: a separação (trabalho de homens e trabalho de mulheres) e a hierarquização (trabalho de homem vale mais que trabalho de mulher).

A divisão sexual do trabalho implica em destinar às mulheres trabalhos voltados à reprodução social, tanto na esfera doméstica quanto no mercado de trabalho e, ao vincular tais atividades com características naturalizadas como “femininas” (amor, bondade, cuidado, entre outras), é retirado seu valor monetário, sendo, portanto, desvalorizado, desprotegido e mal pago. Com isso, a dominação masculina se manifesta de forma econômica, social, política e cultural.

Ademais, a divisão sexual do trabalho, nos moldes tradicionais, reforça uma visão binária do mundo que exclui as pessoas que não se identificam nem com o sexo feminino, nem com o sexo masculino, desconsiderando, assim, a diversidade de sexualidades que os seres humanos podem ter, pois tudo está voltado para determinados padrões e as pessoas que não se “encaixam” vivenciam processos discriminatórios e preconceituosos. (CISNE; FALQUET, 2020).

Conforme assinalou Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009), atualmente a ideia da exclusividade do trabalho masculino na esfera produtiva e feminino na esfera da reprodução não corresponde à prática social, mas que o exercício de uma atividade profissional remunerada não questiona as relações de dependência, uma vez que permanece atribuído às mulheres o trabalho doméstico, agora, com maior rigidez do uso do tempo nas tarefas.

A autora destaca também que, para manter projetos profissionais, as mulheres precisam organizar uma rede de substituição infalível, envolvendo ajudas externas de outras mulheres (remuneradas ou não). De tal forma que a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga feminina na esfera doméstico-familiar compromete a colocação, a remuneração e a ascensão das mulheres no mercado de trabalho formal, bem como a participação política e a autonomia decisória em relação à sua vida.

Contudo, isso torna-se mais distante para as mulheres que vivem na América Latina, uma vez que as condições de vida e de trabalho possuem limitadores estruturais, em que patriarcado-racismo-capitalismo dependente tornam hierarquizado e precário o ingresso no mercado de trabalho.

Nas últimas décadas, as mudanças no mercado de trabalho e o ingresso cada vez maior de mulheres na esfera produtiva não representaram uma reorganização das responsabilidades na esfera da reprodução social, por isso a discussão tem como ponto de partida a base material das relações sociais, o que não significa desconsiderar elementos

da ideologia e da cultura, os quais também são fundamentais para se compreender a organização social do trabalho sustentado em divisões de classe, sexo, raça/etnia. (CISNE; FALQUET, 2020).

A reprodução social, conforme demonstra Cristina Carrasco Bengoa (1993), é um tema complexo e implica diferentes aspectos que estão ligados, principalmente, às diferentes dimensões do trabalho doméstico e de cuidados. Destaca-se a participação da reprodução da força de trabalho realizada nos lares para a continuidade da vida e o bem-estar das pessoas como condição essencial para a sustentação do capitalismo.

A autora demonstra que a reprodução social se caracteriza por ser um processo de reprodução biológica e da força de trabalho, que inclui as práticas sociais e os trabalhos de cuidados voltados a atender as necessidades humanas:

[...] tarefas, trabalhos e energias cujo objetivo seria a reprodução biológica (considerando as distintas espécies e sua estrutura ecológica) e a da força de trabalho. Incluiria também as práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que têm a ver com a manutenção das comunidades, considerando serviços públicos de saúde, educação e transferências que reduzissem o risco de vida. (BENGOA, 1993, p. 46).

Nesse sentido, a acumulação capitalista depende do trabalho doméstico e de cuidados para produzir valor de uso e também ter a possibilidade de extrair mais-valia no processo de trabalho; esse é o fio invisível entre as esferas da reprodução e da produção na sociedade capitalista. Por outro lado, esse debate amplia-se para a valorização da vida, das relações sociais e comunitárias que estão além do âmbito mercantil. Com isso, no nível macro, o cuidado é um elemento fundamental para a reprodução social e, no nível micro, desnuda as vulnerabilidades e fragilidades do ser humano. (BENGOA, 2018).

A autora defende a utilização do conceito de sustentabilidade da vida partindo de dois princípios: a ideia de reprodução social é universal e ética-política-ideológica, tendo em vista que o objetivo é o bem viver e o bem-estar das pessoas. Com isso, apresenta a importância dos cuidados na ideia do bem viver: “[...] as necessidades humanas são de bens e serviços, mas também de relações afetivas, emocionais e de cuidados.” (BENGOA, 2018, p.59). Destaca-se que nos anos 2000 o *slogan*: “a vida no centro” se desenvolve relacionado ao conceito de sustentabilidade da vida e foi sendo assumido por coletivos e movimentos sociais emancipatórios para demonstrar as contradições presentes na sociedade capitalista que se manifestam no conflito capital x vida.

Para dar visibilidade ao trabalho realizado no âmbito doméstico-familiar, enquanto pertencente ao circuito macroeconômico e romper com a dicotomia produção/reprodução, afirmando a totalidade da vida social, Lourdes Benería (2006) argumenta que em termos conceituais e práticos é coerente utilizar as expressões “trabalho remunerado” e “trabalho não remunerado”.

Benería (2006) demonstra que na medida em que uma economia se mercantilha e

aumenta a renda das famílias, parte crescente do trabalho reprodutivo se torna remunerado. O desenvolvimento das políticas públicas também favorece esse processo na medida em que o Estado oferta e profissionaliza serviços de cuidados, exemplos como da educação infantil e dos restaurantes populares. Muitos desses serviços continuam a cargo das mulheres, mas tornam-se visíveis (quando a formalidade) e são pagos/remunerados, mas não deixam de ser reprodutivos e contribuir com a formação, manutenção e reprodução da força de trabalho. Essa concepção permite incluir o trabalho comunitário realizado também majoritariamente por mulheres, analisar o tempo utilizado e as atividades desenvolvidas.

A divisão sexual do trabalho opera interligada com a divisão social do trabalho porque atravessa a sociedade e atua articulando as esferas da produção e reprodução, conforme afirmam as autoras Mirle Cisle e Silvana M. M. dos Santos (2018). Destaca-se que as qualidades ditas “femininas” são aprendidas e treinadas no âmbito da família, desde a infância, como podemos identificar nas brincadeiras e brinquedos voltados para uma educação sexista. E ainda ultrapassa o binarismo de gênero – homem x mulher – afetando as diferentes orientações sexuais e identidades de sexo, principalmente naquelas que se associam ao considerado “feminino”, sendo socialmente desvalorizadas e direcionadas a determinadas campos de trabalho, exemplo do cabeleireiro/a, maquiador/a, esteticista. (CISNE; SANTOS, 2018).

Outra discussão importante que afirma a relação existente entre o trabalho produtivo e o reprodutivo é a falsa dicotomia público/privado ou público/doméstico. Susan Moller Okin (2008) demonstra que essa dicotomia é fundamentada na divisão sexual do trabalho, ou seja, os homens são vistos como ligados à esfera política, pública e econômica, enquanto as mulheres, além de serem vistas “naturalmente” como inadequadas a esse espaço, são destinadas à esfera privada da domesticidade e reprodução, dependentes dos homens e subordinadas à família.

Os estudos feministas têm demonstrado que o direito à privacidade e ao privado tem sido definido como individual, destinado aos homens, adultos, chefes de família, somente estes possuem o direito de não serem controlados pelo Estado, Igreja ou vizinhos, enquanto que não há qualquer menção da privacidade dos demais membros da família, subordinados a eles. Isso corrobora que nem o domínio da vida doméstica e pessoal, nem o domínio da vida econômica e política podem ser interpretados isolados um do outro. Ao mesmo tempo que o Estado define e influencia a vida familiar, as desigualdades do interior da família se relacionam com as desigualdades do mercado de trabalho, na política e nas instituições. (OKIN, 2008). Há, portanto, uma relação intrínseca entre as diferentes esferas da vida social que conformam uma totalidade.

As divisões racial e sexual do trabalho são estruturais no Cone Sul da América Latina, o que não significa dizer que são imutáveis e naturais, mas sim construídas historicamente na relação entre os países do norte e sul global, entre homens e mulheres, entre brancos e negros. Relações essas desiguais e conflituosas, que se manifestam de

forma diferente em determinados contextos e conjunturas. Lélia Gonzalez (2020) denuncia que não é coincidência que a maioria da população negra faz parte de uma massa marginal crescente: desempregados, ocupações precárias e instáveis, trabalho ocasional, intermitente, temporário e tudo que isso implica em baixas condições de vida em termos de habitação, saúde e educação.

Ao falar do lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais no Brasil, Lélia Gonzalez (2020) afirma a tripla discriminação: estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão e exploração econômica. A maioria das trabalhadoras domésticas são negras e desenvolvem suas atividades de forma informal e com baixa remuneração, muitas vezes dependentes das famílias de classe média branca e ainda possibilitam a autonomia econômica e cultural da patroa. O lugar “natural” abrange as atividades de merendeira, servente, faxineira. Outro papel atribuído historicamente à mulher negra é o da “mulata”, que implica na sua exploração sexual enquanto “produto de exportação” a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais².

Destaca-se, conforme Aníbal Quijano (2005), que esse processo teve início com o colonialismo, pois foi quando a ideia de raça e divisão do trabalho foram associadas e fortalecidas mutuamente. A ideia de raça diferenciou os “conquistadores” e os “conquistados”, sendo relacionada com estrutura biológica e fenótipo e, ainda, colocou os não europeus, em especial os índios americanos e os africanos, na posição de inferioridade, relacionando-os ao primitivo, ao não civilizado.

Isso favoreceu a divisão e a exploração do trabalho por meio do controle da produção, apropriação e distribuição dos produtos. Nesse sentido, organizou-se uma forma de trabalho que explora o trabalho dos índios e de pessoas escravizadas vindas da África em uma relação não mercantil, não paga, não assalariada e sustentada na ideia de raças inferiores. Desde o começo, portanto, há uma associação entre branquitude social e salário e, também, com os postos de mando da administração colonial. (QUIJANO, 2005).

Em síntese, a colonialidade de poder descrita por Quijano (2005) refere-se à forma de dominação e exploração construída pelo sistema capitalista mundial, baseada na classificação da população mundial pela ideia de raça, no controle de trabalho sobre hegemonia do capital, no controle da família burguesa, no controle do sexo, em um controle coletivo em torno do Estado-nação, no eurocentrismo que hierarquiza os conhecimentos, culturas, religiões, línguas, homens/mulheres, isso tudo em favor dos povos europeus. Há uma interdependência entre esses elementos, por isso o padrão de poder está configurado como um sistema-mundo global.

Esse debate se articula com a discussão da divisão racial e sexual do trabalho, uma

2 Na segunda seção, quando tratarmos dos movimentos feministas no Brasil, iremos demonstrar como as mulheres negras reagem e lutam contra esses dois processos de exploração – da “doméstica” e da “mulata” - enquanto sujeitas que constroem a sua história na busca em mudar a realidade de muitas meninas/mulheres em um país racista e patriarcal como o Brasil.

vez que, conforme demonstrou María Lugones (2008)³o movimento colonial, além de criar a inseparabilidade da raça e da exploração capitalista, realizou um processo de redução das pessoas, ao tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. A autora destaca a consequência desse processo na vida das mulheres e no controle da sexualidade, pois as mulheres indígenas e negras tiveram seus corpos violentados, estuprados, assediados por colonizadores e seus representantes; seus corpos foram erotizados e objetificados.

A autora especificou a colonialidade de gênero ao demonstrar que gênero não era um fator organizador da sociedade na América Latina antes da colonização, inclusive, apontou a existência de tribos nativas matriarcas, que reconheciam positivamente a homossexualidade e entendiam o gênero em termos igualitários. Nessa perspectiva, tanto a visão binária do sexo, quanto os atributos considerados masculinos e femininos advêm do eurocentrismo e com ele a dominação masculina. Diante disso, a interseccionalidade de raça, gênero, classe e sexual procura dar visibilidade a dominação e violência das mulheres negras que não estão incluídas nas categorias isoladas de mulher ou negro. (LUGONES, 2008).

A colonização, além de interromper violentamente o desenvolvimento das sociedades originárias da América Latina, ainda combinou a subalternização das mulheres com a racialização, a exploração capitalista e o heterossexualismo. Destaca-se, também, a ideia de modernidade, vista à moda europeia, como um processo de avanço linear, de transição agrária a urbana/industrial. Isso tudo mudou o rumo das sociedades latino-americanas.

Diante disso, historicamente, foi se constituindo no Cone Sul da América Latina um processo de desenvolvimento econômico e social dependente. Ruy Mauro Marini (2017, p.52) demonstra que a superexploração do trabalho constitui “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial”⁴.

Essa diferenciação é ainda mais complexa porque o rebaixamento dos salários para o mínimo necessário, para subsistência, faz com que mesmo os assalariados não tenham atendidas as suas necessidades básicas, para além da moradia e alimentação. A situação de pobreza envolve condições objetivas (comer, ter abrigo, vestir, entre outras.) mas também condições de usufruir da riqueza socialmente produzida com momentos de lazer, cultura, arte, entre outros, tão necessários para o bem-estar.

Com isso, discutir sobre o cuidado implica, além de demonstrar que está alicerçado na divisão racial e sexual do trabalho, apontar que envolve condições objetivas, as quais,

3 María Lugones é uma das referências teóricas do feminismo decolonial, apesar da perspectiva teórica distinta da tese, reconhecemos sua importante contribuição para o debate da situação da mulher latino-americana e por isso utilizamos como referência para discussão do impacto do colonialismo na vida das mulheres negras.

4 Importante destacar que, para Marine (2014) e os outros teóricos da teoria marxista da dependência, o subdesenvolvimento não se configura enquanto uma etapa do desenvolvimento, mas que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos contraditórios que se relacionam dialeticamente, ou seja, os países centrais somente são desenvolvidos porque os países latino-americanos são subdesenvolvidos e vice-versa. Ademais, o desenvolvimento não é um processo linear, mas exige rupturas com a dependência externa.

no Cone Sul, são afetadas pela desigualdade de renda e a superexploração do trabalho que interferem diretamente nas condições de seu acesso. Além disso, o eurocentrismo e, mais tarde, a influência norte-americana no Cone Sul, especialmente no Brasil, tem criado conflitos entre os interesses da população (de atendimentos às suas necessidades sociais) e as exigências do mercado mundial, bem como as tentativas de manter o país em uma posição de dependência.

Esse processo é ainda atravessado por desigualdades baseadas na ideia de raças inferiores e superiores que permanecem vivas com novos contornos e funções em uma ordem supostamente democrática (CARNEIRO, 2003) e de atribuições diferenciadas para homens e mulheres, as quais correspondem a uma das facetas da divisão social do trabalho. Por esse motivo, o próximo tópico irá abordar as concepções de classe, raça, gênero e suas implicações no cuidado.

1.2 O CUIDADO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA, GÊNERO

Nos estudos feministas sobre os cuidados na América Latina, segundo Karina Batthyány (2020), há quatro enfoques: 1) a economia do cuidado; 2) o cuidado como componente do bem-estar; 3) o direito ao cuidado; e, 4) a perspectiva da ética do cuidado. Apesar das particularidades de cada enfoque, destaca-se que não representam discussões isoladas, ou seja, alguns elementos perpassam as discussões.

O primeiro enfoque tem demonstrado que as tarefas que ocorrem no âmbito doméstico e de cuidados, realizadas majoritariamente por mulheres, são indispensáveis para o funcionamento do sistema econômico e o bem-estar das pessoas. Os principais temas são: a quantificação do uso do tempo, especialmente no trabalho doméstico-familiar não remunerado; o diagnóstico sobre a oferta e demanda dos cuidados, uma balança que não encontra equilíbrio na região; e, a elaboração de indicadores sobre a porcentagem do Produto Interno Bruto - PIB gerada pelas horas do trabalho de cuidados, na busca da sua quantificação para dar visibilidade a riqueza social gerada pelo trabalho de cuidados.

O segundo enfoque afirma que o cuidado é um direito social que deve ser assumido pelo Estado por meio de políticas públicas que realizem a sua coletivização, demonstra que a naturalização da responsabilidade da família e da mulher e a divisão sexual do trabalho, bem como as fragilidades das políticas sociais e as desigualdades sociais, têm sido obstáculos para sua desfamiliarização e desfeminização. O direito ao cuidado tem sido cada vez mais reconhecido e inserido no escopo dos direitos humanos. Batthyány (2020) afirma que na América Latina não existem políticas nem regimes de cuidado consolidados, mas ações isoladas e sem articulações, por isso a discussão desse grupo na região se volta para a organização social do cuidado ou as redes de cuidado.

O terceiro enfoque está relacionado com o anterior ao afirmar o direito universal de todas as pessoas a receber o cuidado sempre que necessário, nas diferentes circunstâncias

e momentos do ciclo de vida e independente de vínculos familiares e condições econômicas. Além disso, pressupõe a escolha de cuidar (ou não) no âmbito do cuidado familiar ou não remunerado, e o direito a condições de trabalho, valorizado social e economicamente, de quem cuida. (BATTHYÁNY, 2020).

O quarto enfoque enfatiza os aspectos emocionais, subjetivos, morais e éticos do cuidado. A centralidade dos aspectos afetivos e de construções de vínculos inclui as atividades remuneradas. Qualificações de difícil medição que são apreendidas no processo de socialização de gênero e envolvem a gestão e o controle de emoções, tanto do cuidador quanto da pessoa cuidada. (BATTHYÁNY, 2020).

Destacam-se, nesta tese, as concepções de cuidado vinculadas à economia e à sociologia feminista. A primeira, parte do chamando trabalho reprodutivo realizado, majoritadamente, por mulheres e no âmbito doméstico-familiar, enquanto constituinte e fundamental para (re)produção da força de trabalho. O cuidado refere-se a todos aqueles trabalhos orientados para a manutenção da vida, enquanto uma ação inerentemente humana. (BENGOA, 2018).

Para Bengoa (2018), nesta discussão, dois aspectos são relevantes: as relações heteropatriarcais capitalistas que produzem uma confluência de distintas desigualdades estruturais, manifestadas tanto na dominação masculina quanto na divisão racial-sexual do trabalho. O outro aspecto são as relações capitalistas, especialmente o conflito capital x vida, uma vez que o funcionamento do sistema econômico privilegia o mercado e a acumulação, o que gera conflitos em relação às necessidades sociais das pessoas que não são atendidas em sua integralidade.

Amaya Peréz Orozco (2021) demonstra que os cuidados não podem ficar submetidos ao valor de mercado porque possuem uma lógica social e comunitária e um valor de uso. A atual forma de organização da sociedade torna invisível a base estrutural da vida, que são os cuidados, e quem mais cuida (maior valor social) têm sido quem menos recebe (menor valor monetário, mais feminizado e racializado o trabalho).

Nesse sentido, o cuidado é um direito que possui uma dimensão individual, mas também se configura como uma responsabilidade coletiva, ou seja, não se trata de um assunto de mulheres, mas de toda sociedade. Colocar no centro das decisões econômicas e políticas as necessidades sociais de cuidado, é politizar o cuidado demonstrando o seu aspecto social que envolve, além de serviço e bens materiais, as relações afetivas e emocionais. (BENGOA, 2018).

Orozco (2021) aponta que os cuidados possuem uma diversidade de compreensão devido à amplitude e variedade de trabalho que movimenta, mas se refere ao que é imprescindível para que a vida funcione no seu dia a dia. No cotidiano, inacabado, desprende-se de energia física e emocional para atender necessidades concretas de todas as pessoas. Todas as pessoas precisam de cuidados, todos os dias, mas de maneiras e intensidades distintas.

Situar os cuidados enquanto um trabalho que exige uma rotina, um controle do tempo tão rígido quanto o trabalho na esfera remunerada como, por exemplo, no cuidado com crianças, que é necessário manter a hora do almoço devido a escola, de tomar banho, de medicar, de trocar fraldas, de dormir, entre outras atividades. Ao fazer essa relação não se busca simplesmente o pagamento por esse trabalho, mas a sua valorização e reconhecimento. Procura-se demonstrar que é nessa relação de interdependência que a vida é experimentada e sentida, é onde se constrói laços, por isso gera também a possibilidade de questionamento de um sistema econômico que ignora as necessidades cotidianas.

Destaca-se que o trabalho de cuidado possui ao menos quatro dimensões: econômica, social, política e ideológica. A primeira, enquanto trabalho que pode ser realizado no âmbito remunerado ou não remunerado; a segunda define quem cuida, onde se cuida e quem paga os custos dos cuidados (BATTHYÁNY, 2015); a terceira envolve as disputas de poder e relações hierárquicas que sustentam as desigualdades sociais de classe, gênero, raça na região da América Latina, bem como as reproduzem historicamente. Está vinculada a uma questão estrutural, que é a continuidade de relações baseadas nos resquícios do colonialismo e a relação dos países da região no mercado mundial, mas também se vincula à dimensão ideológica a partir dos constructos que naturalizam um “lugar” e um “papel” da mulher na sociedade enquanto cuidadora e ligada a família.

Partindo desses pressupostos, compreende-se a relação de interdependência presente nos cuidados, em que todas as pessoas dependem do cuidado, ou cuidam, em vários momentos de suas vidas. O que não significa negar que crianças, adolescentes, pessoas doentes, com deficiência e/ou idosos (com dependência) tenham prioridades na definição dos cuidados, mas buscar a sua universalização, devido à necessidade de modificar as estruturas da sociedade capitalista para atender às necessidades de cuidados de todas as pessoas, nos diferentes momentos da vida.

Esse processo é atravessado por necessidades e objetivos (atividades de preparar alimentos, organizar, dar atenção, limpar, medicar, entre outro) que repercutem no uso do tempo diferenciado de homens e mulheres, de ricos e pobres, de negros e brancos; quanto maior a dedicação de tempo para os cuidados, menos tempo para participar da vida social e de descanso e lazer. As necessidades subjetivas de afeto, amor e carinho possuem importância, mas que também podem causar ou gerar medo, sofrimento, cansaço, stress e violências, o que demonstra sentimentos contraditórios tanto de quem é cuidado, como por quem cuida – ora é afeto, ora é cansaço, ora é raiva, ora é amor - por isso é imprescindível criar a possibilidade de condições concretas de escolha - cuidar ou não, de ser cuidado por quem, onde e como.

Outras características dos cuidados já apontadas por Mary Daly e Jane Lewis (2011) é a possibilidade de serem realizados em âmbito formal ou informal; de possuir um aspecto normativo que pressupõe obrigações e responsabilidades; e, de pressupor custos

financeiros e emocionais que atravessam a fronteira entre público e privado e relações individuais, familiares e com a sociedade em geral.

O cotidiano, enquanto espaço-tempo de cuidados, se materializa nas relações entre as pessoas e sofre tanto influências externas quanto influencia a sociedade em geral. Essa relação dialética, interdependente, contraditória, é lugar tanto de alienação, naturalização, hierarquias, controle, poder e autoritarismo, quanto de construção de sociabilidades baseadas na solidariedade, afeto, confiança, companheirismo; lugar privilegiado de transformação social, por isso é necessário romper as barreiras privado/público, reprodução/produção.

Orozco (2021) argumenta que as crises econômica, ambiental e social precisam ser enfrentadas com a construção de novos valores que coloquem a vida, ou seja, as necessidades sociais de cuidado no centro, em detrimento do mercado, do lucro, do interesse das grandes corporações, do capital. A vida no centro pressupõe uma mudança de curso que posicione a economia a serviço do bem-estar das pessoas, a pergunta norteadora não pode ser quanto custa, mas sim o que é necessário fazer para que as necessidades sociais sejam atendidas.

Classe, raça e gênero não apenas se entrecruzam no capitalismo, mas são elementos estruturais que somente podem ser superados com a construção de uma nova ordem societária, antipatriarcal, antirracista e fundada no bem-estar social e comunitário, compartilhando valores que possibilitam que todas as pessoas tenham condições materiais para participar da vida social e desenvolver suas habilidades.

Com isso, a discussão sobre o tema do cuidado, enquanto um trabalho que se funda nas desigualdades sociais, nos países capitalistas periféricos, exige que se estabeleçam as concepções de classe, raça e gênero adotadas no estudo.

Danièle Kergoat (2016) e Mirla Cisne (2018b) afirmam que as imbricações das relações sociais de classe, raça e gênero constituem-se na chamada consubstancialidade. Com isso propõe que as categorias são diferentes, mas estão em um mesmo movimento e entrelaçamento, portanto, não podem ser entendidas separadamente. O destaque está em pensar os processos que produzem essas categorias em termo de relações sociais de dominação- exploração e opressão.

Kergoat (2016) esclarece que não há nem sobreposição, nem competição entre o termo consubstancialidade e interseccionalidade (cruzamento das categorias de classe, raça, gênero, superposição ou adicionais) proposto pelas feministas negras, especialmente por Kimberlé Williams Crenshaw (1985), mas existem proximidades na atitude crítica e diferenças na produção da crítica, na análise e na saída apontada.

No Brasil, Heleieth Saffioti (2015) irá abordar as relações sociais de classe, raça e gênero como estando fundidas, enoveladas ou enlaçadas em um “nó”, formado por essas três contradições, mas não se trata de um “nó” apertado, mas frouxo, possibilitando mobilidade para cada um dos seus componentes. Para a autora, não se trata de somar

classe + raça + gênero, mas sim de compreender a realidade compósita e nova que surge dessa fusão. Do mesmo modo, não se trata de variáveis quantitativas, mas de determinações, de qualidades que tornam a situação das mulheres, especialmente das mulheres negras, muito complexa.

Com isso, destaca-se que na relação entre homens e mulheres, conforme Saffioti (2015), o patriarcado se constitui em um forma de dominação e exploração das mulheres pelos homens, sistematizada nos seguintes termos: se trata de uma relação civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; configura um tipo hierárquico de relação presente em todos os espaços da sociedade; corporifica-se; e, representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência.

Segundo Christine Delphy (2009), o patriarcado refere-se a uma formação social em que o homem detém o poder ou, ainda, o poder é dos homens, por isso, muitas vezes, é colocado como sinônimo de “dominação masculina” ou “opressão das mulheres”. Considera-se que o patriarcado é anterior ao capitalismo, mas se estrutura e sustenta o processo de exploração de uma classe sobre a outra, assim como dos homens sobre as mulheres, por isso, especialmente nas análises sobre o tema família e cuidado, se dinamiza pelas relações sociais de classe e sexo.

Considerando que a categoria gênero tem sido utilizada por diferentes perspectivas teóricas e com diferentes significados, conforme demonstra Saffioti (2015), e ser um termo polissêmico, neste trabalho é utilizado em uma perspectiva crítica vinculado ao patriarcado e às relações sociais entre os sexos. Portanto, enquanto um elemento estruturante da sociedade capitalista que se configura em um sistema econômico racista-patriarcal.

O gênero, enquanto uma categoria de análise, possui um aspecto teórico-político e histórico. Ao demonstrar que ser homem e/ou ser mulher é uma construção social, histórica e plural, ao mesmo tempo, se rejeita o determinismo biológico do sexo e se desnuda as relações sociais fundadas na diferença entre os sexos (SCOTT, 1989). Essas relações sociais são marcadas pela dominação e exploração que se manifestam nas relações de poder (patriarcado) e nas hierarquias sociais (de sexo/gênero, raça/etnia, classe).

Em relação à classe social, Marx e Engels (1999), no Manifesto do Partido Comunista, afirmam que a história é movida pela luta de classes e, na sociedade capitalista, as lutas, as contradições e opressões se manifestam nos diferentes interesses da burguesia (os detentores dos meios de produção) e dos proletários (aqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver). No processo de desenvolvimento da sociedade burguesa não ocorre a simplificação nessas duas, pois de acordo com Netto (2014), como Marx e Engels haviam previsto, mas sua complexificação, por meio da diversidade de movimentos sociais e sua enorme dispersão.

Assim sendo, a luta de classes, ora aberta, ora velada, configura a direção política que a sociedade constrói e parte do pressuposto que os homens/mulheres fazem a sua própria história, mas em certas circunstâncias legadas do passado (MARX, 2011). Isso

demonstra que esse direcionamento da sociedade é construído coletivamente em um processo de disputas e conflitos que envolvem dimensões materiais, simbólicas e culturais, aprendidas e reconstruídas historicamente no movimento de reflexão e ação das pessoas no mundo.

Considerando que a classe social é definida pelo lugar que o sujeito ou grupo social se posiciona no processo produtivo, e há interesses divergentes entre o acúmulo de capital de um pequeno grupo em detrimento da superexploração da maioria, percebe-se que a luta de classes ainda é uma categoria que precisa ser considerada na análise da realidade social.

Diante disso, a classe social refere-se a grupos de indivíduos que se particularizam na sociedade pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva, ou seja, a classe burguesa é a detentora do capital econômico, político e/ou rentista, e a classe trabalhadora, despossuída dos meios de sobrevivência, é constituída por uma maioria que precisa vender sua força de trabalho enquanto mercadoria por meio do assalariamento ou, nas formas mais contemporâneas, está inserida no chamado precariado⁵.

Ademais, Friedrich Engels afirma que a primeira divisão do trabalho ocorreu entre homens e mulheres, sendo esse o primeiro antagonismo de classe (ENGELS, 2012). Assim, a classe trabalhadora não é homogênea, tanto o sexismo como o racismo são elementos que precisam ser considerados na sua definição: o fato de as mulheres receberem salários mais baixos que os homens, se concentrarem em empregos que exigem menos qualificação, em tarefas monótonas, repetitivas, de ciclo curto e que exigem habilidade manual e sofrerem um controle (e critérios de seleção) diferente, como demonstrou Elizabeth Souza-Lobo (2021) no livro “A classe operária tem dois sexos”, não pode ser naturalizado. Assim como os efeitos do racismo que colocam homens e mulheres negros em desvantagem em relação aos homens e mulheres brancos. A identidade de classe trabalhadora não pode ofuscar as diferenças que existem no seu interior.

Em relação à categoria raça, será abordada vinculada às expressões do racismo que, nas palavras de Lélia Gonzalez (2020, p.55), é [...] uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial.” Nas sociedades de classes o racismo é ideologia que falseia a realidade e procura manter as pessoas negras no “seu” lugar no sistema de exploração, de acordo com os interesses e privilégios daqueles que dele se beneficiam.

A discriminação racial, ora velada, ora explícita, está imbricada nas relações sociais.

5 Segundo Giovanni Alves (2013, s/p), “[...] num plano sociológico, o precariado como camada social média do proletariado urbano precarizado seria constituído, por exemplo, por um conjunto de categoriais sociais imersas na condição de proletariedade como, por exemplo, jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais; ou ainda os jovens-adultos recém-graduados desempregados ou inseridos em relações de emprego precário; ou mesmo estudantes de nível superior (estudantes universitários são trabalhadores assalariados em formação e muitos deles, estudam e trabalham em condições de precariedade salarial)”.

Francine Cristina de Menezes (2013) demonstra que o aspecto cultural e psicológico faz com que práticas discriminatórias ingressem no imaginário coletivo tornando-se indignas de atenção ou, ainda, que sejam banalizadas. A autora aponta que o racismo reduz a cultura ao biológico sempre que se pretende justificar um dado *status* social por uma característica natural, física ou de biótipo.

Como identificamos anteriormente, o racismo tem início com o processo de colonialismo e se manifesta na violência do colonizador contra a população negra africana e indígena, especialmente as mulheres. No caso do Brasil, Sueli Carneiro (2003) afirma que a miscigenação resultante dessa relação entre os grupos étnicos está na origem da identidade nacional, estruturando um mito da democracia racial, mas que ainda se mantém vivo, com novos contornos e funções, as mesmas relações de gênero, cor e raça do período colonial e escravocrata.

Alguns indicadores sociais representam como as relações sociais de classe, raça e gênero estão imbricadas no trabalho de cuidado. Por exemplo, a proporção de tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados por sexo, disponíveis no site do CEPAL (2022), no Cone Sul destaca-se no quadro a seguir:

Argentina		Brasil		Chile		Paraguai		Uruguai	
Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
22.3	7.7	12	5.3	24.6	10.8	15	4.4	19.9	8.4

Quadro 1 – Proporção de tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados por sexo, disponíveis no site do CEPAL (2022)

Fonte: CEPAL, 2022. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/proporcion-tiempo-dedicado-al-trabajo-domestico-cuidado-no-remunerado-desglosado-sexo>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Identifica-se que o tempo de trabalho dedicado pelas mulheres no trabalho doméstico e de cuidados é mais que o dobro em todos os países do Cone Sul, na Argentina e no Paraguai chega a ser três vezes mais. Essa desigualdade tem impacto na vida social e no acesso ao mercado de trabalho remunerado. Já a taxa de desemprego indica que as mulheres possuem mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Dados de 2019 da região da América Latina demonstram que 9.3% das mulheres estavam desempregadas e 8.1% dos homens (CEPAL, 2022a⁶).

A situação de desigualdade social e pobreza vivenciada pela população latino-americana, em média de 11,4% de pobreza extrema e 30,5% em situação de pobreza (CEPALSTAT, 2021), afeta mais a infância (0 a 14 anos), as mulheres, a população rural mais que a urbana e os não assalariados. Além disso, em 2019, a taxa de pobreza da população negra era mais alta do que a da população não indígena e nem negra, por

⁶ Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/tasa-desocupacion-desglosada-sexo-porcentajes>. Acesso em: 23 ago. 2022.

exemplo, no Uruguai a primeira era equivalente a 2,8 vezes a segunda, no Brasil era equivalente a 2,2 vezes (CEPAL, 2019).

Se em 2002 dados regionais da América Latina indicavam que o índice de famílias chefiadas por mulheres em situação de pobreza era de 105 mulheres para cada 100 homens, em 2017 essa desigualdade aumentou, sendo de 113 mulheres para cada 100 homens. No caso da pobreza extrema, esse indicador registrava 108 mulheres a cada 100 homens em 2002 e 116 mulheres para cada 100 homens em 2017 (CEPAL, 2019b). Portanto, apesar da diminuição nos índices de pobreza e extrema pobreza no período de 2002 a 2014 na região, isso não modificou desigualdades estruturais, pelo contrário, as acentuou.

Corina R. Enríques (2021) demonstra que a combinação entre pobreza e relações de gênero ocorre devido aos seguintes fatores: divisão sexual do trabalho; participação diferente de mulheres e homens no mercado de trabalho; estrutura dos sistemas de proteção que reproduzem a desigualdade no acesso ao mercado de trabalho; visão maternalista das políticas assistenciais que não promovem participação econômica das mulheres; leis de propriedade e herança que restringem o acesso das mulheres a ativos econômicos; e, desigualdade na distribuição dos recursos econômicos nas casas, pela prevalência de relações familiares machistas.

A incidência maior de pobreza nas mulheres, especialmente nas famílias monoparentais femininas, ocorre por diversos fatores, tanto estruturais como a divisão internacional, social e sexual do trabalho e o patriarcado, quanto conjunturais como a permanência de políticas sociais maternalistas que utilizam o tempo das mulheres e reforçam papéis tradicionais em suas ações, por exemplo, no cumprimento de condicionalidades e/ou no trabalho socioeducativo que não questionam as desigualdades de gênero.

Destaca-se também que, segundo Michel Jorge Samaha e José Adelantado (2017), a produção de dados estatísticos na região com autoidentificação racial e étnica ainda é marginal e a insuficiência de dados não permite construir indicadores precisos. Contudo, quando se analisa, por exemplo, o percentual de ocupados, identifica-se que as mulheres não brancas, especialmente indígenas e afrodescendentes, possuem mais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, bem como a níveis mais elevados de educação e aos serviços de saúde na região.

No contexto da pandemia da Covid-19, esse processo se agravou, com destaque para o aumento das demandas de cuidados nas casas devido ao trabalho remoto ou *home office*, ao ensino remoto e às alterações dos horários dos serviços públicos; a maior probabilidade de perda do emprego por serem as mulheres aquelas que estão inseridas nos trabalhos mais precários e instáveis; o aumento da violência doméstica; a maior participação das mulheres nas políticas de saúde, de educação e de serviços de modo geral e, conseqüentemente, maior risco de contaminação; aumento da pobreza, do desemprego e a alta dos preços dos alimentos, entre outros aspectos, conforme o relatório da CEPAL

(2021) e OPAS (2021).

Diante disso, segundo relatório da OPAS (2021), a pandemia escancarou desigualdade de gênero e, mesmo que a incidência de morte pela doença na região da América Latina tenha sido maior entre os homens do que entre as mulheres, se considerarmos grupos específicos como o da saúde, que possui 70% da sua força de trabalho ocupada por mulheres, elas estão em risco exponencial de contrair a doença, sem contar os efeitos psicológicos em conviver com situações extremas no trabalho. Além disso, a região da América Latina é ocupada por apenas 13% da população mundial, mas até janeiro de 2021, possuía 43% dos casos da Covid-19 do mundo.

As desigualdades sociais presentes na região são fatores determinantes no acesso à política de saúde, desde orientação, atendimento e vacinação. Há ainda efeitos sociais do não acesso à moradia adequada, água encanada, banheiro, alimentação em quantidade e qualidade de nutrientes necessários para o bem-estar. Outros fatores que precisam ser destacados são as consequências do negacionismo da doença e a ausência de políticas públicas voltadas aos(as) trabalhadores(as), uma vez que o isolamento social no início da pandemia não foi possível para muitos, seja devido à realização de trabalhos essenciais, seja pelo trabalho informal e desprotegido que exigia a continuidade para manutenção da renda.

Por fim, mesmo que com as dificuldades de medir as consequências da Covid-19, devido ao fato de ainda estar presente na vida social, o relatório do CEPAL (2021) demonstrou que houve um retrocesso de 18 anos nos níveis de participação no mercado de trabalho pelas mulheres, a taxa diminuiu de 51,8% em 2019 para 47,7% em 2020 e passou para 50,0% em 2021, enquanto para os homens a taxa de participação caiu de 75,5% para 70,8% em 2020 e passou para 73,5%. Considerando que a participação no mercado de trabalho formal das mulheres já era menor que a dos homens, com as consequências da pandemia em 2020 menos de uma mulher a cada duas está fora do mercado de trabalho.

Diante do exposto, o cuidado realizado no cotidiano dos lares é responsável pela reprodução da vida e de garantir a possibilidade de participação social, seja no trabalho, na política, na cultura, no lazer. A construção social capitalista, estruturada em desigualdades de classe, raça e gênero, sobrecarrega as mulheres por esse trabalho tão indispensável, por isso o debate sobre as concepções e distribuições do trabalho de cuidado, dentro e fora dos lares, é tão importante e será realizado no próximo tópico.

1.3 FAMÍLIAS E CUIDADO: RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULHERES

A construção social da família é demonstrada por Engels (2012) na associação que ele faz com a instauração da propriedade privada e do patriarcado. Com o desenvolvimento das forças produtivas e da propriedade privada, a família monogâmica e heterossexual (com referência ao pai, mãe e filhos) se constitui como um modelo que permite a transmissão da

herança e o poder masculino sobre o grupo. Ao mesmo tempo que é tolerada a infidelidade masculina, é condenado o adultério e o heterismo praticado pela mulher visando garantir a paternidade. O autor explicita que a monogamia surge na história como uma forma de escravidão de um sexo sobre o outro, sendo esta a primeira forma de divisão do trabalho entre homens e mulheres para a procriação dos filhos.

Historicamente, não há um modelo único de família, assim como ela não se configura de uma forma estática, ela permanece no capitalismo enquanto uma forma ética, ideológica e jurídica, mas também atuando no âmbito da produção e reprodução da força de trabalho, a partir do trabalho feminino não remunerado. É essencial para reprodução biológica (aspectos demográficos e de fertilidade), reprodução cotidiana (organização e execução do trabalho doméstico) e reprodução social (cuidado, socialização, transmissão de normas e padrões de condutas esperados), conforme demonstraram Valeria Esquivel, Eleonor Faur e Elizabeth Jelin (2012).

A família e nela as mulheres são responsabilizadas pelo bem-estar das pessoas, sem que haja uma distribuição dos cuidados entre os adultos que vivem na mesma casa. A relação “naturalizada” entre família-mulheres-amor-cuidados gera conflitos e violências, pois pressupõe que alguém renuncie a seus desejos e projetos para se dedicar integralmente aos outros, podendo causar insegurança, *stress*, medos e sofrimentos, além de cansaço e exaustão, principalmente quando se refere a pessoas dependentes. Esse modelo é colocado em xeque quando a mulher começa a questionar esse lugar e o papel esposa-mãe e busca protagonizar conquistas na esfera pública, de autonomia e de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

A organização social dos cuidados envolve uma multiplicidade de atores/atrizes, instituições e setores que participam do processo de cuidado de todas as pessoas, considerando a relação de interdependência do ser humano, que se modificam no período histórico e conforme as posições de classe, raça, ou seja, padrões econômicos, sociais e culturais.

As autoras Valeria Esquivel, Eleonor Faur e Elizabeth Jelin (2012) afirmam que todo trabalho de cuidado está associado a um regime de bem-estar social. Assim como a discussão sobre a proteção social na sociedade capitalista se desenvolve a partir dos pilares família, comunidade, Estado e mercado, a organização dos cuidados acompanha o mesmo debate, pois são essas instituições que irão atuar garantindo que as necessidades humanas sejam atendidas, o que pode ser ilustrado na figura do diamante de bem-estar:



Figura 01 - Diamante del bienestar

Fonte: El diamante del bienestar de Evens Pilj y Ungerson (1994). Disponível em Batthyány (2021, p.77),

A construção do diamante de cuidados parte da discussão de Gøsta Esping-Andersen (1991) que, em estudo sobre a realidade de dezoito países europeus, procurou demonstrar o grau de participação do mercado, da família e do Estado na proteção social, enquanto três pilares interdependentes. As particularidades dos países mediterrâneos e periféricos no papel desenvolvido pela comunidade nas estratégias de sobrevivência das famílias devido à precariedade do mercado de trabalho, baixos salários e instabilidade, que, combinado com políticas sociais fragmentadas e focalizadas, faz com que a comunidade se apoie entre si, por meio das redes de apoio (ou de cuidados) culminou na inclusão do voluntariado como um quarto pilar.

Em que pesem as críticas a Gøsta Esping-Andersen (1991) em relação à centralidade do trabalho masculino assalariado em sua obra, ele contribui ao comprovar que a atuação estatal gera certa autonomia ao trabalhador em não aceitar qualquer trabalho e pressiona o mercado por melhores condições de trabalho e salário, por isso a resistência do empresariado às políticas sociais. A atuação estatal também gera autonomia à família e às mulheres, pois permite certa desfamiliarização e desmercantilização da proteção social, o que não implica em desfeminização porque não necessariamente a atuação estatal ocorre voltada a modificar a divisão sexual do trabalho.

Posteriormente, nos próximos trabalhos do autor, em especial em Esping-Andersen

[et al] (2002), as críticas feministas são consideradas e outras categorias são incluídas nos estudos, resultando na discussão de que o Estado de Bem-Estar Social⁷ no século XXI deve ser ativo, prevenir riscos e responder a novas necessidades sociais, como conciliar trabalho, vida familiar e educação; atender mudanças na família e no trabalho durante os ciclos de vida; e promover a igualdade de gênero.

Estado, mercado, família e voluntariado, cada instância com características próprias, mas que interferem nas demais, se interligam na sociedade capitalista para atender às necessidades humanas. Destaca-se duas questões: a ausência de serviços de cuidados ofertados pelo Estado é intencional para possibilitar o avanço da mercantilização, contudo, os cuidados são de difícil monetarização porque envolvem além das questões objetivas, questões subjetivas e de afeto que não podem ser negadas. A qualidade dos cuidados e a profissionalização, em um contexto de precarização das relações de trabalho e de salários, são afetadas por esse processo, assim como reproduz estratificação e desigualdades no acesso a esses serviços.

Outra reflexão, que inclusive foi levantada por Gina Afonso (2021), é a não problematização desse lugar que é posto o mercado no diamante de bem-estar e de cuidados, o que pode naturalizar a mercantilização e a individualização do acesso. Gina argumenta que o debate de cuidados surge das experiências das mulheres nas redes de cuidados, que conformam uma organização social comunitária, de cooperação, associação e estatal que protege contra a mercantilização da vida. A valorização das redes comunitárias de cuidados não se refere a sua monetarização, mas às possibilidades de construção de novas sociabilidades em que estejam voltadas a atender as necessidades e desenvolver as potencialidades de todas as pessoas.

Segundo Juliana M. Franzoni e Koen Voorend (2009), todos os regimes de bem-estar⁸ da América Latina, em menor ou maior grau, estão baseados em uma estrutura ocupacional e no modelo de família que considera o homem provedor e a mulher cuidadora. Porém, há uma diversidade de formas de ser família, como o aumento do número de famílias unipessoais, de famílias monoparentais (especialmente as femininas), famílias reconstituídas que não correspondem a esse “modelo” instituído.

Ademais, está em curso, no atual contexto sócio-histórico, o aprofundamento de elementos da reestruturação produtiva, associada à perda de direitos trabalhistas e às políticas neoliberais de retração do Estado na área social; somadas a mudanças na configuração das famílias e demográficas (envelhecimento, diminuição do número de

7 Conforme Juliana M. Franzoni e Koen Voorend (2009, p.5) o Estado de Bem-Estar-Social pode ser definido como *“una formación estatal específica, caracterizada por su alto grado de participación en la distribución del ingreso, en particular mediante el ingreso social. Más aún, se trata de un tipo de Estado con un origen y una trayectoria histórica propia: la de los países del Norte del planeta después de la segunda mitad del siglo XX.”*

8 Segundo Franzoni e Voorend (2009, p.5) *“La noción de régimen de bienestar fue inicialmente propuesta por Esping-Andersen (1990) para dar cuenta de las variedades del capitalismo en el mundo desarrollado. Se trataba de analizar sociedades en las cuales el Estado tenía una importante presencia pero presentaba también importantes diferencias [...]. Posteriormente, sin embargo, fue adaptada para dar cuenta de países del Sur del planeta en los cuales los Estados y las políticas públicas distributivas son generalmente débiles.”*

filhos, entre outros), o que tem provocado o que tem sido chamado de “crise dos cuidados”. (AGUIRRE, 2014).

As análises demográficas⁹ apontam que na América Latina a taxa de fecundidade passou de seis filhos, antes de 1965, para a média de dois filhos entre 2015-2020. Mesmo assim, segundo estudo de Suzana Cavenagli (2018), as seguintes situações ocorrem, de forma isolada ou combinada, em todos os países da região, as mulheres: I) tem mais filhos do que desejam; II) tem menos filhos do que desejam; III) têm filhos mais cedo do que desejam; IV) têm filhos mais tarde do que desejam. Tais situações remetem ao entendimento sobre o não acesso à saúde e aos direitos reprodutivos.

Com isso, no Cone Sul, principalmente na Argentina, Chile e Uruguai, mesmo que de forma heterogênea, está ocorrendo uma transição demográfica, gerando um processo de envelhecimento da população e a necessidade de ampliação da rede de serviços públicos voltadas à população idosa. Em âmbito regional, a proporção de pessoas com mais de 60 anos era de 5,9% em 1950, 8% nos anos 2000, com projeção para atingir 22,5% em 2050; destas, 18,1% terão mais de 80 anos. (CEPAL, 2022).

Ser idoso/a não é sinônimo de dependência¹⁰, mas a autonomia para a vida familiar e social exige condições materiais que não se concretizam de forma individual, mas sim socialmente. Criar condições para o prolongamento da vida, saudável e autônoma, é uma responsabilidade coletiva que transpassa todas as fases do desenvolvimento humano, envolvem serviços de saúde preventivos, acesso a saneamento básico, alimentação adequada, educação, valorização e respeito ao envelhecimento, entre outros; do mesmo modo que criar condições para àqueles/as que precisam de cuidados especiais e/ou permanente sejam atendidos/as.

Na América Latina, as mulheres vivem mais que os homens. Segundo dados do CEPAL (2021), a esperança de vida das mulheres aumentou de três e quatro anos, entre 1950 e 1955, para mais de sete anos na atualidade, devido aos obstáculos de ingresso e permanência no mercado de trabalho formal, estão mais dependentes de pensão por viuvez e das políticas não contributivas. O que amplia a vulnerabilidade social das mulheres idosas, que se acirra com outros indicadores como, por exemplo, as idosas que cuidam de crianças (netos/as), doentes e outros/as idosos/as (na informalidade de forma remunerada ou não remunerada); e/ou possuem a principal responsabilidade econômica das famílias que reúnem várias gerações em torno das aposentadorias ou pensões (muitas vezes a única renda fixa); e, idosas que moram sozinhas e não contam com rede de apoio (formal ou informal).

Por outro lado, as pessoas negras envelhecem menos, o que permite afirmar que

9 A pandemia de Covid-19 irá modificar as análises demográficas, por exemplo, no Brasil, o número de nascimentos em 2019 foi de 2,8 milhões, em 2020, esse número passou para 2,6 milhões. Já o número de mortes, em 2019 foi de 1,2 milhões e, em 2020, foi de 1,4 milhões. Além disso, os idosos são os mais afetados, segundo dados do Portal da Transparência.

10 Em 2020, oito milhões de idosos apresentaram dependência funcional na região, 12% das pessoas com mais de 60 anos (ORTEGA, 2020).

esse é mais um privilégio das pessoas brancas. Exemplo do estudo de Alexandre da Silva *et al.* (2018), sobre as iniquidades raciais e o envelhecimento no Brasil, demonstram que o cenário mais favorável ao envelhecimento entre idosos de cor branca em comparação com aqueles de cor negra aparece nos indicadores demográficos e isso se dá devido às condições de saúde e de acesso aos serviços públicos. Além disso, diferente dos outros grupos populacionais, a proporção de excedente de mulheres negras entre as mais idosas é menor. Outra observação importante é que os idosos/as negros/as são maioria nas famílias unipessoais e sem filhos o que pode comprometer a rede de apoio informal, assim como são aqueles que relatam mais dificuldades financeiras.

A “crise dos cuidados” é ocasionada, de um lado, pelas transformações sociais e os déficits de cuidados e, de outro lado, pela própria forma de organização social do sistema capitalista, em especial o dependente e periférico que tem valorizado a propriedade privada, a acumulação, e não a vida, a solidariedade, a igualdade e o acessos aos direitos sociais. Por isso, Esquivel (2011) afirma que nos países latinos a desigualdade de renda e do mercado de trabalho adquire mais relevância na caracterização da “crise dos cuidados” do que os aspectos demográficos.

Discutir sobre o cuidado, em qualquer fase da vida, é analisar as condições em que se desenvolve. Apesar da visibilidade recente do tema, considera-se que os elementos como: o envelhecimento da população, a “entrada” da mulher no mercado de trabalho, a reestruturação produtiva e o Estado (neo)liberal contribuem, mas não são causadores da ‘crise’, ou seja, para maior necessidade de cuidado.

Por outro lado, o avanço do debate público sobre de quem é a responsabilidade de cuidar é que provoca o seu reconhecimento político. Dito de outra forma, a chamada “crise dos cuidados” sempre existiu na sociedade capitalista e se manifesta de forma particular na periferia do sistema, são os movimentos feministas e de mulheres, bem como mudanças culturais e na produção do conhecimento, que colocam em xeque a organização tradicional dos cuidados fundada no modelo de família patriarcal.

O debate dos cuidados, enquanto direito social, se contrapõe à naturalização da familização e da mercantilização do cuidado e defende o debate público e o seu reconhecimento como necessidade humana, além de sua valorização. Enquanto esfera legítima de intervenção pública, a perspectiva do cuidado implica em mudanças no enfoque da proteção social e uma nova divisão de tempo de cuidado entre família, Estado e mercado. (AGUIRRE, 2014).

No nível macro exige-se toda uma infraestrutura para o cuidado a partir de distintas políticas sociais e da oferta de serviços privados que se refere à forma de organizar e distribuir os cuidados nas sociedades. Em nível micro está a distribuição dos cuidados entre mulheres e homens nas relações cotidianas ou entre os membros do grupo familiar (DALLY; LEWIS, 2011). Nesse contexto, o trabalho feminino e as experiências individuais de bem-estar definem o regime de cuidado nos seguintes termos: mais recursos, mais

acesso, menos recursos, menos acesso.

Segundo Battyani (2021), o cuidado é um dos direitos de cidadania que provoca mais resistência à desfamiliarização e, portanto, de desfeminização. Existe uma crença de que são tarefas que devem ser cumpridas pelas mulheres, o prejuízo é que essa naturalização, que está enraizada nas pessoas, dificulta o Estado a assumir essa responsabilidade, como um direito. E o Estado, por sua vez, utiliza-se desse argumento para justificar o não investimento em serviços públicos e reforçar a privatização dos cuidados.

Portanto, a luta pelo direito ao cuidado em suas diferentes dimensões: cuidar, ser cuidado, não cuidar e autocuidado, ultrapassa a discussão da oferta pública de liberação do tempo, transferência monetária e serviços, ou seja, as políticas de cuidado. A (re) construção dessas políticas são necessárias, em um plano imediato, para atender às necessidades humanas básicas e gerar autonomia, possibilitando assim novos patamares de discussão política e social que questionem a própria organização da sociedade capitalista periférica e dependente, que tem priorizado o mercado e não o bem-estar das pessoas.

1.4 POLÍTICAS DE CUIDADO NO CONE SUL

Para apresentar um panorama das características gerais das políticas de cuidado existentes nos países do Cone Sul, precisamos definir o que compreendemos por Estado e as características que ele assume nessa região, bem como situar as políticas de cuidado enquanto políticas sociais¹¹.

Partindo da análise marxiana, compreende-se que no contexto em que Marx viveu, o domínio exclusivo do poder político pela burguesia fez com que ela afirmasse que no “Estado representativo moderno, o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1999, p.20). Contudo, a luta de classes, presente na sociedade capitalista, ocorre também na esfera estatal, ocorrendo uma disputa pelo poder econômico e político em determinado espaço e tempo.

O conceito de bloco histórico foi construído por Antônio Gramsci. Anita H. Schlesener (2007) demonstra a relação entre a produção (e as relações sociais que daí decorrem) e a dimensão ética-política (e as relações que se criam entre cultura e política) que fornece homogeneidade, ou seja, uma concepção de mundo unitária e coerente em determinado momento histórico. A partir desse conceito é possível compreender quais forças atuam em um determinado tempo e a relação entre elas.

Segundo Schlesener (2007), para Gramsci, no interior do bloco histórico se explicitam as relações de hegemonia, ou seja, os mecanismos de dominação e direção de uma classe sobre a sociedade. A noção de hegemonia, segundo a autora, se relacionada com a concepção de Estado, em sua concepção ampliada, formado pela sociedade política

¹¹ Trechos do marco teórico sobre o Estado estão presentes na publicação da autora, disponível em Bueno e Preuss (2019).

(aparelho administrativo- burocrático e político-militar, com poder de reprimir grupos contrários aos seus interesses) mais a sociedade civil (instituições que elaboram e/ou divulgam ideologias, possibilitando consenso e manutenção do poder).

Nessa concepção, o exercício do poder ocorre pela articulação entre as funções da sociedade política (coerção) e da sociedade civil (consenso) que possibilitam legitimidade ao poder. O Estado gramsciano é coerção encouraçado de consenso e/ou consenso encouraçado de coerção (SCHLESENER, 2007). Na sociedade civil há disputas de projetos entre a manutenção e o questionamento da ordem capitalista, por isso, conforme Simionatto (1997), essa esfera não existe descolada das condições objetivas, onde ocorre a produção e a reprodução da vida material, conseqüentemente, deve ser abordada a partir da diferenciação de classes e das dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais.

No atual estágio do capitalismo, frações da sociedade civil, ligadas ao capital financeiro globalizado, possuem hegemonia econômica e política e, segundo Simionatto (1997), se ancoram no Estado, esvaziando seu caráter público e o submetendo aos interesses da classe dominante. Simionatto (1997) afirma, por exemplo, que a ideia de déficit público e a defesa do ajuste fiscal ligadas às áreas de caráter público e não às áreas de reprodução do capital, estão relacionadas à disputa de fundos e ao financiamento dos serviços públicos.

Destaca-se, ainda, que parcelas da sociedade civil resistem a esse processo de esvaziamento da esfera pública do Estado: institutos democráticos, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, organizações culturais, entre outros, que possibilitam a correção de forças. É a correlação de forças que explica, em parte, os investimentos públicos para concretizar direitos, historicamente conquistados pela classe trabalhadora e mediados pelo Estado, via políticas sociais. Essas políticas, apesar de representarem estágios de conciliação de classes, atendem necessidades sociais de sobrevivência e de autonomia, portanto, são de natureza contraditória.

Contudo, quando se parte de teorias eurocentradas torna-se indispensável a construção de mediações para a análise da realidade dos países latino-americanos devido às particularidades históricas, por isso, no contexto latino-americano, o Estado desenvolveu um papel peculiar. Alain Rouquié (1984) afirma que foi o Estado colonial que contribuiu para erigir e estabelecer os grupos sociais dominantes através da distribuição de terras, de créditos e das políticas de trabalho voltadas à imigração. E, a partir disso, historicamente, os grupos dominantes utilizam-se do Estado para manter a histórica-estrutural-dependência, assim como as desigualdades econômicas, sociais e políticas internas. Isso explica, de um lado, o posicionamento contrário à democratização social e política, ou ainda, à construção de sociedades que respeitem os modos de vida, a cultura, a língua, as crenças, os territórios dos povos originários.

Para Tilman Evers (1985), não existe uma teoria do Estado subdesenvolvido devido à diversidade dos países, mas há características comuns entre eles, entre as quais destacam-

se: I) variadas formas de governo; II) instabilidade institucional; III) variedade de formas de dominação dentro dos Estados (paternalismo, personalismo, líderes étnicos, religiosos ou carismáticos, entre outros); IV) falta de constituição plena de formas democráticas-burguesas; V) alto grau de repressão; VI) alto grau de violência como meio de luta política (golpes de Estado como meio de transferência de poder, formação de guerrilhas, guerras de religião, entre outras); e, VII) não constituição plena do Estado de direito (alto grau de burocracia, corrupção, nepotismo, descontinuidade das ações, falta de coordenação, entre outras).

Com isso, compreende-se ser necessário analisar as características da ação estatal em determinado contexto histórico, tendo como referência as condições específicas das sociedades periféricas (EVERS, 1985). O Estado capitalista é atravessado por interesses de classes, que se configuram de forma diferente conforme os governos que estão à frente. As disputas políticas interferem na ação estatal e a relação entre os governos e as lutas populares podem (ou não) possibilitar que as necessidades sociais sejam atendidas, ou que a ação estatal transfira recursos e atenda interesses daqueles com maior poder de mobilização de recursos (econômico, de influência, organização, conhecimento, entre outros).

O formato das políticas sociais no Estado capitalista, conforme apresentou José Paulo Netto (1992, p.32), são fragmentadas e pontuais porque são recortadas em “problemáticas”: “o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física, etc. e assim enfrentadas.” Não atingem o cerne da “questão social”, mas somente as suas refrações porque se assim o fizessem colocariam em xeque a própria ordem do capital, isso se complexifica nas sociedades dependentes e periféricas, devido à superexploração do trabalho e à reação a esse processo pela classe trabalhadora. As formas de dominação econômica, social, ideológica e simbólica se entrelaçam na colonialidade interna.

As políticas sociais constituem, juntamente com o papel desenvolvido pela comunidade, família e mercado, um processo particular de proteção social. Nas sociedades latino-americanas a privatização do bem-estar social impera e tem o seu ponto máximo na responsabilização das famílias. As famílias são concebidas em um formato patriarcal/nuclear/monogâmica/burguesa, com pai (provedor), mãe (disponível para o trabalho doméstico e de cuidados de marido/homens, filhos/crianças e dependentes), ou seja, sustentada na divisão sexual do trabalho.

O Estado pode preservar, acentuar ou diminuir as desigualdades entre os sexos por meio de intervenções (ou não intervenções) nos processos discriminatórios, excludentes e marginalizantes que ocorrem com as mulheres nas diferentes dimensões da sociedade. A correlação de forças presentes no Estado é na maioria das vezes desfavorável às mulheres devido ser um ambiente dominado por homens, onde o patriarcado e o racismo imperam. Por isso, se apropriar dos espaços de decisões e de poder é tão importante para

a construção de novas práticas sociais.

As políticas de cuidado existentes no Cone Sul da América Latina são agrupadas em: transferência monetária; e liberação do tempo e oferta de serviços a grupos etários (crianças, idosos, pessoas com deficiência, de acompanhamento hospitalar, de cuidadores domiciliares, entre outros). Longe de esgotar o tema, pretendemos demonstrar as características que essas políticas assumem, mesmo que elas não tenham sido criadas na perspectiva do cuidado aqui adotada, a crítica feminista se faz necessária para a sua revisão e superação.

A transferência monetária é realizada, principalmente, com os programas condicionados de renda¹², que possuem valores desvinculados do salário mínimo nacional e são de baixa cobertura. As condicionalidades, de modo geral, estão voltadas ao acesso às políticas sociais de educação (frequência e aproveitamento escolar) e de saúde (vacinação, acompanhamento pré-natal), direitos sociais básicos que devem ser garantidos pelo Estado. As penalidades ao descumprimento são progressivas, da suspensão ao cancelamento do benefício (BUENO; PREUSS, 2020).

Diante disso, possuem elementos contraditórios. Ao mesmo tempo que melhoram o consumo de bens básicos de alimentação e higiene, reforçam padrões de gênero e não promovem a autonomia econômica das mulheres beneficiárias. Configuram-se, ainda, devido ao enfoque na maternidade, infância e adolescência, e a transferência preferencialmente às mulheres, como uma espécie de licença remunerada para cuidar não contributiva e precária.

Há também os benefícios não contributivos, especialmente para pessoas com deficiência e idosos que não contribuíram com o sistema de seguro social¹³, que, devido ao valor ser próximo ou igual a um salário mínimo nacional e ser incondicional, se articula com a perspectiva do direito social, porém, carece de universalidade, pois são vinculados à situação de pobreza da família, baseada em uma concepção de pobreza restrita à renda *per capita*.

A liberação do tempo está relacionada às licenças maternidade, paternidade e parental destinadas àqueles com contrato de trabalho formal. Aqui observa-se uma distinção entre as mães/pais/responsáveis, que têm o cuidado como um direito garantido pelo empregador, e aqueles que terão que arcar com os custos econômicos e de tempo de cuidado de crianças/adolescentes (SORJ e FONTES, 2012).

Em 2018 a duração da licença maternidade, enquanto um direito da mãe (biológica

12 Exemplo do Programa Bolsa Família no Brasil (2003-2019) e atual Auxílio Brasil (2019-); Asignación Universal por Hijo para Protección Social (2009-) el Programa de Ciudadanía Porteña (2005-) na Argentina; Chile Seguridades y Oportunidades (2012-) el Subsidio Único Familiar (1981-) no Chile; Abrazó (2005-) e Tekoporá (2005-) no Paraguai; e Asignaciones Familiares (2008-) e Tarjeta Uruguay Social (2006-). (BUENO; PREUSS, 2020).

13 Exemplo do Benefício de Prestação Continuada (1996-) e da Previdência Rural (1993-) no Brasil; Pensión Universal para el Adulto Mayor (2016-) el Programa de Pensiones no Contributivas (1948-) na Argentina; Pensión Básica Solidaria (ex-PASIS) (2008-) no Chile; Pensión Alimentaria Para Adultos Mayores en Situación de Pobreza (2009-) no Paraguai e Pensiones no contributivas por vejez e invalidez (1919-) no Uruguai. (BUENO, PREUSS, 2020)

ou adotante) e da criança, variava nos países, sendo no Brasil de 120 dias (podendo ser de 180 dias em instituições públicas ou empresas - de grande porte - que integram o Programa Empresa Cidadã); de 156 dias no Chile; de 90 dias na Argentina (podendo ser prorrogado por mais 90 dias sem remuneração); de 84 dias Paraguai; e, 98 dias no Uruguai (PARLAMERICAS, 2020).

A licença paternidade prevê menor tempo dedicado ao cuidado, sendo estabelecida mais como uma “ajuda” nos primeiros dias de adaptação ou para a regularização da documentação civil da criança, do que um direito dos pais e das crianças visando a corresponsabilidade do cuidado. O tempo varia entre os países, sendo de 05 dias no Brasil (podendo ser de 20 dias em instituições públicas ou empresas - de grande porte - que integram o Programa Empresa Cidadã); 05 dias no Chile; 13 dias no Uruguai para empregados e 10 dias para trabalhadores por conta própria; e 02 dias na Argentina e no Paraguai (PARLAMERICAS, 2020). A licença parental está presente em apenas dois países do Cone Sul: Chile e Uruguai.

Segundo Marcondes e Vieira (2020), essa licença considera a pluralidade de arranjos familiares, incluindo as monoparentais e LGBTQ+, possibilitando a escolha entre os cuidadores de quem irá se ausentar do trabalho. Porém, uma série de fatores dificultam que de fato seja uma escolha: coincide com o período de amamentação, muitas escolhas são permeadas por visões maternalistas, o medo de perder o emprego ou a licença interferir na carreira, de passar por situações discriminatórias. Por isso, o seu alcance é apenas 2,6% dos pais.

A proteção laboral está presente nos cinco países do Cone Sul e prevê a proteção ao trabalho: na Argentina durante a gravidez e sete meses e meio após o parto; no Brasil durante a gravidez e cinco meses após o parto; no Chile durante a gravidez e um ano após a licença maternidade; no Paraguai durante a gravidez e a licença maternidade; e no Uruguai durante a gravidez e seis meses após o parto (SALLÉ; MOLPECERE; INFANTE, 2018). A previsão legal da proteção ao trabalho não garante sua efetividade e a não discriminação das mulheres.

Em todos os países as mulheres dedicam mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidados que os homens, sendo que na Argentina a diferença chega a 14,1 horas a mais; no Chile 13,9 horas; no Paraguai 10,6 horas; no Uruguai 11,5 horas, segundo dados da CEPAL (2019b). No Brasil, o trabalho de cuidados é ainda mais invisibilizado porque as pesquisas não diferenciam o trabalho de cuidados e o trabalho doméstico, esse pode ser um dos fatores que influenciam na cifra de apenas 6,5 horas de trabalho a mais das mulheres em relação aos homens, segundo o mesmo relatório da CEPAL.

A qualidade do tempo também é diferente. Enquanto as mulheres gastam tempo cozinhando, organizando e limpando a casa, os homens utilizam o tempo em atividades voltadas à socialização dos/as filhos/as (brincando, jogando), na gestão do lar (pagando contas, cuidando do orçamento) ou na esfera pública (fazendo compras, passeando).

Vários fatores interferem nesse processo, como, por exemplo, classe social, cultura, ciclo de vida, quantidade de membros na família, idade e condições de saúde. Esse é um trabalho imprevisível, rígido e implica em sobreposição de tempo. Ou seja, as necessidades humanas não correspondem ao tempo produtivo, o que gera conflitos com as atividades desenvolvidas no âmbito remunerado. (SUCUPIRA; FREITAS, 2014).

Ademais, as licenças para cuidar, se não integradas com serviços de cuidado, não garantem a possibilidade de as mulheres permanecerem (ou ingressarem ou retornarem depois de longos períodos afastadas devido ao trabalho de cuidados) no mercado de trabalho ou terem autonomia. Batthyány (2020) argumenta que há necessidade de articulação entre as políticas de tempo e as políticas de serviços, uma vez que, não necessariamente, uma compensa a inexistência ou escassez das outras. Enquanto as políticas de tempo privilegiam aqueles que estão no mercado de trabalho formal, os serviços públicos, devido à seletividade e focalização, assim como a transferência de renda condicionada, se voltam para as pessoas que estão na informalidade ou que não possuem condições de arcar com serviços privados. Esse processo desigual de acesso às políticas de cuidado se sustenta nas desigualdades sociais presentes nas sociedades latino-americanas e as reforçam mutuamente.

A prestação de serviços de cuidado concretiza a responsabilidade do Estado e garante a sua socialização, gerando autonomia para as famílias, especialmente as mulheres. Destacamos, como exemplo, o cuidado infantil de 0 a 3 anos. É importante ressaltar dois aspectos: não ser obrigatório em nenhum dos países do Cone Sul e, culturalmente, o bom cuidado de crianças ser associado ao que é realizado dentro no domicílio pelas mães (MARCONDES, 2019) e/ou arranjos familiares que incluem avós, tias, madrinhas, entre outras mulheres que integram a rede primária de proteção social.

Pesquisa de Marcondes (2019) em três países do Cone Sul, Argentina, Brasil e Uruguai, demonstrou que entre 2005 e 2018 os governos de centro-esquerda possibilitaram condições para a transversalidade de gênero nas políticas sociais de modo geral e, em particular, no cuidado infantil, por meio da institucionalização de demandas feministas e de canais de participação das mulheres na agenda pública. Mas esses avanços não foram homogêneos, sendo que se deu de forma mais restrita na Argentina e intermediária no Brasil e no Uruguai. Apesar do ambiente favorável às mudanças, limites institucionais e orçamentários restringiram a universalização das políticas de cuidado infantil.

O cuidado é interdependente e relacional, em alguns momentos cuida-se e, em outros, é cuidado (BATTHYÁNY, 2020). A abrangência dos serviços públicos voltados para o cuidado deve ser distribuída e organizada ao longo da vida e, ainda, considerar os diferentes aspectos das desigualdades sociais. Ademais, os horários de funcionamento, a qualidade e o território também incidem sobre a oferta.

O questionamento, a denúncia e a pressão por modificações das políticas de cuidado, em uma perspectiva de gênero, é realizada por feministas da academia e dos movimentos

sociais: as licenças são estratificadas e excludentes ao se fundamentar no mercado de trabalho em uma região onde a informalidade ultrapassa metade da população, sem contar que as mulheres predominam na informalidade e há a gravidez na adolescência. Os programas condicionados de renda se valem de uma mulher disponível para cuidar e usam do seu tempo, mas também geram responsabilidades, sofrimento e medo de suspensão ou cancelamento do benefício. Os serviços públicos escassos, subsidiários e de baixa cobertura, inclusive os dados estatísticos são de difícil acesso, o que dificulta as análises, principalmente em relação a pessoas com deficiência e idosos. Esse debate é possível a partir do momento em que se politiza os cuidados.

MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL

Antes de adentrar o debate sobre o cuidado na pauta dos movimentos feministas no Brasil, construímos esse capítulo com objetivo de refletir de maneira teórico-prática a atuação desses movimentos. A exposição está organizada em três principais momentos: inicia traçando reflexões teóricas sobre os movimentos sociais e as diferentes manifestações do movimento feminista, depois apresenta um breve histórico dos movimentos feministas no país e descreve as características das mulheres militantes que constroem três marchas: Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Margaridas e Marcha de Mulheres Negras de São Paulo. Destaca-se que escolhemos apresentar primeiro os participantes da pesquisa, ou seja, partimos do pressuposto de que os movimentos são construídos por pessoas que compartilham experiências e vivências e se articulam em torno de ideias e utopias e, nesse movimento de reflexão e ação, modificam a realidade social que se inserem.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS FEMINISTAS: ALGUMAS REFLEXÕES

A luta social, econômica e política da classe trabalhadora, especialmente das mulheres, se insere no debate da luta de classes, conforme apontado anteriormente. Parte do pressuposto de que a classe trabalhadora tem sexo e raça e age movimentando a sociedade na disputa por melhores condições de vida e por liberdade de ser quem se é.

No Brasil, historicamente, identificam-se diversas manifestações de lutas: pela igualdade de gênero, pela igualdade racial, pela liberdade de orientação sexual, pela proteção ao meio ambiente, pela educação pública gratuita e de qualidade, entre outras. Essas são consideradas, na tradição marxista, como *derivações, manifestações, desdobramentos* das “lutas de classes” e, delas *constitutivas*. As “lutas sociais” e as “lutas de classes” formam um processo comum que se diferenciam pelo tipo de organização, objetivos de curto e longo prazo, nível de consciência da gênese de suas reivindicações. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, *grifos dos autores*).

Há duas dimensões da classe que em dadas condições históricas podem coexistir ou em outras podem representar uma passagem de uma situação a outra: a “classe em si” existe independente da consciência dos indivíduos e se relaciona com o lugar e o papel que as pessoas ocupam no processo produtivo, enquanto que a “classe para si” caracteriza outra dimensão em que consciente de seus interesses e inimigos a classe se organiza na luta e defesa destes. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Partindo do pressuposto que classe, consciência de classe e luta de classes são dimensões de um mesmo processo, é importante destacar que, além do aspecto econômico da classe, ela possui um aspecto político; como apontou o estudo de Mirla Cisne (2018), a consciência associa ou distancia uma posição de classe. Cabe destacar que essa

consciência é determinada pela realidade social, ou seja, é construída em determinadas circunstâncias que não são escolhidas pelos sujeitos, mas herdadas e transmitidas pelo passado, como já apontou Marx.

A consciência possui uma dimensão objetiva (a realidade) e outra subjetiva (dos sujeitos) e, apesar de aparentemente acontecer no âmbito individual, possui um aspecto coletivo, pois se constitui em uma síntese das relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade (CISNE, 2018). A centralidade dada, tanto ao trabalho quanto ao cotidiano, na discussão sobre a consciência demonstra a potencialidade das mulheres para a luta social por desenvolverem um trabalho indispensável para produção/reprodução da vida, em uma cotidianidade que pode ser alienante e/ou desalienante¹.

Para Ilse Scherer-Warren (1994), os movimentos sociais são uma ação grupal transformadora, com os mesmos objetivos, sob a orientação mais ou menos consciente de princípios e valores comuns e sob uma organização diretiva mais ou menos organizada. Requerem a constituição de uma identidade coletiva, a definição de conflitos, de adversários e de um projeto de mudança. Tudo isso surge da identificação de uma carência, que transformada em demanda torna-se uma pauta política e, desta, transforma-se em ações de protestos. (SCHERER-WARREN, 2008)

O movimento feminista hegemônico começou, segundo Kergoat (2009), a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente “evidente” o trabalho das mulheres no âmbito doméstico, não para si, mas para os outros, realizado de modo gratuito, invisível, não reconhecido e sustentado na natureza, no amor e no dever maternal. A denúncia se desdobrou em duas dimensões: em não executar o que mais tarde seria chamado de “trabalho” e a recusa de que essa fosse uma atribuição somente das mulheres.

O movimento feminista possui uma diversidade de perspectivas teóricas e políticas e, ao longo da trajetória histórica, se subdividiu, principalmente, em quatro principais correntes ou vertentes: feminismo radical, marxista, liberal e pós-moderno. Segundo Cisne (2018b), essas correntes se opõem entre si em função da definição da opressão e das suas estratégias políticas. Há ainda abordagens na epistemologia que apontam também o feminismo negro, do campo essencialista, lésbico, entre outros. Portanto, as feministas são um grupo eclético que incluiu uma variedade de perspectivas, panoramas e abordagens, mas que “[...] compartilham o compromisso de dar voz às experiências das mulheres e acabar com a subordinação feminina”. (GANDHI, 2018, p.26).

Esse é um debate complexo e em construção, longe de esgotar o tema, será apresentado a seguir alguns elementos que identificam o feminismo radical, o marxista, o liberal e o pós-moderno e, ainda, o feminismo negro e do campo. Com isso, pretende-se

1 É que, sob a ordem do capital, a cotidianidade aparece como espaço de alienação: *alienação* que, primeiramente, desapropria o produtor de seus produtos (*exploração*), em segundo lugar, afasta do trabalhador do controle e do conhecimento do processo de trabalho (*subsunção real*), assim como torna incompreensível aos indivíduos o conhecimento crítico da sua própria vida (*reificação*) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.100 *grifos dos autores*).

apresentar um panorama da discussão, uma vez que eles coexistem e sofrem influências entre si.

O feminismo radical, segundo Robyn Rowland e Renate Klein (1997), está voltado para a análise da “raiz” da opressão das mulheres, onde localiza-se o sexismo. No centro, tanto da teoria quanto da prática, estão as experiências e interesses comuns a todas as mulheres, enquanto um grupo ou classe social baseada no sexo, oprimido por um grupo ou classe social de homens. O patriarcado é considerado como a estrutura opressiva da dominação masculina, por isso o destaque ao controle masculino exercido em todas as esferas da vida das mulheres.

Outras características do feminismo radical são: criado por mulheres para mulheres; é o poder e não a diferença que determina a relação entre homens e mulheres; defende a necessidade de revolução total das estruturas sociais e a eliminação do patriarcado; não há separação entre teoria e prática, considera que a revolução pode acontecer agora nas ações das mulheres. (ROWLAND; KLEIN, 1997).

Já o feminismo marxista, conforme Mirla Cisne (2018b, p. 211-212), está “[...] ancorado em uma perspectiva materialista, histórica e dialética, tendo como horizonte estratégico para a sua ação política a luta pela emancipação humana.” Para a autora, essa perspectiva metodológica permite um entendimento da condição da mulher no modo de produção patriarcal-racista-capitalista.

Destaca-se dois pontos principais: as relações sociais de classe, raça e sexo são consideradas antagônicas e estruturantes, por isso determinam a exploração material do trabalho, por meio da divisão de classe, sexual e racial do trabalho; e somente a organização coletiva possibilita a construção de uma nova ordem societária, onde todas as pessoas possam ser livres. Diante disso, o feminismo não deve ser um movimento que luta apenas pelas questões individuais das mulheres, mas a luta pela emancipação da mulher está associada à luta pela emancipação humana que só ocorre com a superação do capitalismo. (CISNE, 2018b).

O feminismo liberal, por sua vez, segundo Anuradha Gandhi (2018), possui longa história, pois está ligado ao movimento de direitos iguais para as mulheres, iniciando pelo direito ao voto. Está vinculado aos valores do liberalismo, especialmente, de que se a igualdade formal e legal fosse concedida a todos, os indivíduos deveriam aproveitar as oportunidades disponíveis para ter sucesso. Diante disso, a sua preocupação inicial era modificar leis que negam a igualdade para as mulheres na esfera da educação, do emprego, entre outras. Além de realizar campanhas contra convenções sociais que limitam as oportunidades das mulheres baseadas no gênero.

Com o passar do tempo, apenas alterar as leis não foi suficiente para gerar igualdade e a atuação do feminismo liberal se voltou para buscar condições para as mulheres terem as mesmas oportunidades que os homens e, para isso, passaram a reivindicar o papel do Estado na assistência à infância, ao bem-estar, à saúde, ao combate à violência, entre

outras áreas. Com isso, se desenvolveu, principalmente, entre mulheres que trabalham com grupos de mulheres, agências governamentais e comissões nacionais e internacionais de apoio ao enfrentamento das desigualdades de gênero. (GANDHI, 2018).

As feministas pós-modernas “[...] defendem que não existe nenhuma categoria fixa, nesse caso, mulher. O ‘eu’ é fragmentado por várias identidades – sexo, classe, casta, comunidade étnica, raça. Essas várias identidades possuem um valor em si mesmas” (GANDHI, 2018, p. 85). Com isso, o destaque é dado à diferença e à identidade, bem como à defesa da ideia de que essas identidades são construídas através do discurso, por isso o enfoque está na desconstrução da linguagem e não na atividade política coletiva. (GANDHI, 2018).

O movimento feminista negro, segundo Gonzalez (2020), possui a particularidade de nascer no interior do movimento negro na luta contra o racismo e suas práticas e da sua articulação com a exploração de classe. Ao se reunir para discutir sobre o seu cotidiano, marcado tanto pela discriminação racial quanto pelo machismo, não só dos homens brancos, mas também dos homens negros, as mulheres negras passam a se organizar como um movimento próprio. A autora conta que o feminismo negro possui uma diferença, a solidariedade fundada em uma história comum, afinal as mulheres negras vivenciam experiências racistas com seus filhos, maridos, irmãos, amigos.

O movimento feminista no campo, por sua vez, se articula com as organizações dos (as) trabalhadores (as) rurais vinculados (as) à chamada questão ambiental. Ao denunciarem a exploração e as violências sofridas pelos (as) trabalhadores (as) do e no campo, a forma de propriedade da terra e a necessidade de reforma agrária, eles criaram sindicatos e outras organizações locais. (SILVA, 2008). São as particularidades das mulheres, devido à invisibilidade do trabalho doméstico e familiar, geradas pelas desigualdades de gênero e o machismo, que criam as bases para mobilizações específicas, com demandas voltadas aos próprios sindicatos e movimentos sociais que participam, mas também para a sociedade em geral.

A diversidade das mulheres, suas vivências e experiências, tem possibilitado a criação de diferentes manifestações do movimento feminista, em comum o questionamento do lugar e do papel atribuído às mulheres na sociedade capitalista, mas processo sociais de classe, raça, território, sexualidade atravessam o cotidiano e também reivindicam visibilidade.

Nesse contexto, as mulheres do sul global, como na América Latina e Brasil, apresentam questões que vão além das particularidades da diferenciação dos sexos devido ao processo de colonialismo e suas manifestações contemporâneas. Por isso se desenvolvem pautas ligadas à situação de pobreza e exploração devido ao latifúndio, gentrificação, questões camponesas, *apartheid*, salário mínimo, genocídio da população negra, militarização, entre outras, que denunciam a situação econômica e política em nível local e global. (GANDHI, 2018).

A grande diversidade de coletivos e movimentos cria a necessidade de articulação e de criação de redes de movimentos sociais. Scherer-Warren (2008) afirma que a solidariedade entre sujeitos coletivos, bem como o reconhecimento a partir ou apesar de suas diferenças e o pluralismo democrático são fundamentais para a transformação de demandas particulares em pautas políticas.

A diversidade dos movimentos pode, de um lado, representar fragilidades e fissuras no processo de luta coletiva, mas, por outro lado, em países multiculturais, possui a potencialidade de democratizar as relações sociais e políticas, em uma perspectiva de valorizar a diversidade e compreender o dissenso como constitutivo das transformações sociais. Para construção das redes de movimentos sociais é necessária a abertura dos sujeitos coletivos ao diálogo para superação dos conflitos, reconhecimento das diferenças e o respeito à igualdade. (SCHERER- WARREN, 2008).

Os movimentos, enquanto processos históricos decorrentes das lutas sociais, não surgem espontaneamente, como aponta Gohn (1997), mas organizam cidadãos que atuam junto às bases sociais mobilizados por situações vivenciadas no cotidiano. Isso resulta em uma diversidade de movimentos em torno das mesmas questões e temas e uma pluralidade de formas de atuação. As estratégias de ações podem estar voltadas tanto à institucionalização dos conflitos quanto à atuação na esfera pública como, por exemplo, nas ruas em formas de marchas, caminhadas, protestos, rebeliões, lutas armadas. Esses são os modos de estruturar as ações construídas pela *práxis*² de homens e mulheres. Portanto, falar em movimentos sociais é compreender como se desenvolvem em um processo de reflexão e ação em determinado contexto e cenário sócio-político e cultural e como isso se articula com o repertório interno – demandas, valores, crenças, entre outros. (GONH, 1997).

Segundo Gohn (1997), ao construir, internamente, o seu repertório e demandas, os grupos movimentam os valores, crenças e ideologias compartilhadas entre os seus membros e organizam estratégias de ação que os projetam para o exterior. A partir dessa constatação podemos afirmar que as pautas dos movimentos sociais, em particular feministas, se formam dessas relações e articulações entre o contexto sócio-histórico e as percepções das pessoas que integram o movimento. Refletem, assim, uma síntese de análises da realidade e projeções de mudanças, gerando ações concretas para efetivação de propostas refletidas e criadas coletivamente.

Diante do exposto, no tópico a seguir, buscamos apresentar um breve histórico dos movimentos feministas no Brasil a partir de uma perspectiva feminista marxista (materialista), uma vez que compreendemos que essa vertente permite analisar o trabalho de cuidado por meio da divisão racial-sexual do trabalho e como isso se manifesta na pauta dos movimentos feministas no Brasil, enquanto um processo de luta social e de classes, em

2 Para Marx, a *práxis* é a transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens. Realiza a conexão entre a atividade teórica e a ação por meio da atividade produtiva e/ou política (GONH, 1997).

que as mulheres constroem a sua própria história na relação com a comunidade e com os homens, enfrentando, assim, as desigualdades e opressões.

2.2 BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

As mulheres sempre estiveram presentes nas lutas sociais e políticas do povo brasileiro, desde a colonização há resistências populares contra o processo de exploração e dominação. Destacamos, nesse período, a luta indígena pela sobrevivência, não escravização, manutenção de uma cultura e um modo de vida que se desenvolvia em seu curso. A imposição pela força, violência e ideologia, de um sistema econômico voltado à acumulação não aconteceu sem a resistência dos povos originários. Ainda hoje os povos indígenas lutam pela sobrevivência nas aldeias, pelo reconhecimento cultural, pela demarcação das terras, e contra o preconceito e a discriminação.

Destacamos também o processo de escravização dos povos africanos como parte do colonialismo e enriquecimento dos países centrais. Ao serem retirados de seus países de origem, transportados de forma sub-humana e obrigados ao trabalho forçado em troca de abrigo e alimentação, em condições precárias, manifestaram a força, a coragem e a esperança na luta pela sobrevivência e manutenção de valores e da cultura africana.

Juliana Teixeira (2021) demonstra o lugar em que é colocado a mulher negra no período escravocrata de mão de obra nas lavouras e também nas casas dos senhores como amas de leite ou mucamas. O trabalho nas famílias dos senhores trazia sofrimentos e constrangimentos, como uma maior submissão à violência sexual, mas também representava uma posição mais privilegiada socialmente, em relação às demais mulheres escravizadas. Inicia-se, para a autora, a ambiguidade representada pelo trabalho doméstico, o misto de afeto e desigualdade que contribuiu na naturalização racista da servidão.

Lélia Gonzalez (2020) destaca o papel das mulheres escravizadas na manutenção da ancestralidade com a contação de histórias populares; nas mudanças da língua portuguesa, o que a autora chama de pretuguês, devido às influências dos componentes étnicos dos idiomas africanos, como, por exemplo, a troca do L por R e os cortes dos erres nos verbos no infinitivo; no protagonismo nas manifestações religiosas negras e, mais tarde, na liderança das comunidades. Os estereótipos criados para a mulher negra desde o período escravocrata, conforme a autora, de mucama a mulata, de mãe preta a doméstica, faz com que se torne imprecisa a linha entre a esfera doméstica e o mundo do trabalho.

As mulheres negras participaram das lutas contra a escravidão, juntamente com os homens na construção de Quilombos, enquanto formas alternativas de sociedade. O primeiro que se tem notícia, conforme Gonzalez (2020), data de 1559 na região de cana-de-açúcar no Nordeste. Segundo a autora, a distribuição geográfica dos quilombos pelo Brasil acompanhou a migração interna da população escrava, principalmente após 1850, devido aos ciclos econômicos da cana-de-açúcar, do ouro, do algodão, do café e da borracha.

A República dos Negros de Palmares³ resistiu por um século (1595-1695), mas a resistência também foi urbana, como a Revolta dos Malês, em 1835, que contou com a participação de Luísa Mahin. As mulheres também participaram dos movimentos de libertação nacional: a Revolta dos Alfaiates, a Confederação do Equador, a Sabinada, a Balaiada, a Revolução Praieira, entre outras. (GONZALES, 2020).

A luta de homens e mulheres negros pelo fim da escravidão de pelo menos três séculos só recebeu atenção dos grupos dominantes quando o movimento abolicionista se estendeu por diversos centros urbanos. Teles (2017) afirma que, por volta de 1860, algumas mulheres organizaram sociedades abolicionistas e receberam atenção da imprensa na época, como a Sociedade de Libertação (Rio de Janeiro, 1870), Sociedade Redentora (1870) e Ave Libertas (Recife, 1884). Iniciativas da classe dominante reivindicaram ao parlamento a liberdade dos negros e, contraditoriamente, o impedimento da reforma agrária.

A abolição formal da escravidão em 1888, segundo Menezes (2013), aconteceu por três fatores: resistência e luta dos/as negros/as; pressão externa, principalmente Britânica, por novos consumidores; e, a própria lógica capitalista que impõe um percurso de escravocidadão “livre” para vender sua força de trabalho. A autora conta que a igualdade jurídica-formal impediu a população negra a se tornar donos/as de terras, devido a relação mercantil de compra e venda e, conseqüentemente, empurrou os/as negros/as para as favelas.

Segundo Gonzalez (2020), após a abolição formal coube a mulher negra a posição de viga mestra da comunidade, como sustento moral, afetivo e de subsistência da família. Entre o trabalho doméstico pago e o trabalho doméstico gratuito, assumiu uma série de atividades que definem um “lugar natural”: empregada, diarista, faxineira, merendeira, servente nos mercados. Outro papel reforçado pelo racismo é o de “mulata”, corpo sexualizado e objetificado, produto de exportação nacional a ser consumido pelos burgueses. É a denúncia da dupla opressão e exploração que torna a luta das mulheres negras antirracista e antissexista.

Nesse período o Estado brasileiro subsidiou a vinda de imigrantes europeus para substituir a mão de obra escrava e, segundo Menezes (2013), utilizou recursos destinados a emancipação dos/as escravos/as para atrair-los com incentivos e subsídios estatais, em uma evidente política de branqueamento da população brasileira. Com isso, aconteceu a persistência na sociedade de classes de relações servis e da classificação pela aparência física para o acesso ao emprego. Essa é uma das formas de manifestação do “racismo cordial” que se caracteriza pela cortesia, pois o branco não reconhece o negro como um competidor, mas um subalterno deslocado de seu lugar. (MENEZES, 2013).

Em relação à situação das mulheres brancas burguesas, no século XIX, tanto como no período colonial, elas vivenciavam outras formas de opressão e exploração, confinadas no espaço da casa, subordinadas aos desejos dos pais e depois dos maridos, com uma

3 Segundo Teles (2017), em Palmares a proporção de mulheres era uma a cada cinco homens, mas uma das fundadoras desse Quilombo foi Aqualtune, filha do rei do Congo (África).

educação voltada aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, consequência da dominação patriarcal. Ao se beneficiarem dos privilégios econômicos e do trabalho das escravas, reforçaram uma luta feminista colonizada e, muitas vezes, indiferente as desigualdades sociais. Diante disso, está o esforço da luta em defesa do direito ao voto e à educação.

Segundo Maria Amélia de Almeida Teles (2017), a reivindicação das mulheres pelo direito à educação se iniciou na primeira metade do século XIX. Nesse período o ensino proposto (1827) admitia meninas na escola de 1º grau, com centralidade na preparação para as atividades do lar, em vez de instrução (escrita, leitura, contas). Um pequeno número de mulheres brancas registrava as primeiras formulações sobre o papel de submissão imposto a elas.

Nísia Floresta Brasileira Augusta (1809-1885), Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Narcila Amália (1852-1924), Luísa Mahim (1812-?), Chiquinha Gonzaga (1847-1935) e Maria Baderna (1828-1870) são citadas como as primeiras feministas do Brasil. Neste contexto, estava presente a defesa da abolição da escravidão e a educação. As mulheres negras denunciavam também a situação em que vivia a população negra e participavam dos movimentos de quilombos e revoltas negras/populares. (TELES, 2017).

Teles (2017) lembra que no século XIX as mulheres eram consideradas seres inferiores, ou crianças, que as constituições dos países latino-americanos, especialmente o Brasil, não cogitava direito à educação e ao voto feminino, uma vez que os cidadãos eram somente os homens da classe dominante. A autora aponta tanto influências europeias no período para ampliação da discussão do direito ao voto pelas mulheres, quanto experiências regionais, como a das mulheres chilenas que, em 1876, aproveitaram que a constituição não proibiu o direito ao voto feminino para exercer direitos eleitorais, consequência desse movimento pioneiro é a proibição explícita na Lei de 1884.

A luta sufragista, especialmente entre 1910-1920, se concentrou em campanhas na imprensa e *lobby* junto ao Congresso Nacional. Segundo Branca Moreira Alvez (2019), caracterizou-se como um feminismo que se colocava com cautela, mostrando boa vontade ao diálogo e enfatizando os “atributos femininos”. Isso se deu devido à influência do movimento sufragista norte-americano, em sua corrente mais conservadora. Mesmo assim foram quarenta anos de luta política, enfrentando argumentos moralistas, ridicularização e violência para que somente após a década de 1930 o direito de votar e ser votada (para as mulheres alfabetizadas) fosse incorporado na Constituição de 1934, com a influência de Carlota Pereira de Queirós, a primeira constituinte brasileira.

As mulheres operárias eram influenciadas por ideias do socialismo e do anarquismo e, ainda na primeira República (1889-1930), recebiam salários menores que os homens e tinham jornadas de trabalho maiores, além de enfrentarem opressão sexista dos patrões. A reação se dava por meio da participação nos sindicatos e nas greves operárias. As conquistas eram menores nas categorias profissionais que concentravam o trabalho

feminino como, por exemplo, as costureiras que tinham jornadas mais extensas. A luta operária das mulheres se concentrava na questão do trabalho, na proteção à maternidade e às crianças. (TELES, 2017).

Inicia aqui entre as mulheres operárias a percepção que a principal opressão na sociedade capitalista é a do capital sobre o trabalho, mas que há opressões específicas direcionadas às mulheres, aos homossexuais, às pessoas com deficiência, entre outros grupos, e que a mudança econômica e política, advinda da superação da ordem burguesa, precisa ser acompanhada da superação também dessas formas de opressões. (COSTA; SARDENBERG, 2008).

As mulheres trabalhadoras rurais, por sua vez, segundo Silva (2008), tiveram a vida impactada de outra forma pelo processo de industrialização e urbanização, principalmente na década de 1950. A agricultura voltada à exportação era pouco mecanizada e a base de produção de alimentos, realizada por pequenos agricultores, não era suficiente para abastecer os centros urbanos. Além disso, do ponto de vista político, as oligarquias agrárias ampliaram a representatividade no Congresso Nacional, o que permitiu a continuidade de seus privilégios, especialmente, em relação ao controle e acesso à terra e o impedimento da extensão dos direitos trabalhistas e sindicalização dos (as) trabalhadores (as) do campo até 1963.

Como reação surgiram as Ligas Camponesas, na década de 1950, enquanto associações de trabalhadores (as) rurais presentes em vários estados (Pernambuco, Paraíba, Goiás e Rio de Janeiro). A denúncia da violência, do monopólio da terra e da exploração causou a perseguição e o assassinato de seus líderes, exemplo de Francisco Julião de Pernambuco. A principal luta social era a reforma agrária radical que foi sufocada com o golpe de 1964. A partir das Ligas Camponesas, os (as) trabalhadores do e no campo assumiram o protagonismo e fundaram sindicatos e organizações locais. (SILVA, 2008).

Os movimentos de massa por reformas de base do início da década de 1960 causaram reações conservadoras, inclusive muitas mulheres marcharam contra a “ameaça comunista” e a qualquer mudança de caráter popular. Segundo Teles (2017), a grande massa feminina que se posicionou contra as reformas de bases eram empregadas domésticas, faveladas e trabalhadoras que foram manipuladas pelas forças políticas de direita.

Do outro lado, estavam as mulheres progressistas que não conseguiram se organizar de forma autônoma em defesa das conquistas populares e dos direitos das mulheres, muitas estavam vinculadas aos partidos políticos e sindicatos, onde as pautas específicas tinham pouco ou nenhum espaço. Com o golpe militar de 1964, as lutas feministas passaram a integrar o movimento contra a ditadura, sendo protagonistas nas mobilizações pela anistia, além da participação nas mobilizações contra a ditadura e pela democracia. As mulheres sofreram com a perseguição política, prisões e torturas, mas não deixaram de participar tanto de ações urbanas, quanto dos movimentos de guerrilhas e de luta armada.

Nos anos 1960 e 1970 o movimento feminista hegemônico centraliza o debate em torno do trabalho doméstico. Segundo Leila Blass, Helena Hirata e Vera Soares (2021), a palavra de ordem era “trabalho doméstico é trabalho!”. Esse processo modificou a própria noção moderna do que significa trabalho. Ao tornar visível o trabalho das mulheres e as relações de poder entre os sexos, as análises sobre a divisão sexual do trabalho demonstraram que as práticas coletivas são sexualizadas.

Além disso, o lema “o pessoal é político”, que surge nesse contexto, denota a relação de poder e de dominação masculina presente no âmbito das questões até então consideradas de mulher, como o casamento e a família, ou seja, que estão presentes tanto no âmbito público, quanto no privado. Política se torna qualquer relação de poder e exige respostas coletivas para enfrentamento das desigualdades. (BAIRROS, 1995).

Nesse período, o ano de 1975 foi eleito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, o que permitiu, mesmo no contexto da ditadura, a ampliação do debate público sobre os direitos das mulheres. Pautas gerais, como a falta de escolas, o custo de vida, baixos salários, anistia, se fundiam com pautas específicas sobre a igualdade de direitos e o questionamento do papel de submissão das mulheres. (TELES, 2017).

O primeiro jornal dirigido às mulheres foi o *Brasil Mulher*, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, com influências de partidos de esquerda marxista e circulação entre 1975 e 1980. Em junho de 1976, o jornal *Nós Mulheres*⁴ também começa a ser organizado e na sua primeira edição demonstra o avanço das ideias feministas e o questionamento do papel tradicional de responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados, o que se repetiu nas oito edições do jornal:

4 “O jornal *Nós Mulheres* foi publicado pela Associação de Mulheres no período de 1976 a 1978. Esse tabloide artesanal era instrumento de divulgação de assuntos não veiculados na imprensa oficial, expressando o pensamento feminista e político de uma época. Vigorando em um contexto político marcado pela censura, o jornal viu-se obrigado a inovar em termos de linguagem e de abordagem. Hoje, o *Nós Mulheres* é importante fonte histórica sobre o feminismo e suas questões” (Fundação Carlos Chagas, 2022, s/p) Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/> acesso em 20/01/2022).

editorial

Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem.

Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem a função natural da mulher: mãe e esposa. NÓS MENINAS, devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa. Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação.

Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amorosas e as farras de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa.

Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou do pai não dá pra viver, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, porque somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque traremos para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com nossos filhos. E quando, com muita dificuldade, conseguimos um emprego (às vezes, nossos próprios pais ou maridos não nos deixam trabalhar pois foram acostumados a pensar que os homens devem sustentar a casa) sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo trabalho que eles. E, neste emprego, nossos cargos são sempre subalternos. Até nos acostumamos a pensar que os chefes devem ser homens! NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres.

Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas de casa, persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque têm dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. Além disso, podem dar uma boa alimentação, uma boa escola, brinquedos e roupas a seus filhos. A maioria das donas de casa, porém, é obrigada a passar o dia todo lavando, passando, arrumando, cozinhando, cuidando dos filhos, num trabalho que não

acaba nunca. Muitas não podem sequer dar a seus filhos uma boa alimentação e uma escola. Muito menos brinquedos e roupas.

Queremos mudar esta situação, preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. E possível que nos perguntem: «Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?» Nós responderemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurante a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções.

Sua colaboração é muito importante. São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher. Queremos que este jornal seja mais uma destas poucas tribunas.

E por isto que quanto mais cartas, críticas, artigos, sugestões, informações você mandar, estará ajudando a construir este nosso instrumento de conscientização e luta.

É claro que neste número não poderia caber tudo o que queremos mostrar. Pretendemos retomar nos próximos números os assuntos que tratamos neste e outros, falando por exemplo da vida da secretária, da mãe solteira, da enfermeira, da desquitada, de NÓS MULHERES, enfim. Finalmente, queremos agradecer a gentileza de Ruth Escobar, a quem devemos o financiamento deste primeiro número. E a todas as mulheres que contribuíram com seu depoimento para o nascimento do jornal NÓS MULHERES.

Figura 02 – Editorial do jornal *Nós Mulheres* de junho de 1976

Fonte: Jornal *Nós Mulheres*, 1ª edição, junho de 1976.

O editorial afirma as desigualdades entre homens e mulheres em todas as esferas da vida social, na socialização, família, escola e mercado de trabalho. Aponta a desigualdade, também, entre as mulheres de diferentes classes (nos artigos do jornal encontramos a discussão da dupla exploração e opressão da mulher negra). Ressalta-se a perspectiva que somente a luta muda as condições de vida das mulheres, presente inclusive nas outras edições. Exemplo do debate sobre o feminismo nos países subdesenvolvidos da edição nº 06 de agosto/setembro de 1977, que esclarece que a luta por melhores condições de vida para população é parte integrante da luta feminista.

Outro ponto central é a reivindicação da socialização dos cuidados das crianças e do trabalho doméstico, tanto com todos os moradores da casa quanto com o poder público. Creches e escolas, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares são temas recorrentes. Diante disso, a reflexão sobre as desigualdades sociais que atravessam o cotidiano das mulheres possibilita a construção de espaços e lutas coletivas que pressionem mudanças na sociedade como um todo, inclusive, o poder público com a oferta de políticas públicas.

O movimento feminista se ampliou, a partir da década de 1970, permeado de contradições e conflitos entre as mulheres, segundo suas vivências, experiências, posicionamentos políticos, participação em sindicatos, partidos políticos e movimento

negro. A diversidade trouxe questionamentos: ser feminina ou feminista? Participar ou não dos partidos, do sindicato, dos espaços institucionais? Se afastar ou não das instituições religiosas? Ser a favor ou contra o aborto? Defender pautas gerais ou específicas? Como articular a luta feminista e o combate ao racismo? Como conciliar as atividades políticas com o papel de cuidadora/mãe? E muitas outras que têm sido, ainda hoje, objeto de debate nos movimentos.

Gonzalez (2020) demonstra que o feminismo negro surgiu no contexto de desenvolvimento e expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970, no interior do Movimento Negro Unificado e do movimento de associações de moradoras das favelas e bairros periféricos, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, mas em pouco tempo se estendeu para outras regiões do país. A participação das mulheres, tanto na criação quanto na direção do movimento negro, também contribuiu com o avanço da consciência democrática, antirracista e anticolonialista.

As bases dos encontros das mulheres negras foram a Semana da Cultura Negra (1972); a criação de grupos de mulheres negras (MAHIN, 1980; AQUALTUNE, 1982): Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982) e Nzinga (1983); a realização do I Encontro de Mulheres Negras de Favelas e Periferias (1983); e a participação de três representantes das mulheres negras no II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, em Lima, Peru (1983). A luta contra a violência, o sexismo, o racismo e a identificação de classe oprimida denuncia a tripla opressão/exploração: mulher, negra, pobre. (GONZALEZ, 2020).

O movimento das mulheres trabalhadoras do campo, em desenvolvimento desde as Ligas Camponesas, nasceu no processo de luta contra a violência no campo e pelo acesso à terra. As mulheres enfrentaram diversas manifestações da desigualdade de gênero como, por exemplo, não serem consideradas capazes de liderarem os movimentos ou serem destinados a elas trabalhos vinculados à alimentação durante as lutas sociais e o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado, bem como o trabalho realizado no plantio e com os animais. Diante disso, a necessidade de criar um movimento específico que reconheça essas particularidades e reivindique reconhecimento, valorização e espaço político aos próprios movimentos sindicais e sociais do campo, mas também à sociedade em geral.

Na década de 1980 começam a ser criados Conselhos da Condição Feminina ou Conselhos dos Direitos das Mulheres, órgãos de consulta e proposição, em vários estados. Cinco anos depois, o Conselho Nacional das Mulheres inicia as suas atividades, inclusive, foi esse conselho que liderou a “Carta das mulheres à Constituinte”, que englobava tanto a defesa da democracia e da questão social, quanto reivindicações específicas de trabalho, saúde, direitos de propriedade, chefia compartilhada na sociedade conjugal, defesa da integridade física e psíquica, redefinição da classificação penal do crime de estupro, criação de delegacias especializadas em todos os municípios. Resultado desse processo foi também a criação da primeira delegacia especializada de atendimento às mulheres em

São Paulo, em 1985.

Importante afirmar que todo esse processo se deu em um contexto de mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas. O papel do Estado ditatorial na industrialização, êxodo rural e aprofundamento da dependência externa, somado com a transição demográfica tiveram impacto na vida das mulheres que responderam com a mobilização política e maior participação na esfera pública. Decorrente das lutas sociais, o processo de redemocratização e a Constituinte representou as contradições e a luta de classes do momento histórico.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os direitos sociais e demandas igualitárias, com restrições aos direitos reprodutivos (exemplo do direito da interrupção de uma gravidez indesejável e o tratamento do tema como uma questão de saúde pública). Sueli Carneiro (2003) argumenta que como resultado da luta histórica do movimento de mulheres brasileiras a Constituição contemplou 80% das suas propostas, incluindo a igualdade jurídica na família (sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres), o fim da diferenciação entre filhos/as legítimos e ilegítimos e a igualdade no mercado de trabalho.

Na década de 1990, a disputa de projetos societários, especialmente, o democrático e o neoliberal, conforme demonstrou Evelina Dagnino (2004), culminou em uma confluência perversa que faz uso do discurso para camuflar os direcionamentos econômicos e políticos da sociedade. De um lado, a necessidade de concretização da democracia e do Estado ativo e propositivo na implementação de políticas públicas; de outro, o projeto neoliberal que utiliza as mesmas referências da sociedade civil, participação, cidadania para privatizar e transferir as responsabilidades estatais para organizações da sociedade civil (ONGs).

Os movimentos feministas não estão desvinculados desse processo, tanto na inserção de integrantes na constituição e liderança das ONGs, visando a efetivação das “parcerias” entre Estado e sociedade civil, quanto na participação na esfera governamental, especialmente nos conselhos gestores e em cargos eletivos ou de confiança nas secretarias, buscando diálogo entre as demandas das mulheres e a construção de políticas públicas. Com a institucionalização das práticas da sociedade civil, ocorre um refluxo nos movimentos contestatórios. (SCHERER- WARREN, 2008a).

Esse período também é marcado pelo crescimento e consolidação dos movimentos sociais do campo (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento das Mulheres Agricultoras, entre outros) e dos movimentos étnicos (Movimento Negro, Movimento de Mulheres Negras, Movimento Indígena, entre outros) que assumem maior visibilidade no espaço público. Sherer-Warren (2008a) destaca a Marcha do Zumbi dos Palmares, realizada em Brasília em 1995, que reuniu ativistas negros e negras contra o racismo, pela cidadania e pela vida, que resultou na criação de grupo interministerial para valorização da população negra.

Nos anos 2000 as contradições presentes na relação entre Estado e sociedade

civil, devido aos próprios limites do Estado patriarcal-capitalista no avanço da democracia e da efetivação das políticas sociais, modificaram a forma de mobilização dos movimentos sociais. Se os anos 1990 representaram uma maior institucionalização, e até mesmo uma centralidade nas ONGs, nos anos 2000 ocorreu uma retomada das ações de rua.

As características das mobilizações dos movimentos sociais se inclinam para a retomada das ações nas ruas, a articulação em redes nacionais e internacionais e a produção de conhecimento, informação e comunicação alternativa à medida que a mídia de massa tende a criminalizar os movimentos, pois eles representam um questionamento da ordem social vigente. (SCHERER-WARREN, 2008a).

Ana Cecilia N. Cuentro (2020) enfatiza o ano de 2011 como o marco do retorno dos movimentos sociais às ruas, especialmente, os feministas, com destaque para a mobilização da Marcha das Vadias⁵, enquanto uma resposta ao processo de culpabilização das mulheres pela violência sexual. A rua se torna espaço legítimo a ser ocupado e potente de articulação política voltado a mobilizar e fomentar as lutas sociais.

Nesse momento muitos coletivos feministas surgiram com diferentes estratégias de manifestações, exemplos do cine debates, da arte de rua (grafite e lambe-lambe), das atividades culturais e da militância nas redes sociais. Esses coletivos podem apoiar ou integrar os movimentos feministas ou articular-se de forma autônoma, uma vez que buscam a autogestão, a horizontalidade e a arrecadação de fundos com a venda de materiais e camisetas. (CUENTRO, 2020).

A autora também enfatiza os protestos realizados em 2013 com as Jornadas de Julho que se tornaram espaço de reivindicação até 2015. A onda de protestos iniciou no Estado de São Paulo devido ao aumento das passagens de ônibus, mobilizando milhares de pessoas. A pauta se ampliou e se espalhou pelo Brasil. Entretanto, o que no início indicava um movimento contestatório por ampliação dos direitos sociais resultou em uma ofensiva conservadora de ataque às ações sociais do Estado. O movimento considerava-se apartidário e apresentava pautas contraditórias.

A chamada Primavera das Mulheres⁶ começou em 2015 nas redes sociais no processo de mobilização das mulheres com #ForaCunha (contrárias à presidência da câmara federal de Eduardo Cunha⁷) e ganhou maior alcance em 2018 com o #elenão

5 "Surgida em 2011 na cidade de Toronto, Canadá, as *Slut Walks* já atingiram muitos países. Um de seus objetivos é adotar o conceito de "vadia" para se opor ao estereótipo de culpa que recai sobre mulheres agredidas em função da exposição de seus corpos ou de suas sexualidades, defendendo o direito de autonomia pelos seus corpos. No Brasil, A *Slut Walk* ganhou o nome de Marcha das Vadias e já acontece em cerca de trinta cidades diferentes. Esse movimento aconteceu como resposta a um policial que afirmou que mulheres que se vestem como vadias são responsáveis pela própria vitimização em ataques sexuais (GALETT, 2014, p. 2196-2197).

6 Segundo Ana Paula Antunes Martins (2018, p.174), "No Brasil, os últimos anos foram marcantes no que diz respeito à realização de protestos e manifestações públicas, o que fez com que veículos de comunicação denominassem esse novo momento de "Primavera das Mulheres" ou "Primavera Feminina" [...], essas nomenclaturas foram amplamente difundidas nos anos de 2015 e 2016 e costumavam referir-se a um conjunto de eventos, ou mesmo a uma nova conjuntura social e política em que as mulheres teriam maior protagonismo."

7 O deputado Eduardo Cunha representava um retrocesso ao acesso aos direitos reprodutivos das mulheres, especialmente com proposição do Projeto de Lei nº 5.069/2013, de sua autoria, que busca tipificar como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Destaque que o

(em oposição a candidatura de Jair Bolsonaro nas eleições). Para Priscila Brito (2020), a internet acelera a difusão da informação tornando os processos políticos rápidos e dinâmicos, mas as redes sociais, como meio de comunicação entre as mulheres, também possibilitam a disseminação de notícias falsas (*fake news*) e discurso de ódio marcado pela criminalização e perseguição de ativistas, principalmente por setores da direita, o que lança desafios para esse momento, pois impacta na subjetividade, na forma de compreender a política e a relação das pessoas com o tempo e o espaço.

Nesse processo, as reivindicações dos movimentos feministas também se ampliam e novos temas entram no debate, como, por exemplo, a questão dos privilégios da branquitude e o transfeminismo. Além disso, conforme demonstrou o estudo de Brito (2020), também entram no debate as demandas de autocuidado, autoreflexão e de horizontalidade na organização. A luta por políticas públicas permanece na busca de alterar o padrão de desigualdades entre homens e mulheres e gerar certa autonomia econômica, social e política às mulheres. A seguir são abordadas três experiências de movimentos feministas recentes.

2.3 AS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES QUE CONSTROEM AS MARCHAS DE MULHERES NO BRASIL

Como identificamos anteriormente, a partir dos anos 2000 há uma retomada da atuação dos movimentos sociais nas ruas, o que não significa dizer que na década de 1990 isso não aconteceu, mas naquele período o incentivo à institucionalização dos movimentos, por meio das ONGs, teve destaque. Nesse sentido, ao abordar o tema da pauta do cuidado nos movimentos feministas atuais, foram delimitadas três grandes marchas de mulheres que aconteceram na última década: a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras⁸, que se manifestam no Brasil com a chamada das participantes às ruas como uma das estratégias de ação.

Os movimentos feministas são construídos por uma diversidade de mulheres, com diferentes identidades, podendo também ter o apoio de homens, mas, muitas vezes, mesmo o movimento se declarando feminista, muitas militantes não se percebem assim. Essa situação está presente nas Marchas das Margaridas, uma vez que não há, por uma parcela do grupo, a identificação com o feminismo, conforme a fala de Margarida: “E a Marcha das Margaridas reafirmando esse lugar de feminista, que é outra questão que a gente tinha dificuldade dentro da Marcha das Margaridas, que é das mulheres rurais se assumirem enquanto feministas.”

O preconceito e estereótipos vinculados ao termo feminismo geram resistência

mandato do deputado foi posteriormente cassado por envolvimento com esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro. 8 Tivemos também, nesse período, duas edições da Marcha das Mulheres Indígenas, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, mas não foi possível incluir no estudo devido às particularidades culturais e de percepções sobre o cuidado que exigem um aprofundamento no modo de vida da população indígena.

no processo de consciência das mulheres sobre a opressão e a exploração a que estão sujeitas na sociedade capitalista. Essa reação conservadora aos movimentos feministas é percebida, principalmente, no combate a pautas sobre o direito ao aborto, na acusação que o feminismo irá destruir a família e a importância dada ao papel da mulher na família e no cuidado com os/as filhos/as. (GANDHI, 2018).

Ana Alice A. Costa e Cecília Maria B. Sardenberg (2008) também demonstram que a resistência e, até mesmo uma certa hostilidade, presente na sociedade brasileira em relação ao termo feminismo se dá por desinformação, sendo alimentadas pela mídia que criou uma imagem generalizada de feminista como uma mulher feia, mal-amada e inimiga dos homens e, mais recentemente, de uma mulher masculinizada. As autoras esclarecem que esse movimento ocorre com o intuito de reforçar o lugar da mulher como submissa, passiva e conformada. Ambos os estereótipos, da mulher masculinizada e da mulher bem comportada, partem de um processo de construção da identidade feminina vinculado à ideologia do patriarcado.

Ademais, existe o “mito do matriarcado” que, para as autoras Costa e Sardenberg (2008), não é uma invenção das mulheres, mas vigoram em sociedades que imperam a ideologia machista e sexista, como a brasileira. O feminismo se aproxima do humanismo e da perspectiva dos direitos humanos, que impacta também nos estereótipos masculinos e procura construir novas relações sociais baseadas na igualdade entre os sexos.

As mulheres da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, por sua vez, declaram uma não identificação com o feminismo hegemônico de origem branca e ocidental, o que podemos remeter à História, por exemplo, em momentos em que parte de feministas brancas foram contrárias ao movimento de libertação de escravos/as negros/as ou não consideraram o racismo como uma questão central do movimento ou, ainda, que não questionaram o lugar privilegiado das mulheres brancas.

O pensamento feminista negro, segundo Luiza Bairos (1995), é um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferece um ângulo particular de visão da comunidade e da sociedade, envolve as interpretações das mulheres negras daquilo que elas vivenciam, parte das relações raciais e sua intersecção com gênero e classe. Entre as principais diferenças com o feminismo hegemônico está a compreensão de que não existe uma categoria universal de mulher, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada.

Na realização da pesquisa com mulheres integrantes da MMM, MM e da MMN/SP no Brasil, a não identificação de muitas delas com o termo feminismo foi um fator apontado por uma das entrevistadas para a não participação de mais mulheres na pesquisa⁹. Destaca-se que as marchas de mulheres constroem espaços de luta social, política e ideológica

9 A entrevistada Margarida explicou que as mulheres da Marcha das Margaridas estão em processo de identificação com o feminismo. Do mesmo modo, tivemos dificuldades na ampliação da participação, via preenchimento *online* do formulário, pelas mulheres negras. Aqui também consideramos que a coleta online possui também limites concretos, como o acesso ao celular ou computador e internet.

que questionam a divisão sexual do trabalho, a violência contra as mulheres, a falta de representatividade política, entre outras manifestações das desigualdades de gênero, caracterizando-se, assim, como uma luta feminista.

Em agosto de 2022 foram entrevistadas três mulheres representantes de cada uma das marchas, conforme disposto a seguir:

Identificação	Apresentação
Margarida ¹⁰	“[...] sou agricultora familiar agroecológica aqui no sertão [...] Sou sindicalizada desde 2005 no sindicato dos trabalhadores rurais dos agricultores e agricultoras familiares [...]. Desde 2010 componho a direção da Federação de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares [...] e há quatro anos estou coordenando o trabalho com as mulheres, enquanto coordenação da marcha também, na coordenação estadual da Marcha das Margaridas.”
Clara ¹¹	Eu sou militante da marcha desde 2005, faz tempo, eu estava na universidade e aí a gente estava no movimento estudantil e a marcha chamou uma reunião de preparação para o 8 de março e nós fomos. A gente estava na época organizando as mulheres do movimento estudantil, organizando as mulheres da UNE, foi o primeiro encontro em 2005. [...]
Lélia ¹²	[...] Conheci o movimento estudantil muito cedo, [...] ainda na época do Fora Collor, 92, por aí. [...] esse movimento estudantil estava super, mega, ligado ao PCdoB. [...] Então aí fiquei um tempo no Partido. [...] A verdade é que hoje eu estou dentro da Marcha das Mulheres Negras porque eu acho bem complicado mesmo esses grupos que são mistos, sabe? com homens e mulheres [...] conheci outros movimentos negros [...] mas nunca foi um lugar de... nunca consegui identidade nesses lugares. [...] Até essa coisa de preto e branco, nunca achei interessante o movimento negro.

Quadro 2 – Representantes das Marchas de Mulheres no Brasil, 2022

Fonte: pesquisa da autora. Organização: a autora.

As mulheres que participaram da entrevista possuem uma trajetória na luta política, construída em vários espaços, com destaque para o movimento estudantil, partido político e sindical. Representam um lugar de fala que demonstra a percepção a partir do lugar concreto de construção de cada marcha.

Aparecem também na apresentação os conflitos históricos dos movimentos sociais e partidos de esquerda no Brasil, que são atravessados por machismo, racismo e violência, pois refletem a sociedade em que se fundam, além de discursos que o combate ao racismo e sexismo dividem ou fragmentam a luta.

Cisne (2018b) demonstra que mesmo no campo da “esquerda” encontra-se tanto a resistência ao feminismo, quanto posturas patriarcais, racistas, LGBTfóbicas que reforçam privilégios masculinos. A autora defende que unidade requerer reconhecimento da diferença, uma vez que a classe não é homogênea, mas formada por uma materialidade

10 Em homenagem a Margarida Alves (1933-1983), sindicalista e defensora dos direitos dos/as trabalhadores/as rurais.

11 Em homenagem a Clara Zetkin (1857-1933), comunista alemã e líder do movimento internacional de mulheres, na segunda Conferência Internacional de Mulheres Operárias em Copenhague, mudou a resolução para comemorar o 8 de março como o Dia da Mulher Proletária em âmbito mundial. (GANDHI, 2018).

12 Em homenagem a Lélia Gonzalez (1935-1994), filósofa, antropóloga, professora, militante do movimento negro e feminista.

de corpos que possuem sexo/sexualidade, raça/etnia.

Para as autoras Nancy S. Sternbachm, Marysa Navarro-Aranguren, Patricia Chuchryk e Sonia E. Alvarez (1994), os feminismos latino-americanos nascem nos grupos de esquerda: movimentos guerrilheiros, partidos políticos progressistas, sindicatos, movimento estudantil, campanhas cívicas, movimentos negros, entre outros. Devido às dificuldades de visibilidade de suas pautas, em um ambiente predominantemente masculino, progressivamente, as feministas rompem organizacionalmente com os grupos de esquerda e constroem um movimento identitário próprio. Permanecem interligadas, ideologicamente, com o compromisso com a mudança radical das relações sociais de produção/reprodução.

Destaca-se outra particularidade latino-americana: a situação de pobreza que vivencia parte da população e leva as mulheres das comunidades pobres a se organizarem em grupos para criar estratégias de sobrevivência, muitas delas vinculadas a igrejas ou organizações não governamentais, tanto para dar respostas a questões imediatas, como a fome, quanto para reivindicar serviços públicos, como acesso à água, à moradia, à saúde, e denunciar a violência policial, entre outros. Muitos desses grupos se denominam femininos, diferenciando-se do feminismo, uma vez que não questionam o modo como as mulheres se inserem no contexto social. (STERNBACHM; NAVARRO-ARANGUREN; CHUCHRYK; ALVAREZ, 1994).

O quadro 3 demonstra as características das vinte e oito militantes que contribuíram com o preenchimento do formulário online enviado para as três marchas:

Movimento Feminista	nº.	%
Marcha Mundial das Mulheres	16	57
Marcha das Margaridas	05	18
Comissão de Mulheres Rurais da Fetape	01	3,5
Marcha de Mulheres Negras	03	11
Coletivo Feminista Maria vai com as Outras	01	3,5
Coletivo de Mulheres da CONAQ	01	3,5
Não participa	01	3,5
Total	28	100

Quadro 3 – Participantes da pesquisa, 2022

Fonte: pesquisa da autora.

Organização: a autora.

De acordo com o quadro, 57% das participantes da pesquisa pertencem a MMM. Se considerarmos que a participante da Comissão de Mulheres Rurais da Federação dos Trabalhadores Rurais dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco - FETAPE está na organização nacional da Marcha das Margaridas e que uma das mulheres

é do coletivo de mulheres da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos –CONAQ e estava presente na MM em 2011 e 2019, bem como a participante que respondeu que não participa de movimento feminista é sindicalista rural, quilombola e participou da Marcha das Margaridas de 2015, a representatividade da MM sobe de 18% para 25%. Do mesmo modo, a representatividade da Marcha de Mulheres Negras pode incluir a participação da militante do Coletivo Feminista Maria vai com as Outras, chegando a 14,5% das mulheres.

O quadro 4 apresenta as características das participantes da pesquisa via formulário:

Identificação	Idade	Renda (sm*)	Raça	Região	Território
MMM1	66	3 a 5	branca	sul	urbano
MMM2	53	mais de 5	branca	sul	urbano
MMM3	23	até 1	branca	sul	urbano
MMN/SP1	39	mais de 5	negra	sudeste	urbano
MMN/SP2	36	até 1	parda	sudeste	urbano
MMM4	62	3 a 5	negra	sul	urbano
MMM5	29	1 a 2	branca	sul	urbano
MMM6	31	1 a 2	negra	nordeste	urbano
MMM7	32	1 a 2	negra	norte	urbano
MMM8	24	até 1	branca	norte	urbano
MMM9	25	3 a 5	branca	sudeste	urbano
MMM10	25	3 a 5	branca	sudeste	urbano
MMM11	43	3 a 5	parda	sudeste	urbano
MMM12	44	3 a 5	parda	sudeste	urbano
MMM13	47	3 a 5	amarela	sul	urbano
SRQ	50	não tem renda	negra	sul	urbano
MM1	35	até 1	negra	sul	rural
Coletivo Conaq	72	1 a 2	negra	sul	rural
MM2	41	1 a 2	negra	sul	rural
MMM14	55	1 a 2	negra	nordeste	urbano
MM3	35	até 1	parda	sul	urbano
MMM15	52	1 a 2	branca	sul	urbano
MMM16	54	mais de 5	branca	sul	urbano
MM4	47	até 1	negra	centro-oeste	rural
MMN/SP 3	42	1 a 2	negra	sudeste	urbana
Coletivo F.M.O	65	1 a 2	negra	sudeste	urbana
MM5	50	até 1	parda	nordeste	rural
Comissão Mulheres rurais	35	não tem renda	parda	nordeste	rural

* salário mínimo

Quadro 4 – Características das participantes da pesquisa documental, 2022

Fonte: pesquisa da autora.

Organização: a autora.

Em relação à idade, há um encontro de diferentes gerações, considerando que quatro mulheres têm até 25 anos, oito têm entre 29 e 39 anos, seis entre 40 e 49 anos, seis entre 50 e 59 anos, três entre 60 e 69 anos e uma delas tem 72 anos. A média de idade das mulheres da MMM é de 41 anos, da MM é de 40 anos e da MMN/SP de 45 anos.

A renda de nove mulheres é de 1 a 2 salários mínimos, seguida de 1 a 2 e de 3 a 5 salários mínimos que foram indicadas, respectivamente, por sete mulheres. Seguida de três mulheres que possuem renda entre 3 e 5 salários mínimos, com predominância no grupo de mulheres brancas, enquanto que as duas mulheres que declararam não ter renda são negras. Destaca-se que entre as nove mulheres com renda de até 1 salário mínimo ou sem renda, cinco delas são da MM.

O gráfico 1 ilustra os dados sobre a renda:

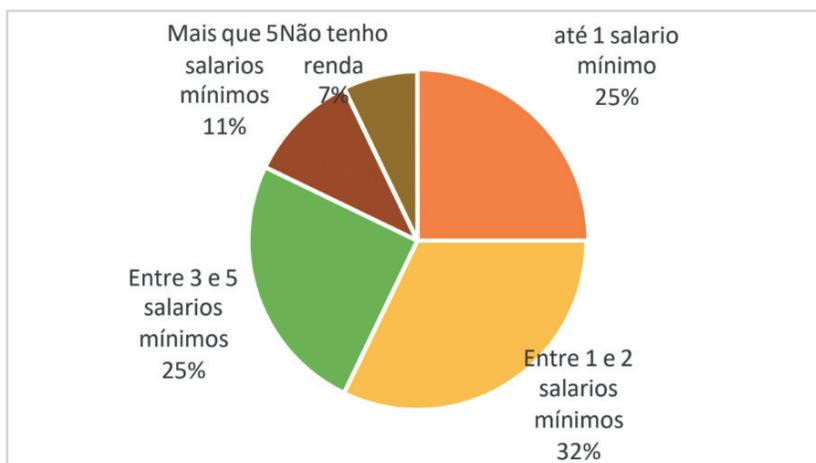


Gráfico 1 – Renda das mulheres participantes da pesquisa, Brasil, 2022

Fonte: Pesquisa da autora. Org. A autora.

São mulheres da classe trabalhadora que compõem as marchas de mulheres no Brasil, a representação de todas as regiões do país: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul; mulheres brancas, negras e amarelas; da área urbana e rural; de diferentes idades, o que permite afirmar que há opressões e explorações comuns, de classe, raça e gênero, mas que também há particularidades que são destacadas no processo de luta por cada grupo.

Em relação à raça das participantes, pode ser observada no gráfico 2:

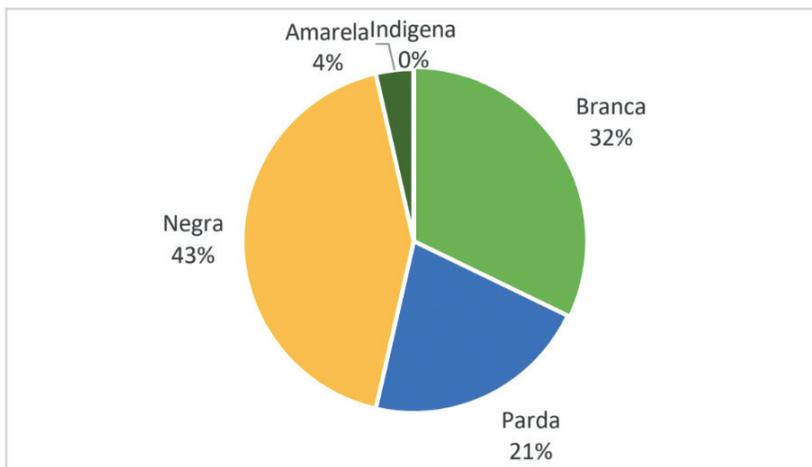


Gráfico 2 – Raça declarada pelas mulheres participantes da pesquisa, Brasil, 2022

Fonte: Pesquisa da autora. Org. A autora.

As mulheres negras representam 64% das participantes, considerando que o IBGE (2015) inclui na categoria negra as pessoas que se autodeclaram pardas, seguidas de 32% de brancas e 4% de amarelas. A luta social das mulheres negras nunca foi uma escolha, mas uma necessidade devido ao racismo e sexismo que enfrentam cotidianamente. O papel dessas mulheres na liderança da comunidade é destacado pelo Gonzáles (2020), principalmente no século XX.

O quadro 4 já apontava que há uma articulação orgânica entre as marchas de mulheres no Brasil, uma vez que, por exemplo, as mulheres negras se inserem na MMM (37,5%) e na MM (100%), o que não significa que estão presentes na MMN. Assim como não são todas as mulheres da MM que residem na área rural. De qualquer forma, 78,5% das participantes residem na área urbana e apenas 21,5% na área rural.

Clara conta um pouco sobre essa relação entre as marchas de mulheres:

[...] no caso da relação da Marcha Mundial das Mulheres com a Marcha das Margaridas é uma relação mais orgânica mesmo né. A gente participa da coordenação, a gente participa da elaboração da pauta. E aí isso faz com [...] que há muita sintonia, até os termos da agenda. No caso da Marcha das Mulheres Negras que aconteceu lá em 2015 e foi se organizando em alguns Estados como uma articulação permanente, a Marcha Mundial das Mulheres com o movimento não é orgânica na construção, mas as militantes da marcha, as militantes negras da Marcha Mundial das Mulheres constroem em alguns Estados a Marcha das Mulheres Negras né, porque tem uma diversidade, é diferente da Marcha das Margaridas, da CONTAG, que tem uma estrutura nacional. Assim é tem toda uma criação de como o movimento negro se organiza em diferentes Estados. Então, por exemplo, na Marcha Mundial das Mulheres a gente tem muitas mulheres negras que não participam da Marcha das Mulheres Negras, mas participam do Movimento Negro Unificado. Por exemplo, isso no Ceará. Por exemplo, no Rio de Janeiro também. Aqui em São

Paulo companheiras da Marcha Mundial das Mulheres participam da Marcha de Mulheres Negras, então é diferente em cada lugar. (CLARA).

Lélia também comentou sobre a relação da MMN com a MMM:

[...] com a Marcha Mundial das Mulheres, eu acho que nós temos umas três amigas lá da marcha que fazem parte também da Marcha Mundial de Mulheres, mas é assim [...] as meninas fazem parte de outros movimentos. Então elas estão, automaticamente, com pautas né, dos movimentos as quais elas estão inseridas. E se tem a ver com essa questão, seja de gênero ou de negritude, que tem a ver conosco, é isso, onde a gente abraça assim (LÉLIA).

Quanto à região do país, o que predomina é a região Sul com 46,5%, seguida do Sudeste com 28,6%, Nordeste com 14,3%, Norte com 7,1% e Centro-Oeste com 3,5%. Destaca-se que as representantes da MMN são da região Sudeste.

Em relação ao estado civil, 50% são solteiras e 50% possuem companheiro/a estável. As mulheres militantes também possuem uma diversidade de modos de constituir família, sendo que seis moram sozinhas, quatro com o/a companheiro/a, três com companheiro/a e filho/a adolescente, duas com crianças, duas com adolescentes, duas com filho/a adulto e os demais grupos familiares citados foram:

- mãe, namorada, filho/a;
- um amigo e uma amiga;
- mãe (em tratamento de câncer) e adolescente;
- pai e irmão;
- companheiro/a, amigo e amiga;
- filha adulta;
- pessoa com deficiência, companheiro/a e filho adulto;
- irmão;
- irmã, cunhado e sobrinho.

Entre as participantes da pesquisa, somente sete informaram que nunca trabalharam no setor público; entre as demais: nove trabalharam ou trabalham na esfera municipal, três na esfera estadual, quatro trabalharam tanto na esfera municipal quanto estadual, uma na esfera federal, e duas já trabalharam em Câmaras de Vereadores. Essa informação demonstra que 67,8% possuem ou possuíram uma ligação tanto com o movimento feminista quanto com a estrutura estatal, por meio do trabalho remunerado nas políticas públicas.

Já o tempo de atuação no movimento feminista é de mais de dez anos para 42,9%, entre dois a cinco anos para 28,6% das participantes, de cinco a dez anos para 17,9%, e de um a dois anos para 10,7% das mulheres, conforme o gráfico abaixo:



Gráfico 3 – Tempo de participação no movimento feminista, Brasil, 2022

Fonte: Pesquisa da autora. Org. A autora.

Foi perguntado se, além do movimento feminista, elas participam de grupos, coletivos ou movimentos sociais, e apenas duas participantes responderam que não; todas as demais participam entre um e quatro coletivos, sendo que onze de mais de um. O quadro a seguir apresenta a vinculação das mulheres com uma diversidade de movimentos e coletivos de participação social:

Participação social	Especificidade	Nº de vezes citado
Partido político	Partido dos Trabalhadores (PT)	10
	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	02
	Casa Socialista (espaço político-cultural vinculado ao PT)	01
Sindicatos	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP)	03
	Sindicato Rural	03
	Sindicato de Servidores Municipais	01
Movimento pela igualdade racial	Movimento Quilombola	03
	Movimento pela Igualdade Racial	02
	Mulheres Negras	01
Movimento LGBTQIA+	Movimento LGBTQIA+	02
Movimento estudantil	União Nacional de Estudantes – UNE	03
	Movimento Kizomba (construindo uma nova cultura política)	02

Coletivos feministas	Frente Nacional contra a Criminalização e pela Legalização do Aborto	01
	Fórum Aborto Legal	01
	Aliança Feminismo Popular	01
	Coletivos de Economia Solidária e Feminista	01
	Rede Feminismo e Agroecologia	01
	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR-NE	01
Movimento pela saúde	Luta antimanicomial	01
	Coletivo Gaúcho de Residentes em Saúde	01
Movimento pelo direitos das mulheres e das pessoas em situação de pobreza	Voluntariado atendendo mães solas, periféricas	01
	Doulas	02
	Marmitas da terra (vinculado do MST e reforma agrária)	01
Movimento pelo direito à moradia	Movimento de moradia – MNLM	01
Movimento Brasil Popular	Movimento Brasil Popular	01
Movimento artístico/cultural	Madalenas na Luta/ Teatro Oprimida (Um grupo de mulheres praticantes do teatro da oprimida da linha feminista da Rede Madalenas Internacional)	01
	Palhaçaria de Rua Ancestral (Coletivo oferece oportunidades para desenvolver habilidades pessoais e artísticas, comprometido com a equidade de gênero, inclusão cultural e difusão da cultura Indígena)	01
Luta pela terra	Reforma Agrária	01

Quadro 5 - Participação política das sujeitas da pesquisa

Fonte: Pesquisa da autora. Org. A autora.

Na diversidade de participação social em coletivos e movimentos sociais, destacam-se os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos pela igualdade racial, estudantil, direitos reprodutivos e culturais. O quadro 5 demonstra que as mulheres que constroem as marchas se inserem em diversos espaços de luta social e política, o que possibilita a disseminação das ideias feministas e articulação entre os movimentos. Inclusive essa relação com outros movimentos sociais foi apontada por Clara como uma particularidade da MMM no Brasil:

[...] a gente tem muita participação de mulheres que são de outros movimentos, a gente tem participação de mulheres que são filiadas a partidos, normalmente, que eu sabia, de partidos de esquerda. [...] E a gente tem relações políticas com movimentos sociais desse campo democrático popular, então com a CUT, com o MST, [...] Então a gente tenta preservar a autonomia do movimento, mas sabendo que o movimento é composto por militantes, e por uma militância feminista e de esquerda aqui no Brasil. Então é isso, as mulheres tem mil e uma camisetas. Você vai, às vezes, em um ato da marcha, por exemplo, no Paraná você vai ver muitas sindicalistas, as mulheres da APP são da marcha. [...] É impressionante, é uma dinâmica muito de cada

Estado. Nos outros Estados é mais diverso, mas, em Alagoas também o peso das sindicalistas da educação é muito grande na marcha. Sergipe, então é isso, a gente tem essa configuração. (CLARA).

Há de considerar também que as mulheres da Marcha das Margaridas, em sua maioria, são sindicalistas rurais e entre as mulheres da Marcha das Mulheres Negras, conforme Lélia, há uma crescente das candidaturas e eleição de mulheres negras para cargos políticos, aumentando, assim, a representatividade na política:

[...] por ser ano de eleição, tem um número considerável de candidatas que fazem parte da marcha. Então elas não são candidatas da marcha, mas estão aí pleiteando essas candidaturas. [...] E de uma forma geral grande parte fazem parte de outras instituições, de outros movimentos, são poucas, inclusive, que são independentes e que estão única e exclusivamente na marcha sabe. (LÉLIA).

As mulheres da MMN também se inserem nos movimentos negros e se vinculam a partidos políticos, além dos movimentos de mulheres, especialmente a MMM, conforme o relato de Lélia:

[...] Não são candidatas da marcha que pleiteando essas candidaturas. Então ... sempre há essa divisão, quem apoia quem, dentro da própria marcha. Mas não são candidatas que a gente fala: "ah essa é candidata da marcha", até porque são tantas que nem é possível, sabe. E de uma forma geral grande parte fazem parte de outras instituições, de outros movimentos, são poucas, inclusive, que são independentes e que estão única e exclusivamente na marcha sabe. Assim, daí as nossas ações acabam sendo pautadas muito nesse... no dia a dia racista que a gente vive sabe. (LÉLIA).

Quando a participação social se refere a espaços institucionalizados pelo poder público, identifica-se uma menor aceitação, por exemplo, a questão¹³ sobre a participação em conferências nacionais de políticas para mulheres revelou que 46,4% das mulheres nunca participaram de nenhuma delas, 46,4% participaram no ano de 2016, 25% em 2011, 17,9% em 2007 e 21,4% em 2004. Conforme o gráfico abaixo:

13 Nesta questão poderia ser marcada mais de uma opção.

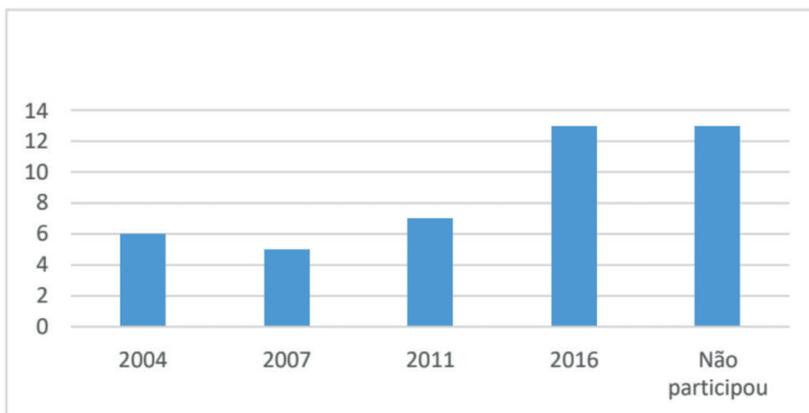


Gráfico 4 – Participação nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres, pesquisa documental, Brasil, 2022

Fonte: Pesquisa da autora. Org. A autora.

Observa-se uma ampliação na participação na relação entre a última e as primeiras conferências, entretanto, mais da metade delas não esteve presente nesses espaços. Os canais institucionalizados de participação social possuem limites devido à programática estabelecida que limita discussões mais amplas e aprofundadas sobre a realidade brasileira, mas, por outro lado, reúne uma diversidade de pessoas construindo um espaço político.

Por outro lado, observou-se que a MMN/SP, além de incentivar as mulheres negras a candidaturas para cargos políticos visando ampliar a representatividade nos espaços de poder, também possui representações nos conselhos municipais da juventude e de políticas públicas para as mulheres em São Paulo¹⁴. Assim, também as MMM e a MM podem ter representantes participando de espaços de controle social nos municípios.

Diante do exposto, uma diversidade de mulheres, engajadas nas lutas sociais, constroem as marchas de mulheres no Brasil. Identifica-se que há uma articulação entre os grupos, mais orgânica entre a MMM e a MM, mas também presente no apoio recíproco à MMN. Com isso, concorda-se com Bell Hooks (2020): o que as mulheres compartilham não é a mesma opressão, mas a luta para acabar com o sexismo, ou seja, a luta pelo fim das relações baseadas no gênero socialmente construídas. Inclui-se aqui o racismo e a desigualdade de classe presente nas sociedades latino-americanas.

2.4 A MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO FEMINISTA

O feminismo, na perspectiva do movimento social, é entendido por Tatau Godinho (2022, s/p) como “[...] a teoria e a prática da luta pela libertação das mulheres”. A ação política visa construir uma sociedade baseada na igualdade entre os sexos e surge da

¹⁴ Dados da pesquisa documental na rede social da MMN/SP.

consciência coletiva das mulheres das opressões, violências e discriminações.

No relato das sujeitas da pesquisa sobre a motivação da sua participação no movimento feminista, destacam-se dois pontos: 1. A vinculação aos direitos de cidadania; e, 2. A transformação radical da sociedade.

Primeiro surgiu a referência à luta por direitos, espaços de fala, representatividade e a mudança na estrutura política como motivadores para a participação social, exemplo das falas de Coletivo Conaq e MMM3, respectivamente, “Lutar pelo DIREITO DAS MULHERES” e “A busca incansável por mais direitos e espaços de fala”.

A representante do Coletivo Mulheres Rurais também destacou a luta por direitos e equidade: “Avançar na Luta por direitos e equidade de gênero”, enquanto que MM4 relata a necessidade de participação nas esferas de poder: “Fortalecimento da participação das mulheres nas esferas do poder”.

Há também aquelas que se aproximaram dos movimentos por meio de instituições, como o trabalho, o sindicato, a universidade e o teatro. Este é o caso de MMM13 e MMM8: “As lutas sindicais e o teatro me fizeram conhecer um pouco mais da luta das mulheres e querer participar.” E, “Assim que entrei na universidade se abriu um outro mundo de resistência e lutas para mim, conheci uma diversidade de mulheres que me inspiraram [...]”.

Ao se aproximar dos coletivos e movimentos feministas, as mulheres encontram espaço de troca de experiências e as situações vivenciadas são refletidas para, assim, serem transformadas em práticas coletivas por mudanças. É um processo difícil, que exige das mulheres uma consciência de si e do outro, tempo e dedicação. O movimento enquanto um processo educativo apareceu na fala do coletivo F.M.O: “Eu gosto, esses movimentos são educativos.”

Já MMN2 destaca a união e o apoio em rede: “Fui motivada a participar por direitos de saúde da mulher e direito à vida, como também sendo mãe solo, periférica, afroindígena me unir a pessoas que pudessem compreender a minha experiência e tornar concreto apoio em rede. E transformações.”

A busca pelo acesso aos direitos sociais das mulheres e por igualdade entre os sexos não é somente das mulheres, mas envolve toda a sociedade, o que não significa negar as resistências de setores conservadores, principalmente, de quem está no topo dos privilégios. A fala de MMM1 pode sugerir tanto o chamamento dos homens para esse processo de mudança, quanto demonstrar que eles também serão beneficiados com a igualdade: “Lutar pela vida das mulheres e também dos homens.” Já coletivo F.M.O. apontou “a luta contra o machismo”.

Observa-se que a construção de novas relações sociais entre homens e mulheres, fundadas na igualdade, pressupõe uma mudança radical no modelo de produção/reprodução social, em uma perspectiva antirracista e anticapitalista. O acesso a direitos de cidadania é uma das etapas desse processo de construção de novas relações sociais entre os sexos.

A construção de uma nova sociedade é afirmada pela participante MMM10, por

exemplo, que apresenta os movimentos como espaço de denúncia das desigualdades sociais, identidade coletiva e possibilidade de construção de transformações, demonstrando uma outra forma de compreender o processo de luta coletiva “[...] A participação em movimento feminista é fundamental para caminhar ativamente no sentido de uma transformação não apenas anticapitalista, mas também antipatriarcal e antirracista.”

O relato de MMN/SP 3 também demonstra que a motivação para participação no movimento feminista veio da consciência de que a violência, o racismo, o sexismo, são estruturais na sociedade capitalista e que a mudança vem da luta coletiva: “Descobri que toda violência que sofri na minha vida estava estruturada na sociedade, e que poderia contribuir para o seu fim juntamente com outras irmãs!”

A relação da participação no movimento com a problematização da divisão sexual do trabalho ainda é um elemento importante na construção coletiva, conforme MMM9:

Comecei a me organizar ainda adolescente. Fui uma criança e adolescente que não seguia tanto os estereótipos femininos, então sempre diziam que minha irmã era mais feminina e eu mais feminista, mesmo sem saber o que significava. Também tinha vontade que as coisas que eu fazia, como andar de skate e jogar futebol, fossem normais ou não julgadas. Então me atraiu quando eu vi que existia um espaço para a organização das mulheres. (MMM9).

Em relação ao ano do primeiro contato com o movimento feminista que atua, treze das vinte e oito mulheres indicaram datas, sendo duas em 1980, 1987, respectivamente, outra na década de 1990, e as demais em 2004, 2005, 2008, 2011, 2012, 2014, 2016, 2017, 2019.

Observa-se uma predominância na ampliação do contato com os movimentos feministas a partir de 2011.

O local da primeira aproximação com o movimento também foi indicado por 16 mulheres, com destaque para:

- **A relação com outros movimentos**, como articulação de quilombos (CONAQ), partido político (PT), Movimento Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); sindicatos;
- **Via instituições**, quatro delas afirmaram que na universidade, em estudos e pesquisas, em oficina da União Nacional dos Estudantes (UNE), no ensino médio, em oficina de teatro para preparação de apresentação para o dia 08 de março, no trabalho na área da saúde da mulher; e,
- **Nas comunidades e nas ruas**, na Marcha das Margaridas, oficina na comunidade Quilombola, participações da MMM em ações do movimento estudantil, no processo de luta contra o golpe (impeachment da presidenta Dilma em 2016), em encontro de estudantes, em atividades nas ruas com apresentações culturais e debates sobre pautas importantes em 2017.

Diante do exposto, identificamos que a motivação para participação social advém do cotidiano das mulheres e das relações que estabelecem com os homens e as instituições,

principalmente a família, o trabalho e a universidade. O racismo e a violência vivenciados, especialmente pelas mulheres negras, também geram a necessidade de luta social, o que torna importante considerar a idade, a raça, a classe, a região do país, o território (urbano ou rural) de moradia, mas também como cada lugar ocupado gera consciência da opressão, motivação e a realidade a ser construída com a participação no movimento.

Os movimentos feministas possuem pautas vinculadas à luta de classes, contra exploração de raça/etnia, gênero e na perspectiva da emancipação humana, entretanto, muitas das militantes são motivadas pelo discurso do acesso aos direitos das mulheres. Observa-se uma disseminação dos movimentos nos últimos dez anos e a aproximação por via institucional, mas também nas ações nas ruas. No próximo capítulo vamos descrever os movimentos que essas mulheres constroem na busca por mudanças nas relações sociais.

AS MARCHAS DE MULHERES NO BRASIL E O LUGAR DO CUIDADO NA PAUTA

Perseguindo o objetivo de refletir de maneira teórico-prática a atuação dos movimentos feministas no Brasil, neste capítulo, apresentamos três marchas de mulheres: Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Margaridas e Marcha das Mulheres Negras. Ao conhecer suas pautas de luta, estratégias de atuação e conquistas procuramos identificar como o debate sobre o trabalho de cuidados se insere neste contexto.

3.1 MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: PAUTAS DE LUTA, FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONQUISTAS

De acordo com o seu site, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) surgiu em 1995 no Quebec - Canadá, a partir de uma manifestação que reuniu 850 mulheres reivindicando simbolicamente “pão e rosas”¹. Com as conquistas do aumento do salário mínimo, direitos para mulheres imigrantes e apoio à economia solidária, o movimento se fortaleceu e se espalhou para outros países.

Segundo Nalu Faria (2015), a motivação para realização da marcha está relacionada ao avanço do neoliberalismo, em um contexto em que capitalismo e patriarcado se reforçam mutuamente. O tratado de livre comércio (Nafta) significou empobrecimento das mulheres e a resistência precisava ser mundial, com uma agenda independente das Nações Unidas, hegemônica desde os anos 1990.

No Brasil, foram as mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que mobilizaram as brasileiras para participar do primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1998, em Montreal, Quebec – Canadá e contou com a participação de 145 mulheres de 64 países. (MMM, 2021).

Nesse encontro, foram elaboradas 17 reivindicações para eliminação da pobreza no mundo, a partilha de riquezas, pelo fim da violência contra as mulheres e pelo respeito a sua integridade física e mental. As reivindicações foram entregues aos responsáveis pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organizações das Nações Unidas (ONU).

Sem uma resposta concreta dos organismos internacionais, foram entregues também a eleitos, eleitas e dirigentes dos países participantes (MMM, 2005). Nesse mesmo encontro foi convocada uma campanha para ser desenvolvida durante o ano 2000.

No Brasil, a primeira Marcha ocorreu no ano de 2000 “contra a pobreza e a violência sexista”. A figura 03 ilustra o lançamento da MMM no Brasil:

¹ Em 1968, nos Estados Unidos, “Kathy McAfee e Myrna Wood escreveram Pão e Rosas para indicar que a luta não podia ser apenas contra a exploração econômica do capitalismo (Pão) mas deveria ser também contra a opressão social e psicológica que as mulheres enfrentavam (Rosas). (GANDHI, 1998, p. 32). Como não encontramos o significado nos documentos da MMM, relacionamos com o manifesto de McAfee e Wood.



Figura 3 – Marcha Mundial das Mulheres Brasil – ano 2000

Fonte: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

Na figura, mulheres seguram uma faixa, que possivelmente situa-se no começo da Marcha, com o seguinte dizer: “Brasil na Marcha Mundial das Mulheres”, demonstrando a perspectiva internacionalista do movimento e o país participando desse processo. A faixa é segurada por mulheres com diferentes características, o que demonstra a diversidade na composição do movimento. Algumas seguram cartazes e bandeiras, nem em todos é possível identificar o conteúdo; em um deles está escrito: “Privatização do saneamento: volta à barbárie. Lute pelo Direito ao Saneamento Ambiental”. Visualiza-se, em meio às mulheres, alguns homens apoiando a marcha.

Clara contou que a construção da primeira marcha no Brasil começou aproximadamente dois anos antes e que envolveu várias organizações, entre elas ONGs, sindicatos e movimentos de mulheres. Após a mobilização na rua e a definição pela continuidade da marcha como um movimento permanente, algumas instituições deixaram a organização, mas mantiveram o apoio:

A marcha nasceu nos anos 2000 e nasceu de um chamado internacional, de uma mobilização internacional. E aqui no Brasil, naquele período, na verdade, até um pouco antes dos 2000, em 2000 foi quando publicamente a marcha fez as mobilizações, mas as construções foi uns dois anos antes. Mas algumas organizações se envolveram nesse processo internacional, foi a SOF, Sempre Viva Organização Feminista, [...] a CUT, Central Única dos Trabalhadores, as mulheres da CUT participaram desse esforço de construção, as mulheres do Fórum do movimento de moradia e da CNP, e algumas outras organizações feministas, de mulheres e feministas. E depois dos anos 2000, por exemplo, eu vou dar um exemplo, as mulheres católicas pelo direito de decidir participaram

naquela época para construção da marcha nos anos 2000, mas aí, depois da ação internacional que a marcha fez, a avaliação é que a marcha tinha que continuar como um movimento permanente. E aí nessa definição algumas organizações seguiram com a construção da marcha mundial das mulheres como um movimento permanente também no Brasil e outras organizações já tinham a sua agenda, a sua construção, então falaram: não, a gente continua por aí, mas não organizando a marcha. (CLARA).

A forma de atuação da marcha envolve a organização de ações internacionais que são definidas em encontros realizados a cada cinco anos, quando são definidos objetivos, formatos e simbologias comuns. (FARIA, 2015). Depois do ano de 2000, as próximas ações internacionais ocorreram em 2005 (mulheres em movimento mudam o mundo); em 2010 (seguiremos em marcha até que todas sejamos livres); em 2015 (corpo e territórios das mulheres); e, 2020 (resistimos para viver, marchamos para transformar!).

Atualmente, a Marcha está presente em 17 países das Américas: Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Paraguai, Peru e Macronorte do Peru, Venezuela, Panamá, El Salvador, Honduras, Guatemala, México, Cuba, República Dominicana, Estados Unidos e Quebec. No Brasil, em 2019, estava em 20 estados: Amazonas, Paraíba, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (MMM, 2019).

No Brasil, segundo o caderno de apresentação do movimento MMM, se organiza em núcleos e comitês nas cidades e nos estados. Há duas maneiras de participar: grupos de mulheres que se identificam com a MMM e se vinculam ao movimento ou individualmente procurando um núcleo ou comitê. Os estados realizam plenárias para articular os eixos comuns de atuação e assumir tarefas nacionais, desdobrando-as na realidade local. (MMM, 2019).

Clara relatou que no país, atualmente, a MMM está presente em 21 estados e com grupos locais em municípios:

[...] por exemplo, em uma cidade muito grande como São Paulo, a gente tem a marcha da zona leste, a marcha da sudeste, a marcha do centro. Então a gente tem a marcha em São Paulo que se organiza nos territórios e aí tem essa agenda que é uma construção bem viva, depende do interesse e da questão que está pegando em cada lugar, da marcha se impulsionar e envolver novas mulheres e tal. (CLARA).

As ações priorizam a retomada das mulheres nas ruas e a formação na ação, enquanto um movimento não institucionalizado, apartidário e composto por militantes voluntárias. O movimento se define como feminismo classista e anticapitalista, com objetivo de construir uma nova sociedade sem opressão das mulheres, sem racismo, homofobia e uma relação não predatória com o meio ambiente. (CISNE, 2018).

As metodologias do movimento são as oficinas de batucada feminista e de comunicação, lambe-lambe, fanzine, boletins, podcast, rodas de conversa, plenárias,

cantorias, confecção de painel, dança, ações de solidariedade feminista, encontros de análise de conjuntura, oficinas de cartazes, publicações nas redes sociais e no blogspot. (MMM, 2019).

As principais pautas são: a autonomia econômica das mulheres, pela paz e desmilitarização, pelos bens comuns e a natureza e pelo fim da violência contra as mulheres. Além disso, a problematização da divisão sexual do trabalho e a necessidade de reconhecimento do trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados das mulheres sustenta a economia feminista defendida pela MMM, uma economia que integra todas as atividades que garantem a produção do viver. (MMM, 2019).

Há, portanto, uma articulação entre as pautas internacionais e as nacionais, onde o movimento parte das vivências das mulheres em seus territórios, possibilitando certa autonomia na condução das ações, mas também buscando o que há em comum para todas as mulheres do Brasil e do mundo. Clara contou como o Brasil se inseriu nos debates das ações internacionais de 2005 e 2010:

Por exemplo, eu me lembro que em 2005 foi a primeira vez que a marcha daqui do Brasil fez um ato nacional, que eram 30.000 mulheres em São Paulo no 8 de março, que foi uma coisa grande. Hoje em dia a gente faz atos de mulheres muito grandes, mas naquela época não era assim não. Era 2000, 5.000, de repente 30.000 mil mulheres do Brasil inteiro em São Paulo, em uma conexão com uma agenda internacional. Nessa agenda você tinha lá os eixos de uma carta mundial das mulheres para a humanidade que era igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz, era esses os eixos. Nessa carta já tem elementos que trazem a discussão do trabalho das mulheres, da importância do trabalho das mulheres não remunerado e isso em 2005. Aí em 2010 quando teve a terceira ação internacional, o norte dessa ação era: "seguiremos em marcha até que todas sejamos livres". Aí a marcha organizou campos de ação, aí entre os campos de ação um deles chamava: "trabalho e autonomia econômica". [...] Esse campo de ação ele é internacional, a gente participou da construção a partir do Brasil, mas ele é um campo que unifica a marcha internacionalmente [...]. (CLARA).

Além disso, a MMM prioriza a construção de alianças e ações coletivas com outros movimentos sociais, levantando pautas feministas para esses espaços. Em análise das notícias disponíveis no site do movimento, referentes ao período de 06 de março de 2015 a 10 de agosto de 2021, identificamos que entre as 253 postagens 34% se referem à participação em mobilizações/ações coletivas articuladas com outros movimentos sociais, em nível nacional e internacional. Destas, 7,5% se referem aos anos de 2015 e 2016 devido à conjuntura política do país, com a participação na Frente Brasil Popular pela democracia e contra o impeachment da presidenta Dilma, que continuou mobilizada nas ações contrárias às medidas de austeridade e de regressão de direitos sociais do próximo presidente eleito, Jair Bolsonaro, que representa 3,5% desse total.

As análises apontam o processo de mobilização realizado no país a partir das ações internacionais, que iniciam em 08 de março (dia de luta resultado da articulação

internacionalista das mulheres socialistas) e terminam em 24 de novembro (dia de combate à fome). Em 2015, por exemplo, na 4ª Internacional, pela primeira vez as ações foram descentralizadas e ocorreram em todo o país e representaram 19,3% das publicações. Enquanto que a 5ª Internacional que ocorreu em 2020, em contexto da pandemia da Covid-19, esse número baixou para 2,3% das notícias. As características das ações também mudaram, em 2015 nas ruas, praças e parques e, em 2020, no formato virtual.

A pesquisa também demonstrou a importância do dia 08 de março para a luta das mulheres, apesar de representar apenas 7% das publicações. Ocorrem todos os anos encontros preparatórios e atividades em várias regiões do país e as pautas vinculam-se à discussão do impacto da conjuntura econômica e política na vida das mulheres e procuram articular a MMM a outros movimentos de mulheres, para formar uma Frente Feminista, principalmente após 2017, conforme podemos identificar no quadro abaixo:

Ano	Tema
2015	Feminismo em marcha para mudar o mundo
2016	Marcha Mundial das Mulheres nas ruas por igualdade e autonomia!
2017	Fora Temer”, contra a reforma da Previdência, a violência contra as mulheres e a criminalização do aborto
2018	08 de março de lutas por democracia e aposentadoria
2019	Resistência feminista segue em marcha em defesa da aposentadoria, contra a violência, por democracia e justiça
2020	Feministas vão às ruas contra Bolsonaro
2021	Mulheres na luta pela vida! Fora Bolsonaro, Vacina para toda população e auxílio emergencial Já!
2022	Pela vida das mulheres, Bolsonaro nunca mais! Por um Brasil sem machismo, semracismo e sem fome!

Quadro 6 - Temas alusivos ao dia 08 de março da Marcha Mundial das Mulheres de 2015 a 2021

Fonte: pesquisa documental no site da MMM. Organização: a autora

Em relação aos temas mais discutidos no período entre 2015 e 2020, destacam-se a violência contra as mulheres, a legalização do aborto, o território, a auto-organização das mulheres, a contrarreforma da previdência, a autonomia econômica, o avanço do conservadorismo e a militarização.

As conquistas indicadas, pelas militantes do movimento, na pesquisa documental foram: valorização do salário mínimo e as políticas sociais (Programa Bolsa Família, Casa da mulher brasileira, a política de cotas raciais, documentação das mulheres nas políticas de moradia e de reforma agrária); criação de secretarias municipais, estaduais e nacional de políticas para as mulheres, assim como a criação de conselhos de direitos das mulheres e das conferências de políticas para as mulheres; aprovação da Lei Maria da Penha (11.340/2006), as delegacias da mulher, especificação do feminicídio (Lei 13.104/2015);

aposentadoria da dona de casa, direitos trabalhistas para as mulheres (como a licença maternidade, salário maternidade, entre outras), programas voltadas à equidade de gênero e ao combate ao assédio.

Destaca-se que a maior parte das conquistas se deram entre 2002 a 2013, período governado pelo presidente Lula e pela presidenta Dilma. Naquele contexto havia um diálogo maior entre governo e movimentos feministas, que possibilitou a entrada na agenda pública de pautas históricas dos movimentos como, por exemplo, o combate à violência e a ampliação de políticas públicas voltadas aos direitos sociais das mulheres. Apesar disso, alguns temas polêmicos no campo dos direitos reprodutivos, como o aborto, pouco ou nada avançaram. (MARCONDES, 2019).

Além disso, o debate sobre o uso do tempo, autonomia econômica das mulheres, geraram debates importantes sobre a participação da mulher no mundo do trabalho. As mulheres ganharam visibilidade para apresentar suas pautas” (MMM16). Diante disso, o movimento contribui para o processo de reflexão teórico-prática das militantes sobre o impacto da relação estrutura-conjuntura na vida das mulheres.

Destacamos, ainda, que Clara também indicou que o fato da MMM no Brasil ser constituída, desde o início, por mulheres vinculadas aos sindicatos, como a CUT e a CONTAG, fez com que o debate do trabalho, especialmente o trabalho doméstico, integrasse a pauta desde o começo:

[...] essa coisa de já nascer como um movimento que tem raízes nas organizações brasileiras, em organizações de trabalhadores e trabalhadoras, como é constituída a CONTAG. Já nascer como um movimento internacional, mas com raízes nessas organizações dá um pouco o caráter da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, dessa construção. Então, por isso, a agenda do trabalho é uma agenda que desde sempre está na pauta da marcha. E aí essa é uma chave para a gente entender como o cuidado, nos termos do cuidado hoje, aparece na marcha. (CLARA).

No contexto da pandemia da Covid-19 a MMM precisou modificar a sua forma de atuação e muitas das ações passaram das ruas para os ambientes virtuais, especialmente as de formação, debates e reuniões, as quais possuem elementos contraditórios, que são apontados por Clara: maior número de participantes, porém, com maior dificuldade no processo de educação popular, uma vez que essa metodologia parte da experiência para reflexão:

[...] Então a gente nunca fez tanta formação nacional, com tanta gente, mas tem uma coisa e, ainda mais no movimento popular, que a gente precisa fazer presencial. Assim, isso muda a qualidade da formação porque a formação, a educação popular, tem muito a ver com a construção de conhecimento a partir das experiências das pessoas e a internet atrapalha um pouco isso [...]. (CLARA).

Por outro lado, o caráter de movimento popular fez com que as ações de solidariedade também ganhassem destaque em muitas regiões do país:

[...] pela marcha ser um movimento com uma base muito popular, em vários Estados a gente já logo se organizou em ações de solidariedade, então organizando distribuição de alimentos, distribuição de informação sobre a pandemia, a identificação das necessidades de cuidado que as mulheres estavam tendo, ouvindo muito, conversando muito com as mulheres [...]. (CLARA).

O debate sobre o trabalho doméstico-familiar de cuidados também ganhou relevância nesse contexto em todo o mundo, uma vez que as formas de enfrentamento ao coronavírus, especialmente no início, foi o isolamento e o distanciamento social. Com todos (as) na mesma casa, o cotidiano doméstico ganhou visibilidade e a sobrecarga das mulheres com as crianças e dependentes, devido ao fechamento ou horários reduzidos dos serviços públicos, revelou as desigualdades de gênero. Nas palavras de Clara:

[...] quando entrou na pandemia a gente teve a impressão de que a gente estava muito bem posicionada para conseguir questionar a dinâmica e visibilizar a dinâmica de maior sobrecarga de cuidados que as mulheres estavam tendo dentro de casa porque a gente já tinha esse acúmulo. Então ficou, digamos que era fácil entender o porquê que as coisas estavam acontecendo. Era fácil de entender que não era algo individual [...]. (CLARA).

Diante do exposto, identificamos a importância que a MMM tem para o movimento feminista no Brasil e no mundo, fortalecendo o debate sobre a opressão e a luta social das mulheres, bem como construindo ações visando a transformação da realidade social das mesmas. Além disso, a pauta sobre o trabalho doméstico e de cuidados sempre esteve presente na marcha e se modificou ao longo do tempo, aprofundando no capítulo 4.

3.2 MARCHA DAS MARGARIDAS: PAUTAS DE LUTA, FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONQUISTAS

A história da Marcha das Margaridas (MM) inicia nos anos 1980 na luta das mulheres pelo seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e o acesso à Previdência Social que resultou na carta das mulheres trabalhadoras rurais à Constituinte. Sempre presentes nos Seminários Nacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, conseguiram incorporar a dimensão de gênero na agenda a partir dos anos 1990, especialmente a incorporação da linguagem enquanto trabalhadoras e aprovação de uma cota de participação de 30% nas instâncias deliberativas do sindicato rural. (SILVA, 2008).

A MM tem inspiração e parceria com a Marcha Mundial das Mulheres realizada pela primeira vez no Canadá. A primeira ação, inclusive, foi junto com a primeira Marcha no Brasil, nos anos 2000, e a participação no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2001 é um marco para a mobilização permanente das mulheres do campo, em torno de pautas ligadas a plataforma política do movimento feminista e ao projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário. (SILVA, 2008).

Nas palavras de Margarida, a marcha é um processo em construção que nasce na relação entre o movimento sindical rural e as influências da MMM nos anos 2000. Com o passar do tempo o movimento vai crescendo e incluindo as mulheres das águas (ribeirinhas, extrativistas, entre outras) e indígenas:

[...] a Marcha das Margaridas quando gestada nos anos 2000, ela era muito para dentro do movimento sindical, até porque essa necessidade da Marcha das Margaridas ela se dá a partir da nossa participação na Marcha Mundial das Mulheres. Então a gente esteve dentro dessa construção da Marcha Mundial das Mulheres... [...] Quando a gente começa lá no ano 2000 a gente sente como uma necessidade das mulheres rurais, tanto que nessa época nem aparecia ainda as mulheres das águas e das florestas e a gente, no caminhar da marcha, no processo de construção, a gente sente essas necessidades, de trazer as mulheres ribeirinhas, de trazer as mulheres extrativistas, as mulheres indígenas aparecem também um pouco mais tarde. Entendo que somos mulheres do campo né, somos mulheres desse lugar que é da terra, independentemente se é do campo, da floresta, ribeirinha, e a gente vem crescendo nessa construção [...]. (MARGARIDA).

A diferenciação, por meio do nome Margaridas e das atividades específicas, mas em parceria e articuladas com a MMM, é para dar visibilidade às desigualdades, à pobreza e às violências enfrentadas pelas mulheres do campo. A vida e o assassinato da líder sindical paraibana Margarida Alves em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos de idade, inspiradora do nome movimento, é marcada por esses determinantes sociais. (SILVA, 2008).

Além disso, o fato de a marcha estar vinculada ao movimento sindical, a CONTAG, faz com que sempre apresente pautas internas ao sindicato, e também ao Estado e sociedade em geral (SILVA, 2008). Segundo o seu site², os objetivos da Marcha das Margaridas são:

Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; **Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente**; Apresentar, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista; Contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visando, assim, com a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais; Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar; Denunciar e protestar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação, e avançar na construção da igualdade para as mulheres; Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo e da floresta e das águas, considerando as suas especificidades; **Lutar pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas.** (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2022, s/p **grifos**)

² Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139. Acesso em 09 marc. 2022

nossos).

As trabalhadoras rurais enfrentam, além do sexismo e racismo, o latifúndio, que representa a manutenção da estrutura de desigualdades sociais no Brasil. Além disso, os conflitos da população do campo com o agronegócio e os danos causados por esse tipo de produção têm sido insuficientemente considerados na agenda das lutas sociais, o que repercute nas poucas políticas públicas para essa população, conforme apontou Ana Paula Antunes Martins (2018).

A unidade política das Margaridas é formada por uma diversidade e pluralidade de mulheres trabalhadoras rurais, do campo, das florestas e das águas; são elas agricultoras familiares, pescadoras, quilombolas, assentadas, quebradeiras de coco, ribeirinhas. (MARTINS, 2018).

De 2000 até 2019 aconteceram seis Marchas das Margaridas. Essa é considerada a maior manifestação de mulheres rurais da América Latina, acontece a cada quatro anos, no mês de agosto, mas sua preparação e mobilização se inicia meses antes, em um processo amplo e contínuo por todo o país. Além disso, entre uma edição e outra, as mulheres rurais organizam jornadas voltadas a atualizar as pautas e acompanhar as reivindicações realizadas ao poder público. As jornadas foram realizadas em 2008, 2009, 2012 e 2013. (MMM, 2019).

Margarida contou sobre como é realizada a coordenação da marcha e a organização nos Estados, bem como sobre as parcerias com movimentos sociais do campo e urbanos:

A gente tem na Marcha das Margaridas a coordenação geral [...], que é nossa Secretária Nacional das Mulheres dentro da Federação, e cada Estado tem uma coordenação ou uma diretoria, ou uma secretaria de mulheres dentro das Federações. [...] E a coordenação é coletiva, ela é conjunta, a coordenação da marcha. Então cada Estado tem essa pessoa de referência dentro do movimento sindical, a gente também não faz a marcha sozinha, então a gente tem outras parcerias, outros movimentos feministas, movimentos do campo que também integram essa coordenação nacional e nos Estados também a gente traz na construção outras parcerias rurais e urbanas para dentro da construção da marcha. (MARGARIDA).

O quadro 7 apresenta os temas de todas as marchas:

Ano	Tema	Participantes (nº)
2000	2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista	20.000
2003	2003 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista	40.000
2007	2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista	70.000
2011	2011 razões para marchar por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade	100.000
2015	Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade	100.000
2019	Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência	mais de 100.000

Quadro 7 - Temas das seis edições da Marcha das Margaridas

Fonte: pesquisa documental no site da MM. Organização: a autora.

A organização das Marchas das Margaridas, conforme o estudo de Silva (2008), envolve as etapas de preparação, realização e avaliação. A primeira integra o lançamento, a divulgação e a mobilização das mulheres trabalhadoras rurais e parceiras; e inclui reuniões locais, atos públicos, a construção do tema e da carta de reivindicação e elaboração de cadernos de textos para estudos e debates.

A segunda é caracterizada por uma dinâmica complexa que inicia com a acolhida das mulheres em Brasília – DF, a abertura do evento, a mística (elementos simbólicos, cantos e objetos que representam a identidade coletiva), feiras de produtos agroecológicos e da economia solidária, refeições, debates temáticos, atividades culturais, a marcha pelas ruas até à Esplanada dos Ministérios, ato público e encerramento. Após a realização das marchas é feita a avaliação e a comparação entre as edições, atual e as anteriores. (SILVA, 2008).

A seguir apresentamos uma figura da Marcha de 2015:



Figura 4 – 5ª edição da Marcha das Margaridas, agosto de 2015

Fonte: Rede social (Facebook) da Marcha das Margaridas. Acesso em 23 marc. 2022.

A figura retrata um número expressivo de mulheres marchando pelas ruas de Brasília. A cor predominante das camisetas personalizadas da marcha é lilás e vincula-se à luta feminista, o chapéu de palha demarca o local de fala da mulher do campo. Há grande diversidade de mulheres que estão lado a lado, preenchendo todo o espaço e representando certa unidade. Muitas bandeiras, faixas e cartazes, nos quais é possível identificar frases como “Trabalhadoras rurais presentes na marcha” e “Proteja a floresta”.

Diante disso, antes e depois da grande marcha em Brasília, as mulheres sindicalizadas articulam um processo de formação política em todo o país, buscando construir uma pauta que represente as trabalhadoras rurais, conforme o relato de Margarida:

[...] a marcha, embora tenha o momento em Brasília a cada quatro anos, mas ela não para. Todo processo formativo de base que a gente faz tem diálogo com a pauta das marchas das margaridas. Hoje organizada em 10 eixos e a gente vem fazendo esse debate, as nossas ações formativas, a gente está mais se aproximando do ano da caminhada em Brasília, a gente realizada, inclusive, a caravana das margaridas e nesses espaços a gente traz as mulheres lideranças e faz trabalho com mulheres nas comissões de mulheres, nos polos sindicais, nas comissões estaduais de mulheres, nas organizações parceiras também. Então essa formação se dá em âmbito estadual, mas a gente tem processos preparatórios em âmbitos regionais e nas próprias comunidades. Então os sindicatos, as mulheres que compõem os sindicatos, que compõem as comissões municipais de mulheres vão para base fazer esse diálogo com as mulheres. [...] E que bom seria que a gente conseguisse colocar todas as mulheres que participam desse processo, a gente não bota, a gente bota uma representação. Então 100.000 mulheres em Brasília significam dizer que tantas outras milhares ficaram nos Estados conhecendo a nossa luta, conhecendo a nossa pauta, o que que a gente vai fazer em Brasília. [...] Então esse grupo (da coordenação), é um grupo que pensa pedagogicamente, metodologicamente, mas que constrói a base porque a gente vai nesse debate com a base. A gente faz esse diálogo, então quando a gente chega em Brasília, com uma pauta a ser negociada é algo que é construído por um Estado inteiro, com um país inteiro. Então isso é muito grande, grandioso [...]. (MARGARIDA).

Margarida também destacou a dimensão internacional da MM, como o apoio, em 2019, de grupos e coletivos de 20 países e a potencialidade de agregar movimentos que apoiam a pauta de reivindicações, uma vez que considera que as propostas beneficiam toda a sociedade:

[...] a marcha hoje tem essa dimensão que é não é nacional, é internacional, na última marcha a gente contou com representação de 20 países, além do Brasil. Então a gente tem construído essa capilaridade de agregar, de agregar luta, de agregar movimentos. [...] sem dúvida a gente consegue hoje agregar vários outros movimentos, que sejam feministas, que sejam do campo, nesse limite que soma a nossa pauta, a gente não tem mudado a pauta para poder trazer organizações e instituições que somam a nossa luta. Então uma coisa muito bacana que a gente observa dentro da marcha é isso, é a gente consolidando essa pauta, que a partir do olhar das rurais, mas que não é só de benefício nosso. Benefício para além do campo, que beneficie a sociedade como um todo. (MARGARIDA).

Em todas as marchas, exceto em 2019, a MM entregou ao Governo Federal a carta de reivindicações e encaminhou aos representantes do poder executivo e da bancada feminina, bem como as pautas internas à CONTAG. De 2003 a 2015 o Governo Federal passou a responder às pautas da MM. Em 2019, a conjuntura política do país modificou esse processo porque o momento da marcha denunciou os retrocessos das políticas públicas e da democracia no país, colocando-se na posição de oposição e não negociação

com o governo Bolsonaro.

No financiamento das ações há contribuições da CONTAG, federações e sindicatos e das instituições parceiras. Mas as próprias delegações dos estados e municípios se organizam para arrecadações e assim possibilitar a viagem e a participação na marcha, por isso muito do investimento é feito pelas próprias trabalhadoras por meio do comércio de produtos e rifas, bingos, entre outros. (SILVA, 2008).

Em 2019, por exemplo, a coordenação da marcha realizou uma campanha de arrecadação de dinheiro para possibilitar a realização do grande ato em Brasília, que teve ampla divulgação na página da rede social da MM³ e apoio de artistas e políticos. Além disso, a figura a seguir demonstra a articulação de várias instituições na organização, entre elas o apoio da MMM:



Figura 5 – Cartaz: conheça quem faz a Marcha das Margaridas 2019

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas/photos/a.184215994967962/2364025740320299/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

As principais bandeiras das mulheres do campo são: justiça social, democracia, autonomia, igualdade e liberdade. Já a plataforma política reivindica reforma agrária, soberania alimentar, valorização do trabalho das mulheres, direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, valorização do salário mínimo, educação e saúde pública no campo, combate à violência, agroecologia e sustentabilidade, economia solidária. (MMM, 2019).

3 Disponível em: <https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas>. Acesso em 07 nov. 2022.

As conquistas do movimento, disponíveis no seu site, estão organizadas em: documentação, acesso à terra e agroecologia (exemplo da titulação conjunta da terra, a criação do PRONAF Mulher e do apoio para a realização de Mostras e Feiras de Economia Feminista e Solidária); educação (criação da Coordenadoria de Educação do Campo no MEC e a constituição de Grupo de Trabalho Interinstitucional para a educação Infantil no Campo); enfrentamento a violência (Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e a inclusão de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais; saúde (entrega de 54 unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência em áreas rurais e implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras(es) em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos); trabalho e previdência social (Manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos e representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades do Ministério do Trabalho). (MM, 2022).

Na pesquisa documental as mulheres da MM destacaram: “a conquista da retomada do território que pertencem aos meus antepassados (MM1)” e “as lideranças femininas e a visibilidade para a causa (MM2)”. Isso demonstra que as mobilizações de mulheres podem modificar a realidade no campo, principalmente quando responsabilizam o Estado por respostas às suas demandas sociais.

No contexto da pandemia da Covid-19, a MM também precisou modificar a sua forma de atuação e foram realizadas várias *lives* e debates no formato virtual, destacando-se a série: “Prosa de Margarida em tempos de pandemia”, realizada de junho a setembro de 2020 com os seguintes temas:

Data	Tema
03/06/2020	Vozes silenciadas: violência contra as mulheres do campo
13/06/2020	Mulheres do Campo e Agroecologia: um caminho para a soberania alimentar
31/06/2020	O trabalho das mulheres rurais na perspectiva da economia feminista
26/08/2020	Participação política das mulheres e ações afirmativas
24/09/2020	Mulheres na política: significado, luta e desafios

Quadro 8 – Temas da série: “Prosa de Margarida em tempos de pandemia”

Fonte: pesquisa documental na rede social da MM. Organização: a autora.

Identifica-se no quadro 8, entre os temas, a abordagem da economia feminista que irá direcionar a forma como o tema do cuidado é debatido. Assim como na MMM, na MM o cuidado ganha destaque no contexto da pandemia, e as duas marchas posicionam o ponto de partida da economia feminista. O cuidado enquanto uma necessidade, um direito e um trabalho realizado, majoritariamente, por mulheres.

Além disso, em maio de 2020, a rede social da MM divulgou um estudo da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que revelava que, no meio rural brasileiro, 62% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia, função que, somada aos cuidados com as crianças sem aulas presenciais, com a casa e a roça, estava levando as mulheres à exaustão. A partir disso, também fez uma campanha sobre a divisão justa do trabalho doméstico.

A campanha coordenada pela CONTAG, em formato de zapping, contou com uma *live* no dia 04 de junho com o título: “Pela divisão justa do trabalho doméstico”; e três vídeos, ou melhor, episódios⁴, sendo: 1- “Agora chega”; 2 - “Reconhecendo a mulher no mercado de trabalho” 3 - “Divisão dos trabalhos domésticos na criação dos filhos”.

Diante disso, percebe-se que o tema do cuidado está presente na pauta da MM, tendo maior enfoque no contexto da pandemia da Covid-19, e uma discussão voltada para as particularidades da mulher no campo, marcada pelas manifestações do machismo, racismo, latifúndio, violência.

3.3 MARCHA DAS MULHERES NEGRAS: PAUTAS DE LUTA, FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONQUISTAS

A luta social das mulheres negras é histórica, elas sempre estiveram presentes no movimento negro e no movimento de mulheres, mas a primeira grande marcha específica ocorreu em 2015. Segundo Lira (2019), a ideia da Marcha surgiu em 2011 durante o Fórum Afro XXI e foi oficializada na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em 2013. Foi criado um comitê impulsor nacional com objetivo de dialogar com os grupos de estados e municípios e reuniu representantes dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Movimento Negro Unificado (MNU), e União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO).

Desde 2011 foram realizados debates, reuniões, encontros, oficinas e passeatas como atividades preparatórias em âmbito local, regional, nacional e internacional. Entre os objetivos está dar visibilidade às temáticas raciais e de gênero, abordando questões como a violência, diversidade e reparação histórica à população marginalizada no Brasil (LIRA, 2019). A marcha foi realizada no dia 18 de novembro de 2015 em Brasília e, segundo a organização, reuniu um público estimado de 50 mil mulheres; contudo, a estimativa da Polícia Militar foi de 10 mil pessoas. A figura 6 retrata parte da marcha:

4 Na rede social consta a informação de que a campanha contou com quatro episódios, porém só foram encontrados três episódios e a *live*. Em consulta ao site da CONTAG (<https://ww2.contag.org.br/>), em 07/11/2022, estão disponíveis apenas a *live* e um vídeo da campanha.



Figura 6 – 1ª edição da Marcha das Mulheres Negras, novembro de 2015

Fonte: Agência Brasil, por Helena Martins. Acesso em 05 maio 2022.

A Marcha teve início com concentração nos arredores do Ginásio Nilson Nelson, seguida de caminhada, pelo Eixo Monumental, até a Praça dos Três Poderes. A figura retrata dezenas de mulheres em via pública segurando faixas, bandeiras e cartazes feitos de forma manual. A figura é colorida, não há uma cor de camiseta ou faixa única. Identificam-se mulheres de diferentes gerações, muitas com turbantes, colares e com os punhos cerrados erguidos. Há também homens apoiando a Marcha.

Na faixa principal, o lema: “Marcha das Mulheres Negras: contra o racismo e a violência. E pelo Bem Viver”. Observa-se a identificação de lugares (“Rio de Janeiro presente”), de movimentos negros (“UNEGRO”), de grupos feministas (“UJS feminista”) e palavras de ordem (“Fora Cunha”). O lema apresenta a denúncia do racismo e da violência, mas também uma proposição, o Bem Viver⁵.

O equatoriano Alberto Acosta (2015) define o Bem Viver (ou Bom Viver) como denominam os movimentos sociais no Brasil, enquanto um processo proveniente da matriz comunitária dos povos que vivem em harmonia com a natureza, exemplo dos povos andinos, indígenas e comunidades africanas. Uma filosofia de vida que rompe com a ideia de “desenvolvimento” eurocentrada e busca construir coletivamente novas formas de vida ancoradas nas lutas populares e na complementaridade, relacionalidade, reciprocidade e correspondência entre todos os seres – humanos e não humanos.

O Bem Viver enquanto práticas e saberes do cotidiano emergem da crítica do

⁵ “As expressões mais conhecidas do Bem Viver remetem a idiomas originários de Equador e Bolívia: no primeiro caso é *Buen Vivir* ou *sumak kawsay*, em kichwa, e no segundo, *Vivir Bien* ou *suma qamaña*, em aymara, além de aparecer também como *nhandereko*, em guarani. Existem noções similares entre outros povos indígenas, como os mapuches do Chile, os kunas do Panamá, os shuar e os achuar da Amazônia equatoriana, e nas tradições maias da Guatemala e de Chiapas, no México (ACOSTA, 2015, p.75)

“desenvolvimento capitalista” pelos povos indígenas e povos marginalizados, que mesmo sendo invisibilizados (e até mesmo combatidos) mantêm vivos valores, experiências e práticas que atravessaram a conquista, a colônia e a república e continuam presentes com força. Portanto, é uma categoria em permanente construção que possui uma tarefa descolonizadora e despatriarcalizadora. (ACOSTA, 2015).

No site⁶ da Marcha consta os motivos da realização da mobilização:

[...]Estamos em Marcha:

pelo fim do femicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas; pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados; pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras; pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho; pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções; pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos; pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade; pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana; pela nossa participação efetiva na vida pública. [...]. (MMN/SP, 2022).

Identifica-se a presença da pauta da violência e a particularidade da intersecção racismo, sexismo e classe, especialmente na representação da mulher negra nos meios de comunicação e na discriminação no mercado de trabalho, nas dificuldades de acesso aos serviços de saúde e à terra, no desrespeito à religião de matrizes africanas e a necessidade de ampliação da participação social.

Depois do ato, os comitês estaduais seguiram caminhos diferentes⁷, alguns continuaram organizados como o de São Paulo que mantém viva a identidade visual da Marcha de 2015. A Marcha de São Paulo, conforme pesquisa documental na rede social⁸, no período de janeiro de 2015 a janeiro de 2021, e nos relatos de Lélia, foi se gestando nos encontros preparatórios para o grande ato em Brasília. Esses encontros ocorreram aos menos onze vezes, com destaque para a realização do “Samba negras em marcha” que permanece como uma atividade da MMN/SP até a realização da pesquisa e o “bazafró” como forma de arrecadação de recursos para possibilitar a ida das mulheres à Brasília.

Lélia apresentou esse processo como político-cultural e na sua participação nesses encontros destacou que em São Paulo foram criados vários núcleos impulsores da Marcha em Brasília, sendo que aquele que ela participou não é o mesmo que manteve a marcha ativa depois do grande ato:

6 https://mulheresnegramarc.wixsite.com/marchamulheresnegras?fbclid=IwAR1v0crTYTXVxnbqwh8F47xKS_9r2gjUt-tD_xPSzhFhqf0aSFQXCKV2LWpJQ . Acesso em: 10 maio 2022.

7 Dos 12 comitês estaduais listados no site da marcha, apenas o de São Paulo respondeu o convite para pesquisa.

8 <https://www.facebook.com/mmnegrasSP> . Acesso no período de 01 a 10 nov. 2022.

[...] a gente começou a fazer reuniões. Nossa bem legal assim, até porque aqui em São Paulo, por exemplo, em plena avenida paulista tem um lugar chamado casa das rosas, que é um casarão muito antigo e, aliás, de todos os casarões que existiam na paulista, esse é um dos poucos que estão lá e hoje ele é dedicado a sarau e poesias e tals. E a gente conseguiu ocupar esse lugar assim. Foi muito bacana, então antes de irmos para Brasília, houve essa movimentação cultural e política, dentro da casa das rosas. Então muitas mulheres negras nós convidamos de várias áreas assim estiveram lá para dar palestras, para conversar com a população, de trazer conteúdo e outras pretas que convidamos. Então foi bem legal e aí foi antes de ir para Brasília. Então, é claro, como a Marcha de São Paulo se formou depois, é interessante também porque eu estava dentro desse movimento, mas não era com esse núcleo impulsor que é o que trouxe a marcha até os dias atuais, sabe. Então eu entrei em um movimento rachado, que eu desconhecia na ocasião e eu só soube depois. É isso. Mas quando eu fui para Brasília eu fui com um monte de outras mulheres que eu conhecia. E que já estavam nesse grupo impulsor. Então na volta a gente deu continuidade no trabalho, esse trabalho todo de antes de estar em Brasília. Voltando, já havia o 20 de novembro aqui. Então foi só uma continuidade. (LÉLIA).

Em 2015 o comitê impulsor da MMN/SP havia mobilizado mais de três mil mulheres nas ruas no dia oito de março, realizando ato em junho contra a redução da maioria penal e movimentou o “Julho das pretas” em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra Brasileira⁹. Nesse ano, o mês de julho foi marcado pelo tuitaço das pretas (*#julhodaspretasdiadeterezadebenguela*), visando enegrecer as redes sociais e pelo o evento “Narrativas de mulheres negras – nossos passos vem de longe”. No ano de 2015 as mulheres negras também apoiaram o movimento *#ForaCunha* em outubro e novembro e participaram de atos no Dia da Consciência Negra¹⁰.

Em 2016 destacamos o movimento das mulheres para “enegrecer o oito de março” participando de atos nas ruas; o posicionamento contrário aos processos de *impeachment* da presidenta Dilma com a roda de conversa: “Papo reto: mulheres negras contra o golpe”; a representação da MMN no Conselho da Juventude de São Paulo; a continuidade das atividades culturais: o “sarau das pretas” em julho e outubro; a oficina de construção de práticas musicais; e, o festival da visibilidade lésbica. No Julho das pretas, duas mil mulheres de São Paulo marcharam pelos seus direitos e contra o racismo e a violência.

Neste mesmo ano ocorreu a “Gira de conversa com as candidatas pretas” durante o processo eleitoral municipal; a disputa por cadeira no Conselho de Políticas Públicas para as Mulheres de São Paulo; a comemoração de um ano da grande Marcha em Brasília com uma *live* com duração de 12 horas, envolvendo escritoras, artistas, pesquisadoras e participantes da Marcha. Tais atividades demonstram a diversidade e a potencialidade das mulheres negras. Entre os temas abordados estavam: “maternidade negra, lésbica

9 A Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014 cria o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, a ser comemorado, anualmente, em 25 de julho. (BRASIL, 2014).

10 A Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011 institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares. BRASIL, 2011).

e periférica”; “relações raciais”; “novas formas de intervenção pós-marcha”; “mulheres negras e empoderamento político”; “ferramentas de poder para mulheres negras”. Além da participação da movimentação do Dia da Consciência Negra e no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (10/11).

O ano de 2017 começou com a roda de conversa sobre a Lei Maria da Penha em janeiro e o ato contra o genocídio e o feminicídio em oito de março. Nesse ano o lema da Marcha foi

“Por nossas vidas, pela Previdência e contra o genocídio da população negra”. A mobilização continuou nos meses seguintes com a “Roda de conversa sobre a redução de danos”; o “Encontro mulheres e a luta na cidade”; a “Marcha contra as reformas racistas de Temer” em abril, bem como a participação no movimento “Fora Temer”; as denúncias de racismo como, por exemplo, a vigília em solidariedade e pela liberdade de Rafael Braga¹¹ e ato contra ações higienistas na cracolândia¹². A marcha participou também de uma plenária na cracolândia sobre ações sociais, políticas públicas de redução de danos e o racismo ambiental.

Nesse mesmo ano ocorreu também a Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo; o “Gira de conversa religião e intolerância”; o Futebol das negras e o Samba negras em marcha; a segunda virada cultural por cotas da Universidade Estadual de São Paulo (USP); a Jornada de lutas contra a tortura; e, claro, o Julho das pretas, com uma programação diversificada, destacamos a exibição do filme (Mulheres negras: projeto de mundo), a realização de palestra (a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho), de oficina (memória), a venda de camisetas e o samba das negras em marcha para arrecadação de fundos para os atos nas ruas, o baile (Mulheres de Axé), rodas de conversa (Redução de danos e mulher, negra, viva: troca de experiência como ser negra em São Paulo).

Como em todos os anos o dia 25 de julho teve atos nas ruas de mulheres negras e indígenas, em 2017 foi com o lema: “Por nós, por todas nós, pelo bem viver”, incluindo toda a diversidade de ser mulher negra: de classe, de sexualidade, de idade, em situação (ou não) de pessoa com deficiência, entre outras. Destaca-se o ato “Antinazista: contra o avanço do racismo no mundo”; o apoio ao ato contra o marco temporal das indígenas; o Dia da visibilidade lésbica na quebrada; a discussão sobre drogas; o bazar da resistência; a conversa mulher, identidade e referência; a comemoração dos dois anos do grande ato em Brasília e a participação no ato do Dia da Consciência Negra.

O ano de 2018 começou com o Samba das negras em marcha em fevereiro e, em março, o dia oito teve ato nas ruas com o tema “Por nossas vidas, contra o genocídio da

11 Rafael Braga é um jovem negro, catador de latinhas, preso em junho de 2013 portando uma garrafa de Pinho Sol e condenado a 11 anos de prisão. (Pesquisa documental na rede social da MMN/SP).

12 Em 2017 a Prefeitura de São Paulo articulou junto com o governo estadual uma mega operação policial na cracolândia, uma área na região central de São Paulo ocupada por pessoas dependentes de drogas, visando a dispersão das pessoas e a prisão de traficantes.

juventude negra e a denúncia da reforma da Previdência de Temer”. O assassinato da vereadora negra, lésbica, periférica e defensora dos direitos humanos, Marielle Franco, e o seu motorista Anderson, no dia 14 de março gerou um processo de denúncia, indignação e atos permanentes para a descoberta dos mandantes e a sua responsabilização. O impacto da vida das mulheres negras também foi na ampliação da participação política dessas mulheres, bem como projetos de incentivo às mulheres negras na candidatura a cargos políticos.

Nesse mesmo ano registramos a “Caminhada histórica de luta e resistência: mulheres lésbicas e bissexuais de São Paulo; o ato a favor da legalização do aborto; uma festa e uma “vaquinha” para arrecadação de fundos para o Julho das pretas; o debate “Porque a creche é uma luta das mulheres?”; o tradicional Samba das negras em marcha. O dia 25 de julho reuniu sete mil pessoas nas ruas com o tema: “Pelo fim do racismo, genocídio e machismo”. Abordou temas relacionados ao encarceramento de mulheres, a favor da liberdade religiosa, o assassinato de mulheres *cis* e *trans*; argumentos contrários a PEC 241 de congelamento dos investimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social por 20 anos e a reverência às ancestrais. No período das eleições de 2018, a MMN se posicionou participando da campanha #elenão (sobre a candidatura de Jair Bolsonaro) nas redes sociais e nas ruas. Aconteceu a presença de representantes no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos em Goiânia¹³.

Em 2019, no dia 14 de janeiro, a MMN realizou ato no Dia Consciência Indígena em defesa dos direitos (14/01) e campanha virtual contra a flexibilização da posse de armas e pela vida das mulheres; atos pedindo justiça por Marielle Franco; rodas de conversa contrárias a reforma da Previdência; participou do 1º encontro de lésbicas e bissexuais periféricas. O Julho das pretas teve sarau, baile, samba, campanha para financiamento do ato nas ruas, conversa sobre “mulheres negras *cis* e *trans*: quais encruzilhadas nos aproxima?”; lançamento de livro; rodas de conversa sobre racismo religioso e sobre o porquê as mulheres negras serem contra a reforma da Previdência. No dia 25 as mulheres marcharam “Por um mundo sem violência, sem racismo, sem discriminação, sem fome”. Nesse mesmo ano teve também a participação na 16ª Marcha da Consciência Negra de São Paulo: “Vida, liberdade e futuro: contra o genocídio e a criminalização do povo negro”, além da comemoração dos quatro anos da grande Marcha das Mulheres Negras em Brasília.

O ano de 2020 iniciou com protestos com a pergunta: “Quem mandou matar Marielle?” e o apoio ao Dia da Resistência Indígena. A pandemia da Covid-19 se intensificou no Brasil e a partir de março as atividades precisaram ser reorganizadas e grande parte delas passaram a ocorrer em ambiente virtual. Destaca-se que em março a MMN participou

13 O Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil aconteceu entre os dias 06 e 09 de dezembro de 2018 na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, foi organizado pelo movimento de mulheres negras e reuniu mais de mil mulheres de todo o país. O evento marcou os 30 anos do primeiro encontro, 1988, em que mulheres do movimento negro se uniram para discutir formas de enfrentar a violência e a opressão que cercam suas vidas (SOScorpo, 2022).

do lançamento da campanha: “Nossas vidas importam” com objetivo de construir uma agenda para pressionar as autoridades por respostas emergenciais para garantir acesso à saúde e à contenção das mortes. Aconteceu também a *live* “Impacto da Covid-19 sobre favelas e periferias”.

A pandemia afetou de forma diferente as pessoas devido às desigualdades sociais, especialmente, de classe, raça, gênero. As mulheres negras e em situação de pobreza, por ocuparem os trabalhos mais precários, foram as primeiras a sentirem os efeitos da Covid-19, seja pela perda do emprego, seja pela necessidade de continuar trabalhando e não poder cumprir com o isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias. Exemplo de empregadas domésticas e diaristas que enfrentaram esse dilema: permanecer em atividade ocorrendo risco de contaminação e morte ou parar suas atividades e não ter condições de manter a sua família¹⁴. (CARLOTO; BUENO, 2021).

Além disso, as mulheres negras e em situação de pobreza tiveram uma sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, pois os serviços públicos que contribuem com a reprodução social passaram a ser ofertados de forma remota ou com escala e alguns, inclusive, as escolas e centros de educação infantil, foram suspensos. Com todos na mesma casa, em domicílios precários, em contextos de contingenciamento de gastos e ausência de políticas públicas efetivas, as mulheres passaram por momentos de sofrimento e de medo de não conseguir a manutenção da própria família¹⁵. (CARLOTO; BUENO, 2021).

A MMN atenta a esse contexto esteve presente em manifestações pontuais nas ruas com os devidos cuidados com o controle e a prevenção do coronavírus como, por exemplo, nos atos “Vidas negras importam”, com intervenções no dia 25 de julho (faixas e projeções) e na 17ª Marcha da Consciência Negra. Além disso, realizou a campanha solidária para arrecadação de fundos para auxiliar as mulheres negras nesse momento com cestas de alimentos, conforme o relato de Lélia:

[...] agora na pandemia, nós conseguimos distribuir cestas básicas [...] as mulheres mesmo da Marcha, felizmente, grande parte delas tem uma boa estrutura, assim, financeira né e tal. Então grande parte dessas cestas nem era para nós mesmo integrantes, eu na verdade recebi, fui uma dessas que recebi, aliás, durante a pandemia eu nem sei como teria sido a minha vida sem a Marcha. Engraçado falar isso para você que eu nunca pensei em ficar emocionada só de pensar nisso, assim, é muito interessante se ouvir mesmo porque eu me senti muito privilegiada, muito assim, sabe de não ter a grana para os créditos e elas pagarem, não tinha um celular que eu conseguisse participar das reuniões. Na verdade houve alguns editais né que a gente conseguiu, então por conta disso também eu consegui, inclusive, receber ajuda financeira através desses editais, o celular da qual eu falo com você veio

14 Fato que a primeira morte decorrente da Covid-19 que ocorreu no Brasil foi no dia 12 de março de 2020 em São Paulo, uma mulher negra, empregada doméstica, de 57 anos, que morava durante a semana com seus empregadores, os quais testaram positivo para a Covid-19, antes de ela ser infectada. (CAMTRA, 2021).

15 Em 2020/2021 participamos de uma pesquisa com mulheres pobres e negras, beneficiárias do Programa Auxílio Brasil do Governo Federal, sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres, coordenada pela Professora Dra. Cassia Maria Carloto da Universidade Estadual de Londrina, do grupo de pesquisa Mulheres e Políticas Públicas. Essa pesquisa gerou debates e reflexões que foram incorporados na tese.

de um edital. [...] E essa cesta era de um cuidado que você não tem noção assim, feita com tanto carinho porque também não era aquela coisa você vai comer arroz, feijão, óleo, açúcar, sabe, imagina. Tinha um bom sabão em pó, tinha sabonete, tinha aparelho de depilar, umas coisas que não é comum das cestas básicas né. Então foi pensado com muito carinho. Na ocasião a gente entregou bastante né, minha companheira tem uma moto, era outra aventura né, colocar essas cestas super pesadas em cima de uma moto, ia eu e ela para todas as zonas possíveis da cidade levar, zona sul, zona norte, leste, sabe, para levar essas cestas, assim, a gente conseguia ir muito longe para poder chegar até essas mulheres, porque também tinha esse cuidado né, não adianta dar a cesta e fazer a pessoa sair da sua casa também, pegar meio de condução para vim até aqui, pegar uma coisa que é pesada. Então teve todo esse cuidado, esse carinho o tempo todo assim. (LÉLIA).

Na fala de Lélia percebemos que a MMN sempre teve a preocupação em oferecer condições materiais para as mulheres participarem das atividades, na pandemia, com alimentos, celulares e créditos para as atividades virtuais. Conhecendo a realidade das mulheres negras e periféricas e a necessidade de isolamento social, elas organizaram uma estrutura de levar até as mulheres esses alimentos e produtos de higiene.

Nesse contexto, também, foram realizadas muitas *lives* para discutir o impacto da pandemia na vida das mulheres. Algumas delas, que permitem reflexões para esta tese, são destacadas a seguir: Racismo estrutural; Mulheres negras em marcha no audiovisual; exibição de documentário: Eu quero ouvir Maria, relato de uma mãe solo; Genocídio, feminicídios e outras forma de nos matar; Mulheres negras *trans* e *cis* em marcha; Mulheres pretas no trabalho doméstico em tempos de pandemia; Impacto da pandemia nas populações tradicionais e de extrema vulnerabilidade; Maternidade: ato de resistência na sociedade racista e misógina. A Marcha Virtual de 25 de julho teve como tema “Nem cárcere, nem tiro, nem Covid: corpos negros vivos! Mulheres negras e indígenas, por nós, por todas nós, pelo Bem Viver”.

Destacamos ainda a permanente denúncia do racismo e do genocídio da população negra (Luto por João Pedro, quem matou Luana Barbosa? Memória dos jovens mortos pela violência em Tiradentes, chacina de Osasco e Barueri, homem negro espancado até a morte por seguranças de supermercado); as atividades vinculadas à sexualidade *trans* e lésbica; e o constante incentivo à participação em processos eleitorais para representação política nas diferentes esferas de governo e nas instâncias de controle social, como os conselhos de políticas públicas e audiências públicas, o que pode ser observado no relato de Lélia:

[...] tem uma coisa que é bem bacana e que nós avançamos consideravelmente durante a nossa existência, de 2015 para cá, que é termos conseguido eleger, então, embora não sejam candidatas da Marcha, mas são mulheres que, por exemplo, a Érika Hilton, primeira vereadora trans aqui em São Paulo, a chefe de gabinete dela é da marcha e tem mais outras três ou quatro, que são assessoras dela e que são da Marcha. A Érica Malunguinho são duas assessoras, se não me engano. Então é... minimamente né, é claro que o

mandato não está lá para nós, mas a gente consegue ir construindo. São mulheres negras ali, nesse convívio diário com aquele monte de coisa que não se renova né, aquele monte de homens heteros, brancos e assim por diante. Então fácil nunca foi e não é, mas a gente vai galgando assim aos pouquinhos. (LÉLIA).

A MMN, neste período de 2015 a 2021, teve o apoio financeiro da Fundação Rosa Luxemburgo do Brasil para a execução de dois projetos: o “Narrativa de liberdade”, que realizou em 2018 a formação: “Lésbicas negras: a revolução que nasce do amor de uma mulher para outra”; e o projeto “Aquilombar e ampliar universos: formação política para mulheres negras”, executado em 2019. Há registros também do Projeto Bem Viver, diálogos com a soberania alimentar que contou com o apoio do Fundo ELAS; entre suas ações, realizou em janeiro de 2021 a roda de conversa “Com e entre mulheres *trans* e travestis”.

Diante do exposto, fica explícita a articulação da MMN com os movimentos negros, somando nos atos contra o racismo e no Dia da Consciência Negra, mas também com os movimentos de mulheres com a participação em todos os anos das manifestações de oito de março; há, ainda, um momento específico da mulher negra no mês de julho. Com isso, o núcleo da MMN tem construído um movimento permanente de denúncias, reivindicações e proposições de uma sociedade que valoriza os conhecimentos ancestrais, as relações cotidianas de cuidado e atenção às necessidades básicas, à vida e à partilha.

Lélia contou que a MMN tem construído e se fortalecido enquanto grupo e, gradativamente, tem elaborado uma agenda anual de mobilizações, mas que tudo isso é um processo, nas suas palavras:

[...] as coisas acabam acontecendo de forma muito gradual, eu diria que, em partes lenta, mas que é também o que os nossos pés alcançam e como tudo também vai ser fortalecendo para a gente chegar nos dias atuais. Então, por exemplo, até então nós não tínhamos uma agenda anual ou semestral. Esse ano, por exemplo, é que começamos a pensar nisso. Tipo, agora vamos pensar em uma agenda [...] (LÉLIA)

A MMN também tem discutido permanentemente sobre o regimento interno e conta, atualmente, com 97 participantes no grupo da rede social (WhatsApp) de deliberações. Segundo Lélia: “[...] dessas 97 pessoas, umas 50 são participativas de fato [...].” O grupo preza pelo cuidado entre as participantes, especialmente, nos diálogos e em possibilitar a participação social.

Nesse processo, as mulheres realizam conquistas diárias, segundo uma das integrantes do movimento; a principal conquista é a unidade, a vida das mulheres (são as mulheres negras as mais atingidas pela violência doméstica) e a atuação na comunidade. Nas suas palavras: “*Nos manter unidas, vivas e atuantes*” (MMN1).

Outros elementos são apontados por MMN2, como estar nas ruas, a relação entre as gerações, troca de saberes e experiências, o apoio material no contexto da pandemia:

Olha para mim já é uma grande conquista se ver nas ruas numa sociedade eurocentrada. Ouvir as mais velhas e seus saberes de lutas e movimentos tb.

Mas durante a pandemia uma das maiores conquistas foi conseguir trazer cestas básicas e cartão de alimentos para tantas mulheres e famílias tão necessitadas. Tb é uma conquista receber espaço e lugar de fala a Marcha ser chamada a compor pois isso é esforço de muita persistência e luta (MMN2).

Com isso, identifica-se que a proposição da Marcha está presente nas conquistas apontadas por duas mulheres negras, a projeção do “[...] viver bem aqui e agora, sem colocar em risco as futuras gerações (ACOSTA, 2015, p. 84)”, assim como o respeito à ancestralidade e a vida em comunidade que se materializam nas atividades do movimento durante a pandemia.

3.4 A TRANSVERSALIDADE DO CUIDADO NAS MARCHAS DE MULHERES NO BRASIL

As marchas de mulheres representam a diversidade das mulheres brasileiras, o que pode ser identificado tanto na análise das diferentes marchas, quanto internamente, uma vez que cada uma delas é formada por um grupo heterogêneo, de classes sociais, cores, raças, sexualidades, territórios, sonhos, desejos, entre outros elementos processuais que atravessam as mulheres em suas dores, beleza e força.

Dito isso, o cuidado está presente na pauta das marchas de mulheres de forma diferenciada, mesmo que isso implique em influências entre elas, especialmente, entre a MMM e a MM. O que está sendo chamado de transversalidade é o fato de o trabalho de cuidado não aparecer de forma central ou como uma pauta específica, mas estar presente na organização dos movimentos, atravessar as diferentes pautas e as proposições das mulheres, enquanto um componente que, apesar de difuso, é estrutural.

A MMM possui uma perspectiva teórico-prática vinculada à economia feminista, realizando a discussão a partir da divisão sexual do trabalho, portanto, o trabalho doméstico e de cuidado, que não possuem uma diferenciação, mas são analisados dentro da mesma dimensão, estão relacionados à opressão das mulheres na sociedade capitalista, bem como a sua exploração enquanto trabalho não remunerado, não reconhecido e não valorizado (quando realizado no âmbito doméstico-familiar) e informal, precário e mal pago (quanto realizado no mercado de trabalho), conforme podemos observar no trecho a seguir:

O que organiza o mundo como o conhecemos é a exploração do trabalho da maioria das pessoas. As mulheres, além da precarização do trabalho pago, são também responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados. O trabalho doméstico hoje é feito de forma injusta e desigual, e o que precisamos pensar é uma nova forma de reorganização e redistribuição desse trabalho de cuidado, a partir de uma visão de sociedade que coloque a vida no centro. (Pesquisa documental no site da MMM, 2021).

Clara também contou que, desde 2005, o tema do trabalho das mulheres possui centralidade na MMM e que isso aparece na ação internacional daquele ano, especialmente na carta de valores que apresenta ao mundo o que a marcha almeja construir, baseada

na igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. Além disso, entre 2006 e 2008, integrantes da marcha buscaram conhecer experiências comunitárias em assentamentos do Movimento Sem Terra (MST) e da periferia de Lima (Peru) para pensar formas de reorganizar o cuidado para além da família, ou seja, a socialização trabalho doméstico e de cuidado, o que resultou em uma publicação da SOF em 2008 sobre o tema¹⁶, inaugurando a discussão no Brasil.

Em 2010, a terceira internacional da MMM tinha um campo de ação que se chamava “trabalho e autonomia econômica” e outro “bens comuns e serviços públicos”, os dois se relacionam com o tema do cuidado, conforme as suas palavras:

E ali [refere-se aos campos de ação da terceira internacional] tem uma visão sobre a autonomia econômica das mulheres que é muito importante para o nosso debate sobre o cuidado. Junta com a dimensão do trabalho e junta com uma visão mais ampla da economia, isso é uma questão fundamental para a marcha. Na relação com a economia feminista a marcha tem essa visão de que economia não é só o que circula no mercado por meio do dinheiro, da compra e venda de serviços. Então essa visão ampliada de economia permite que a gente incorpore como central no debate sobre a política econômica mesmo as dimensões do trabalho não remunerado das mulheres. E aí o cuidado tem um peso muito significativo. [...] E um outro aspecto importante, ou seja, a formulação sobre o trabalho e ampliação das fronteiras da economia é um aspecto importante, e o outro é que também em 2010, um outro campo de atuação que a gente tinha chamava bens comuns e serviços públicos e aí tinha totalmente a ver, para as questões que hoje a gente segue colocando muita centralidade na agenda, tem a ver em como a gente naquela época não formulava desse jeito, mas a defesa dos territórios, a gente foi mudando a forma de falar sobre isso, como a gente conseguia, basicamente, defender e proteger a natureza e a biodiversidade dos ataques, da ofensiva do capitalismo, ou seja, da mercantilização, da privatização ou da destruição e aí também os serviços públicos entendidos como parte do que é necessário, que o Estado garanta para efetivar os direitos da população, particularmente, dos direitos das mulheres. Aí entra o direito à água, entra tudo né, educação, moradia, entra uma visão bem importante sobre o Estado, que também é um campo de ação que se conecta com o cuidado. A gente tem essa visão de que é para distribuir o cuidado, para organizar o cuidado a gente precisa ter o Estado presente com políticas de apoio à reprodução social. (CLARA).

Diante disso, a partir da discussão da autonomia econômica das mulheres e como ela é comprometida devido à responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, bem como uma visão ampliada da economia que engloba tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo, buscando romper com as dicotomias público/privado, a MMM constrói uma percepção do trabalho de cuidado. Identifica-se ainda uma proposição importante para o debate que é a atuação do Estado no compartilhamento do cuidado, por meio das políticas públicas que afetam a reprodução social, o que engloba tanto as políticas voltadas a grupos dependentes, quanto políticas estruturais que interferem no acesso ao

¹⁶ SILVAEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (Orgs.) **Trabalho Doméstico e de Cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

direito de ter atendido às necessidades sociais básicas, como o direito à moradia, o direito a água, o acesso à terra, entre outros.

O tema também aparece nas ações internacionais de 2015, que teve uma perspectiva diferente devido à ênfase no “território das mulheres”, mas manteve a mesma linha de ação, ou seja, partiu da discussão da autonomia econômica das mulheres. A relação com as comunidades tradicionais e as mulheres rurais fez com que a MMM integrasse a discussão sobre a “interdependência entre as pessoas e a natureza”, especialmente no território do Vale do Ribeira/SP, do acesso à água e à agroecologia.

Em 2020, devido ao contexto da pandemia da Covid-19, o tema ganhou destaque nas suas diferentes dimensões, dentro e fora de casa:

Todo mundo falando sobre cuidado, visibiliza o cuidado tanto na questão da sobrecarga dentro de casa, como no âmbito comunitário nas alternativas que as mulheres nas periferias e mesmo no campo tem desenvolvido e criado para lidar com a demanda de cuidado, quando o Estado está ausente. E também a outra dimensão que é o trabalho de cuidado remunerado e daí entra o trabalho doméstico, o trabalho das cuidadoras. Então essas diferentes faces do cuidado apareceram, ganharam visibilidade, hoje a gente pode dizer quando a gente fala sobre cuidados as pessoas sabem do que a gente está falando e muita gente não sabia do que a gente estava falando antes da pandemia. [...] A gente acha que a gente precisa pensar o cuidado em uma perspectiva transformadora que permita, impulse e garanta a socialização desse trabalho. Garanta as políticas públicas, que garanta a participação dos homens, que garanta a liberação do tempo das mulheres para elas fazerem o que elas quiserem fazer para ter renda. Para conseguir ir atrás do emprego que elas quiserem. Então a partir do cuidado também a gente pensa no mercado de trabalho e a gente vê como não basta para as mulheres ter tempo, precisa ter emprego. [...] Então como pensar também a economia do cuidado, como a partir da geração de trabalho com direitos, como algo que pode dar alternativas concretas para a autonomia econômica das mulheres, para geração de emprego para as mulheres com direitos. E também tem esse desafio que a gente tem visto sim, sabe?! Porque a gente pode gerar muito emprego na economia do cuidado, mas mantendo essas condições do trabalho doméstico que a gente sabe que é uma das piores categorias. As estruturas domiciliares também mudando para ter emprego. Então como é que a gente cria movimento na economia do cuidado garantindo a proteção social das trabalhadoras e garantindo o acesso ao cuidado para as pessoas e para as famílias que precisam? Esse é o desafio para do momento assim. (CLARA).

A MMM analisa e propõe ações no âmbito da economia do cuidado a partir de uma perspectiva integrada do trabalho realizado dentro e fora das casas, buscando valorizar e garantir proteção social às mulheres. Há ainda, nesse percurso, o desafio de problematizar a divisão sexual do trabalho para que quando as mulheres desenvolvam atividades remuneradas elas integrem diferentes postos de trabalho, não apenas nos serviços domésticos e de cuidados, como se fosse uma extensão do âmbito doméstico.

Para refletir sobre esse tema com as mulheres da base do movimento, a MMM realiza formações políticas tendo como referência a educação popular, ou seja, “[...]”

a construção de conhecimento a partir das experiências das pessoas [...]” (CLARA). A metodologia utilizada possui uma pergunta de partida, por exemplo, “O que é opressão das mulheres?” e parte da discussão sobre base material da opressão, ou seja, a centralidade do trabalho; dinâmicas de grupo (como a construção de um relógio para serem registrados as atividades realizadas por mulheres e homens no cotidiano); e, reflexões a partir disso sobre o uso do tempo de forma diferenciada e desigual, as atribuições femininas na família, a falsa dicotomia produção/reprodução e, segundo Clara, nessas dinâmicas aparecem também temas como a alimentação adequada e a violência. O cuidado é situado na sua dimensão política:

[...] Então eu estou falando disso [refere-se ao trabalho de cuidado] na construção política, na construção da consciência dos movimentos, das organizações, essa é uma discussão fundamental porque daí não pega o conceito do cuidado: ah o que é cuidado? Como a gente resolve isso? Ela faz uma discussão inteira da opressão e daí você consegue entender, ver e pensar a partir dessa própria experiência. O cuidado está aí, as questões da responsabilização entram aí, as questões sobre todas as sobrecargas e responsabilidade entre as mulheres também entram aí, a preocupação com a alimentação e a alimentação saudável entra aí. [...] eu acho que é grande a diferença a forma como a gente aborda no movimento a questão do cuidado. A gente aborda no contexto da compreensão de como funciona a dinâmica de opressão nessa sociedade capitalista, racista, patriarcal e aí as alternativas elas têm que ser pensadas de acordo com isso, que no caso da marcha é um movimento que internacionalmente se define como anticapitalista. Então a gente sempre pensa na nossa agenda assim, inclusive na disputa de políticas públicas imediatas, em que medida isso está contribuindo para mudar o modelo? [...] Então a gente fala do reconhecimento e da valorização desse conjunto de trabalho que as mulheres fazem de reprodução, de forma ampliada. A valorização por parte do sistema. Mas a valorização e o reconhecimento têm a ver com a redistribuição, a reorganização [...]. (CLARA)

Identifica-se no relato de Clara elementos da MMM como a crítica ao capitalismo e ao sexismo, a necessidade de dialogar com as mulheres para construir juntas consciência política visando modificar o lugar das mulheres no âmbito doméstico e de cuidados, participando da vida social, seja no movimento, seja no mercado de trabalho, onde e como elas quiserem. Há também a consciência de entraves estruturais como o formato das políticas sociais, as relações sociais capitalistas, o patriarcado, entre outros, que precisam ser problematizados para superação do capitalismo.

Dialogando com a perspectiva da MMM está a MM, que tem como ponto de partida a realidade das mulheres rurais. Identifica-se que o debate do trabalho de cuidado tem maior ênfase na divisão do trabalho doméstico com os homens, por isso foram realizadas campanhas durante a pandemia sobre a divisão justa do trabalho doméstico. Nas palavras de Margarida:

[...] uma coisa muito comum que a gente ouve no meio rural é a história de que mulher ajuda dentro do trabalho produtivo do campo. E a gente vem desconstruindo, pelo menos tentando fazer essa desconstrução no movimento

sindical, junto as nossas bases, que é justamente que a gente não ajuda, a gente trabalha também, a gente é responsável também por essa geração de produção dentro das famílias, seja nos quintais produtivos, seja no roçado, seja na lida diária da pecuária, então a gente tem cadeias produtivas das mais diversas na nossa cultura, que vai desde a produção de questão animal, quanto vegetal e a gente vem fazer esse debate muito intenso, que mulher também trabalha, também gera renda e quando a gente traz para dentro dessa discussão, para a Marcha das Margaridas, a campanha da divisão justa do trabalho doméstico é entendido que aqui também não é função da mulher apenas [...].

Não há, portanto, na agricultura familiar¹⁷, uma nítida divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, pois as mulheres desenvolvem o trabalho em ambos os contextos, ou seja, tanto para consumo da própria família, quanto para comercialização, o que possibilita a análise se desenvolver também a partir da economia feminista.

[...] se essa mulher não assumir esse trabalho de cuidar das crianças, de cuidar dos pais, de tios, de tias, teria que alguém estar nesse lugar e remunerar alguém para fazê-los. Então a gente assume enquanto mulheres nesse lugar da sociedade essas funções que interferem diretamente nesse lugar do econômico, da economia e não é visto isso dessa forma. Simplesmente é tido como, nasceu mulher tem que fazer isso mesmo porque é função dela. E a gente sabe que não é. Tem toda uma funcionalidade por trás disso. E infelizmente não é todo lugar que vai ver essa mulher como geração de renda na família, embora não explicita em moeda, em lucro, que é isso que é muito visado na sociedade que a gente vive, se não gera lucro econômico, financeiro, não faz parte da economia, não faz parte da geração de renda. Então a gente traz esse lugar do cuidado que as mulheres exercem na sociedade como parte integrante do sistema econômico, social, econômico-familiar, enfim nesse contexto. (MARGARIDA)

Por outro lado, os homens nem sempre contribuem com o trabalho doméstico e de cuidados e, ainda, segundo relatos de Margarida, em regiões do Nordeste e semiárido brasileiro os homens migram em épocas de safras ou de estiagem e as mulheres permanecem na área rural com as crianças, trabalhando para garantir a alimentação da família:

[...] Então uma cultura muito forte também, principalmente, no Nordeste, de que os companheiros, os esposos, eles ainda migram quando no período entre safras para quem é assalariado, de estiagem para quem é agricultor familiar, esse período é muito difícil produzir nessas regiões áridas, por isso tem muito dessa imigração. Então enquanto eles estão viajando, a mãe tem que ficar cuidado de animais, de quintais produtivos, para poder garantir minimamente ali condições necessárias de permanecer nesse lugar, de alimentar sua família, o que é um outro cuidado que está muito sobre as mulheres. Que é o cuidar do que a família vai se alimentar, é tanto que quando você traz a mulher nesse lugar da agricultura primeira coisa que a gente pensa é o alimento que

17 A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define agricultor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, que não detém, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais, que utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento e que tem percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (BRASIL, 2006).

vai para a minha mesa, para mesa da minha família, e depois o que vai ser vendido para poder gerar essa renda extra, para algumas necessidades que não conseguimos tirar do campo. Ao contrário dos pensamentos dos homens, primeiro eles pensam em vender para gerar renda, gerar lucro, a história do lucro, para depois pensar no que a família vai comer. [...] (MARGARIDA).

Um outro agravante, é que se na área urbana os serviços públicos são insuficientes, na área rural a ausência faz com que as mulheres tenham que organizar uma cadeia de cuidados entre mulheres que residem próximo ou, no caso, das crianças, levá-las consigo no trabalho diário:

[...] a gente tem uma deficiência muito grande, por exemplo, creches é algo ainda que é muito posto nesse lugar do urbano. Então quando a gente vem para a zona rural, essa é uma pauta que a gente tem feito também porque qual é a prática, se a gente não tem uma rede de apoio, também constituída por mulheres, uma tia, uma mãe, uma vó, que pode ficar com essa criança, ela vai junto, ela vai junto para o roçado, vai junto para a ordenha, ela vai junto para onde a mãe está. Infelizmente no campo a gente não conta, na cidade ainda se tem, por menor que seja a cidade, tem ali uma creche que muitas vezes também não atende a demanda das mulheres urbanas. Então são muitas mulheres para poucas creches, então é uma disputa pelas vagas ali para os filhos ficarem. Quando você chega no campo isso é quase inexistente, se a gente não tiver uma rede de apoio que dialogue com as pessoas da família. E geralmente no campo tem muito essa questão dos vínculos de parentesco, é família que estão ali naquela região, naquela comunidade, naquele quilombo, naquela aldeia, mas tem lugares que não são assim. Então tem lugares que você não vai ter aquelas pessoas próximas, vivendo próximas, para ter esse apoio, esse suporte. (MARGARIDA).

Com isso, as políticas públicas possuem impacto direto na vida das mulheres, no trabalho doméstico e de cuidados. Margarida defende que as políticas públicas sejam construídas ouvindo a população, conhecendo a realidade de cada território, respeitando os saberes dos povos e suas culturas. Um exemplo citado por ela são as cisternas:

[...] cisterna é uma política pública específica aqui do semiárido, que somos nós mulheres que carregamos a água na cabeça em uma lata, a quilômetros de distância, para poder colocar a água para beber, a água para tomar banho, a água dos animais. Então a cisterna é algo muito simbólica para as mulheres do semiárido, é porque a gente deixa de andar quilômetros com uma lata de água na cabeça, a água ela chega no terreno através da captação de água, então essa é uma política muito significativa para a vida das mulheres. Parece algo pequeno, mas não é. Essa cisterna é que vai garantir que essa mulher não passe horas do seu dia nesse trajeto para garantir a água dentro de casa. Essa cisterna que vai garantir que a mulher tenha um conforto maior, uma comodidade maior, que assegure que no período da seca essa água esteja dentro de casa. Então, assim, são muitas coisas que estão por trás de uma simples cisterna no semiárido brasileiro. [...]. (MARGARIDA).

Diante disso, a realidade das mulheres rurais, o território de onde elas falam, explica a abordagem do tema do cuidado na pauta da MM, enquanto um trabalho naturalizado como uma atribuição das mulheres e a metodologia do movimento em refletir e problematizar

essas relações:

[...] a marcha tem assumido muito esse papel de desnaturalizar aquilo que não é natural, então não é um processo natural é fazer essa exclusão de que a mulher tem que estar nesse lugar privado e o público é o lugar do homem, então isso não é natural, isso é social, é construído, é cultural, e a gente tem esse papel de mudança nesse lugar, então a pauta da marcha ela é muito ampla e quando a gente vai fazer esse debate com a base, a gente tenta trazer esses elementos, mas é obvio, que a gente não consegue, em uma ação de base apenas fazer o debate que vai desde a participação dessas mulheres até a incidência na política diretamente dentro desse lugar de concretizar mesmo. (MARGARIDA).

Outro elemento importante nesse contexto é o acesso à terra e às políticas públicas que possibilitem o trabalho, seja na agricultura familiar, na pecuária ou no extrativismo, pois é isso que garante a possibilidade de as mulheres desenvolverem o seu trabalho e o sustento da família. Diante disso, a MM constrói suas pautas vinculadas a essas demandas, ao mesmo tempo que busca construir novas relações sociais que possibilitem a participação social das mulheres e a sua autonomia econômica. Neste aspecto, Margarida destacou a conquista da titulação da terra também no nome da mulher na reforma agrária e mudanças dentro das casas com o aumento da chefia feminina.

O debate do cuidado também foi relacionado por Margarida com o processo de organização e execução dos grandes atos em Brasília, com o cuidado que as mulheres têm umas com as outras, seja físico e/ou emocional, seja em relação à segurança, devido ao processo de criminalização dos movimentos sociais em que o Estado reage com violência e opressão para dispersar as militantes, seja na realização de momentos de autocuidado durante a Marcha, com a criação de espaço de valorização de conhecimentos populares, com ervas, ritos, massagem e aromaterapia. Além disso, a realização da mística no início do grande ato. Nas palavras de Margarida:

[...] a gente também teve muito esse cuidado no preparar a marcha, nesse processo de preparar, com a segurança das próprias mulheres. E quando a gente traz esse cuidado para dentro do campo da saúde, a saúde do corpo da mulher, a saúde mental, a gente tem dentro da pauta vários eixos que fazem esse diálogo. Quando a gente dialoga, por exemplo, sobre a pauta da agroecologia dentro da Marcha das Margaridas é para dizer: olha, a gente tem que cuidar dessa vida dessas pessoas, que não é só das mulheres do campo, a gente cuidando da alimentação garante a vida de fato. A alimentação saudável é o mínimo que as mulheres do campo, das águas e das florestas podem estar pautando porque não faz bem só a nós, faz bem a população como um todo.

Por fim, ressaltamos que Margarida contou que a pauta da violência contra as mulheres e a fome são centrais na Marcha, mas que o cuidado está presente em todos os eixos da MM: “Então se você for avaliar todos os eixos que a Marcha trabalha está esse lugar do cuidado, o cuidado do corpo, o cuidado da mente, o cuidado da vida. Então o cuidado é muito presente em todos os processos da Marcha [...]”.

Na MMN/SP, por sua vez, a pauta do cuidado está relacionada à própria vida das mulheres negras e, principalmente, nas discussões da maternidade, creches e educação dos(as) filhos(as). O lugar que a mulher negra ocupa na sociedade racista, patriarcal, capitalista, lgbtfóbica, capacitista é questionado e denunciado pelas mulheres que mostram a sua força para resistir a esses processos de opressão, exploração, discriminação e preconceito.

O cuidado aparece principalmente em duas dimensões. A primeira relacionada ao trabalho doméstico remunerado realizado pelas mulheres negras, que necessita de valorização, reconhecimento, proteção social e, inclusive, respeito devido à persistência de padrões culturais racistas e sexistas da escravização, em que a mulher negra é vista como objeto sexual. Somando a isso, está a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, realizado nas casas, pois, para sair para desenvolver o trabalho remunerado, as mulheres precisam organizar toda a dinâmica do cuidado em casa. As mulheres negras que vivem em situação de pobreza possuem maiores dificuldades no acesso aos serviços públicos e privados, tendo que organizar uma rede informal de cuidados.

A outra dimensão do cuidado é possibilitar que as mulheres participem da vida social, que envolve tanto o tempo para o autocuidado, quanto para participação em movimentos e partidos políticos e cultural. A MMN/SP, conhecendo as condições de vida das mulheres negras, centraliza o debate do racismo e como ele incide na vida das mulheres, especialmente, no genocídio da juventude, na violência doméstica, nos assassinatos e ameaças por motivos políticos e por preconceito. O tema da sexualidade, especialmente, relacionada a lésbica e a *trans*, incide sobre o que é ser mulher nessa sociedade. Nesse sentido, não há uma imagem única de mulher, mas mulheres em suas diversidades.

Na questão do cuidado entre mulheres negras e autocuidado, destacamos o fato da organização da MMN/SP buscar dar condições para as mulheres participarem. Nas reuniões e atos presenciais antes da pandemia da Covid-19 havia a “Marchinha”, em que um grupo ficava responsável pelas crianças. Desde a primeira marcha, as crianças estiveram presentes; no começo em um espaço seguro perto da marcha, mas depois nasceu a “Marchinha” para acompanhar o ato com contação de histórias, oficinas de instrumentos musicais, oficinas de instrumentos indígenas, entre outras atividades. Além disso, o lanche e o transporte eram previstos pela Marcha. No contexto da pandemia, a MMN/SP organizou o acesso a celular, créditos e alimentos, conforme o relato de Lélia.

Então esse cuidado estava nisso né, vamos ter reunião, quem precisa de crédito para poder participar da reunião. Esse cuidado está em tudo, se o encontro é presencial, sempre houve o cuidado da alimentação, da condução, de ter ali quem cuidasse das crianças. [...] em um grupo de mulheres, sempre teve esse cuidado de quem foi ficar com as crianças, ainda que fosse um lanchinho até a pessoa poder chegar em casa porque São Paulo é gigantesca. Então muitas vinham de muito longe para a gente se encontrar no centro [...]. E aí quando passou a ser virtual o cuidado era outro, tipo era esse de ter crédito, quem precisa de cesta básica. (LÉLIA).

Está presente o apoio e incentivo para mulheres negras participarem socialmente, seja nos movimentos de mulheres, negros ou partidos políticos, bem como sambas, saraus, teatros, ou seja, o acesso e a valorização de artistas e da cultura negra. O cuidado se relaciona ao atendimento das necessidades básicas das pessoas, objetivas e subjetivas, para possibilitar a participação ativamente na comunidade em que se inserem.

Diante disso, a pauta do cuidado está presente nas marchas de mulheres e se manifesta de forma diferente em cada uma delas de acordo com as particularidades das integrantes. Há uma aproximação maior entre a MMM e MM devido ao próprio processo histórico de construção das marchas e a forma como as integrantes se apoiam e articulam os grandes atos. Por ser uma palavra polissêmica, nem sempre está vinculado ao trabalho doméstico-familiar, mas é sempre ligado a atributos femininos, como o “cuidado em como fala”, “o cuidado de como tratar as divergências”, “o cuidado de como se expressa para não ofender a companheira”, “o cuidado com todo o processo de organização e execução dos encontros e atos”, como se a palavra carregasse consigo adjetivos não nomeados: amor, respeito, carinho, afeto, o estar atento ao outro.

Dito isto, no próximo capítulo o tema do cuidado é revisitado tendo como premissas as contribuições das marchas de mulheres no Brasil. Afinal, as mulheres que participaram da pesquisa também trouxeram as suas vivências e percepções sobre o tema.

O TRABALHO DE CUIDADO NA PAUTA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL

Após a apresentação das militantes e das lutas travadas por elas nos movimentos feministas, bem como localizar o cuidado na pauta das marchas de mulheres, a sua transversalidade, discutimos a particularidade do tema no contexto brasileiro, bem como as pautas que diretamente se vinculam ao cuidado, sejam elas de denúncia ou reivindicatórias. Por fim, são construídas algumas reflexões sobre os principais aspectos do cuidado nas marchas de mulheres.

4.1 A PARTICULARIDADE DO TRABALHO DE CUIDADO NO BRASIL

Identificamos, anteriormente, que a construção dos direitos sociais das mulheres brasileiras remonta ao século XIX com a luta contra a escravidão, com as tentativas de participação na política (constituintes, eleições), com o ingresso no mercado de trabalho, com as conquistas de direito à maternidade protegida. É no século XX que avançou devido à aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT em 1943), à assinatura do país das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à aprovação Constituição Federal de 1988. (MELO e MORANDI, 2021).

Os sistemas de proteção social, construídos na década de XX, especialmente entre 1920 e 1980, também impactaram no trabalho de cuidado ao compartilhar com as mulheres essas atividades. Contudo, ao serem construídos com base no modelo de seguro social a assalariados urbanos-industriais, privilegiaram os homens/brancos/imigrantes, enquanto índios e negros, maior número na informalidade, permanecem na dependência da família e da comunidade para atender às necessidades sociais, assim como os trabalhadores da área rural e autônomos, invisibilizando o trabalho doméstico feminino e colocando as mulheres na condição de dependentes (esposas ou mães) no sistema de seguro social.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na definição e ampliação dos direitos sociais, resultado da transição do regime militar (1964-1985) para o democrático, expressou a busca pela igualdade de direitos civis, políticos e sociais. A mobilização dos movimentos sociais, a articulação política da classe trabalhadora e a adesão de setores do empresariado nacional possibilitaram a construção de um novo patamar de relações sociais no Brasil, consolidado na Constituição. (COSTA, 2006).

O artigo 6º estabelece que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Em 2021, a Emenda Constitucional nº 114 inclui em parágrafo único que “Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas

e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária”. (BRASIL, 2021, s/p).

Entre a previsão legal e a materialização no cotidiano da população há um longo caminho a ser trilhado, ainda mais quando se submete a concretização das políticas públicas, que respondem aos direitos sociais, ao ajuste fiscal e à disponibilidade orçamentária. O direito ao cuidado, como tem sido discutido atualmente, não está explícito na Constituição, mas integra-se na efetivação dos direitos sociais, se considerarmos a unidade receptora que são os indivíduos.

No campo da proteção social, destaca-se ainda a construção do sistema de Seguridade Social híbrido, com política contributiva (Previdência Social) e não contributivas (Saúde e Assistência Social) e a ampliação da proteção de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência de forma progressiva, pelo menos no âmbito formal, construindo políticas e legislações por áreas e segmentos, tendo a família como centralidade. (BRASIL, 2021).

Segundo Sônia M. Draibe e Manuel Riesco (2011), o nacional-desenvolvimentismo, especialmente, da década de 1990, seguiu orientação econômica-política do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Consenso de Washington. A hegemonia neoliberal provocou um processo de desindustrialização, crescimento do setor de serviços e do setor primário de exportações, principalmente minerais e agroindustriais. As consequências na agenda da proteção social estatal foi o foco das ações na redução da pobreza, executadas de forma seletiva e focalizada, com destaque aos programas de transferência condicionada de renda e ao estímulo do setor privado na provisão do bem-estar social.

As políticas neoliberais reforçam o cuidado como “obrigação” e como “ajuda” ao colocarem a centralidade na família. Segundo Cassia M. Carloto e Nayara C. Bueno (2021), sem o Estado como principal agente de proteção social, as mulheres se veem desprotegidas e presas a funções e papéis tradicionais, no contexto de um país que reproduz as hierarquias sociais escravocratas e que somente esboçou um Estado de Bem-Estar Social com a Constituição Federal de 1988, mas que não chegou a ser materializada, ocorrendo, atualmente, a aceleração da privatização e da mercantilização dos direitos sociais.

Com o aumento do trabalho assalariado e remunerado das mulheres, as autoras Leila Blass, Helena Hirata e Vera Soares (2021) demonstram três características do emprego feminino no período de 1990-2010: o processo de bipolarização do emprego feminino, ou seja, um polo maioritário no setor de educação, saúde, serviços e comércio, e um polo minoritário nas profissões valorizadas e melhor remuneradas. Esse último ocupado especialmente por mulheres brancas e qualificadas.

Outra característica é a precarização e a vulnerabilidade dos empregos criados a partir dos anos 1990. No Brasil o trabalho informal e sem proteção sempre dominou, mas a partir desse período ocorre a instabilidade até dos empregos mais estáveis, sobretudo

no setor industrial. A precarização trouxe consequências negativas na remuneração e nas condições de vida e de trabalho. (BLASS; HIRATA; SOARES, 2021).

A terceira característica é a expansão, a partir dos anos 1990, dos serviços relacionados aos cuidados, o que representa a mercantilização e a externalização do trabalho realizado pelas mulheres na esfera privada. As autoras denominam a globalização do trabalho reprodutivo, impulsionado pelos fluxos migratórios internacionais. A incorporação da força de trabalho feminino foi acompanhada por contratos por tempo determinado e os trabalhos em domicílio, aprofundando as desigualdades entre os sexos. (BLASS; HIRATA; SOARES, 2021).

Diante disso, Helena Hirata (2020) afirma que no Brasil as práticas e políticas de cuidado se caracterizam como mais escassas e pouco desenvolvidas. A autora define cuidados como um trabalho material, técnico e emocional que se configura nas relações sociais de sexo, classe, raça/etnia e apresenta diferentes protagonistas, os mandatários e beneficiários, assim como todos que demarcam, prescrevem e supervisionam o trabalho. Hirata (2020), em sua obra, destaca uma especificidade brasileira: as trabalhadoras domésticas e diaristas remuneradas não somente realizam as tarefas domésticas, mas também são responsabilizadas pelo cuidado de crianças, idosos, pessoas com deficiência e pessoas doentes, como uma atividade adicional.

Segundo Juliana Teixeira (2021), o trabalho doméstico remunerado¹ é desempenhado quase em sua totalidade por mulheres (97%), sendo que os homens desenvolvem atividades na área externa, como a jardinagem, a condução de veículos, de caseiro. Em 2019 quase 20% das mulheres brasileiras realizavam trabalho doméstico remunerado:

[...] a Lei Complementar nº150, de 2015, define como empregado doméstico no Brasil aquele que exerce atividade contínua para pessoa física no ambiente doméstico. Para que não exista vínculo empregatício, a lei determina que a atividade não pode ser executada por um mesmo empregador por mais de dois dias na semana. (TEIXEIRA, 2021, p.21).

Esse trabalho ainda é marcado pela informalidade, precariedade e falta de proteção social. Teixeira (2021) demonstra que dinâmicas simbólicas do período escravocrata permanecem quando se trata de trabalho doméstico remunerado: divisão hierárquica relativa ao acesso dos espaços da casa e as práticas dos/as patrões/patroas, separação do uso de elevadores, troca de trabalho por moradia e alimentação, exposição a assédios sexuais e morais.

No Brasil, são milhões de mulheres, majoritariamente negras, que realizam trabalho doméstico, acumulado com os cuidados, fora e dentro de suas casas, pois para saírem de casa precisam organizar a dinâmica familiar - alimentação, cuidados com os filhos, por exemplo – e ao retornarem encontram uma série de atividades para serem realizadas. O

1 Apesar da tese estar voltada para o estudo do trabalho de cuidados executado no âmbito doméstico-familiar não remunerado, no Brasil não podemos ignorar o trabalho doméstico remunerado como uma dimensão desse processo, como uma particularidade. Destaca-se que foi apenas em 1972 que o trabalho doméstico remunerado foi reconhecido como profissão, mesmo sendo executado desde 1888.

racismo estrutural e o sexismo são os principais elementos que impedem o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico. (TEIXEIRA, 2021).

Devido à pluralidade de configurações em que se organizam o trabalho de cuidados no Brasil, os estudos de Nadya A. Guimarães e Priscila P. F. Vieira (2020) defendem que do ponto de vista analítico o tema deveria ser abordado a partir de circuitos de cuidados que abarcam os resultados desse intenso e permanente trabalho. As autoras apontam quatro dimensões relevantes: I) os significados atribuídos ao trabalho; II) as/os atrizes/atores aptos a realizar o trabalho; III) os tipos de relações sociais estabelecidos (mercantis ou não mercantis); e, IV) os modos de redistribuição (monetários ou não).

Diante disso, as autoras desenvolvem três tipos de circuitos: cuidado como “profissão”, cuidado como “obrigação” e cuidado como “ajuda”. O primeiro se desenvolve vinculado às profissões da área da saúde e enfermagem, cuidadoras/es domiciliares e o trabalho doméstico remunerado. O segundo vincula-se ao trabalho doméstico-familiar não remunerado realizado pelas mulheres (regular, gratuito, invisível), a “obrigação” vem do vínculo familiar que impede qualquer recusa, a não ser quando há recursos econômicos para terceirizar os cuidados (profissionalizar). O terceiro são as relações sociais sustentadas na reciprocidade grupal ou comunitária, alternativa criada entre os que vivem em situação de pobreza e sob escassa (ou pouco efetiva) proteção da política social. Desenvolvem-se uma trama de relações de trocas – ora monetária, ora de favores, ora de bens e objetos – assim como se constrói vínculos entre quem cuida, quem é cuidado, quem necessita que se cuide.

Cada um dos circuitos estabelece diferentes configurações nas relações sociais de cuidado, sendo que a desigualdade de classe combina e demanda os diferentes circuitos (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020). O cuidado como “profissão” se insere no processo de mercantilização quando os custos financeiros são dos indivíduos, podendo ser também de suas famílias ou da oferta de serviços públicos que atendam às necessidades das pessoas que serão cuidadas.

Nesse caso, o cuidado é considerado um direito individual, mas permanece a referência familiar (se houver). Apesar disso, identifica-se a possibilidade de uma qualificação e formação voltada à atividade que será remunerada e reconhecida. Por outro lado, quanto mais o circuito de cuidado se aproxima da “obrigação” e “ajuda” mais familista e feminizada é a atividade.

Devido à responsabilização das mulheres pelos trabalhos domésticos e de cuidados, para realizar atividades fora de casa elas delegam as tarefas para outras mulheres. Suely Gomes Costa (2002) apresenta esse debate a partir da discussão do que chamou de maternidade transferida. Os três temas abordados pela autora são: o controle da reprodução, a falta de sistemas protecionistas e os encargos domésticos transferidos de uma mulher para outra.

Com a inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, elas enfrentam

dificuldades em atender às atribuições tradicionais na esfera da reprodução em todas as classes sociais; por isso a transferência para outras mulheres, seja na forma remunerada ou não, uma vez que não se questiona a divisão sexual do trabalho. Historicamente isso ocorre devido ao não controle da concepção; a inserção lenta dos progressos técnicos no trabalho doméstico, exemplo das máquinas de lavar roupa e louça, geladeira, entre outros; e a tardia montagem dos sistemas protecionistas que somente ocorre de forma mais universalizante na década de 1990. (COSTA, 2002).

As mulheres pobres sempre trabalharam e os afazeres das ruas eram, muitas vezes, extensões das obrigações domésticas; por isso, a rede familiar de compadrio e vizinhança é uma prática de longa data. A noção de maternidade transferida de Costa (2002) demonstra os nexos políticos, econômicos e sociais do cotidiano doméstico, tornando visível como no Brasil a produção familiar organiza modos informais de sobrevivência, bem como as relações domésticas sustentam as formas perversas de regulação dos salários, uma vez que o valor do salário mínimo não contabiliza os custos econômicos do trabalho doméstico indispensável para reprodução social.

Segundo Keli R. Dal Prá, Regina C. T. Mito e Michelly L. Wiese (2018), o reconhecimento do direito ao cuidado é um processo em construção, enquanto um direito universal de todas as pessoas, independente da inserção no mercado de trabalho, classe social, gênero, mas necessita de ações políticas comprometidas em presidi-lo. Para as autoras, isso é essencial em países, como o Brasil, que possuem uma política social de caráter familista e escassa discussão na sociedade civil e na produção de conhecimento sobre as responsabilidades de cuidado.

A democracia, enquanto regime político, não se concretiza em sociedades desiguais, pois pressupõe participação social em todas as esferas da vida social, especialmente naquelas voltadas à tomada de decisões que interferem nos rumos econômicos e sociais da comunidade. Flavia Biroli (2018) demonstra que tanto as hierarquias que organizam a vida privada, quanto os circuitos que se estabelecem a partir dessas hierarquias, restringem a participação das mulheres na esfera pública; por isso, para autora, o cuidado é um problema de primeira ordem e possui um potencial ético-político, considerando que todas as pessoas necessitam de cuidado.

Dois elementos estão presentes no Brasil quando se relaciona o tema do cuidado com a democracia: o primeiro é a atribuição do cuidado propriamente às mulheres; o segundo se refere ao acesso precário da maior parte da população aos cuidados de saúde, as garantias de proteção social e contra a violência; por isso Biroli (2018) aponta que o Estado não apenas se esquivava de oferecer garantias básicas de proteção social, como também viola os direitos formalmente construídos.

Corroborando com essa afirmação está o estudo de Bila Sorj (2013). A autora demonstrou que as mudanças macrossocietárias ocorridas nas últimas décadas, como a inserção cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho remunerado, acesso

aos meios de comunicação, ampliação do ideário feminista, não está sendo realizado com o suporte público adequado que possibilite a socialização do trabalho de cuidados e a inserção das mulheres na esfera pública. Ao examinar o que chamou de arenas de cuidados, ou seja, a forma como o cuidado aparece na família, na legislação trabalhista e na educação infantil, a autora concluiu que o cuidado é atravessado pelas desigualdades de gênero e classe social, o que configura distintas experiências sociais de cuidado.

Diante disso, fica evidente como o Brasil se insere no contexto latino-americano, reproduzindo hierarquias coloniais, mas que também possui particularidades como, por exemplo, o acúmulo das atividades domésticas e de cuidados; a não inclusão do direito ao cuidado na legislação; a discussão desarticulada e segmentada dos direitos sociais de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres; a ausência do debate público sobre a responsabilização das mulheres pelos cuidados; as diferentes formas de organização do cuidado que se estabelecem, principalmente, nos grupos comunitários devido à ausência ou precariedade da ação estatal.

4.1.1 Cotidiano e divisão racial-sexual do trabalho

O trabalho de cuidado se desenvolve na vida cotidiana, em um espaço-tempo em que se realiza a reprodução social dos indivíduos. Segundo Lukács (*apud* NETTO, 2007, p.66, *grifos do autor*), “[...] em toda sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a *estrutura* da vida cotidiana é distinta quanto ao seu âmbito, aos seus *ritmos* e *regularidades* e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (...) *em face da cotidianidade*.” O cuidado carrega em si níveis do cotidiano, sendo também insuprimível e ineliminável.

As características do cotidiano que nos possibilitam analisar o cuidado em suas diferentes dimensões são aquelas que demonstram a sua heterogeneidade, enquanto um universo que movimenta fenômenos e processos diversos, desde a linguagem, o trabalho, a política, entre outras; a sua imediaticidade, pois as respostas às necessidades das pessoas são construídas ativamente em uma relação direta entre pensamento e ação; e a sua supercialidade extensiva, que faz com que as respostas às necessidades das pessoas se vinculem a um somatório dos fenômenos que surgem em cada situação precisa, sem considerar as relações que as vinculam. (NETTO, 2007).

Essa relação entre cotidiano e cuidado é complexa e repleta de ambiguidades. As características do cotidiano indicam que o desenvolvimento do trabalho de cuidado pelas mulheres pode se caracterizar como uma ação alienante, sem que haja a percepção do trabalho essencial que é realizado, ou seja, a vida de todos os dias, com seus ritos e ritmos, se torna uma somatória de ações mecânicas e automatizada. Por outro lado, essa mesma cotidianidade pode se manifestar como um espaço de resistência e de transformações, por isso a vida cotidiana não pode ser negada como fonte de conhecimento e prática.

(CARVALHO, 2007).

O movimento feminista contribui para a transformação das percepções naturalizadas das ações de cuidado realizadas no cotidiano em impulsos para a transformação social. Ao discutir criticamente o vivido e relacioná-lo com a totalidade da vida social, cria possibilidades de mudanças. Isso somente é possível porque na vida cotidiana se materializam as desigualdades sociais de classe, raça e gênero. É no dia a dia que as pessoas sentem e quase podem tocar nas relações hierárquicas e de dominação, por isso é onde inicia o seu questionamento.

No cotidiano a divisão sexual do trabalho é percebida pelas mulheres brasileiras e denunciada, conforme o relato de MMM9:

Desde pequena sou responsabilizada pelo trabalho de cuidados. Aprendi a cozinhar as coisas básicas (arroz, macarrão, frango etc.) com menos de 10 anos, muito nova mesmo. Hoje, na minha casa que divido com meu companheiro e amigos, também sou a principal responsável pelo trabalho de cuidados. Há pouco as pessoas começaram a também pensá-lo e não só executá-lo, como foi na maior parte do tempo. (MMM9).

A socialização diferente de meninos e meninas é um dos fatores que influenciam na responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, o que faz parte da estrutura do cotidiano construída na sociedade capitalista, alicerçada no racismo e no patriarcado. Cada sociedade cria ritos e regularidades de comportamentos que são reforçados na socialização diferenciada de meninos e meninas, uma vez que as pessoas já nascem inseridas em uma cotidianidade. O relato de MMM7 corrobora com esse argumento:

Mulheres ficam com toda a sobrecarga dos trabalhos de cuidados, um exemplo é em minha família. Mulheres recebem salários menores que homens, com trabalhos iguais. No trabalho, mulheres recebem mais trabalho, pelas características de responsabilidade, atenção, eficiência, em relação aos homens. No movimento de mulheres, as mulheres negras são as que tem mais empobrecimento, em relação às brancas. (MMM7).

Com isso, fica evidente a relação entre a estrutura da sociedade e as relações cotidianas no âmbito doméstico, em uma perspectiva que uma influencia a outra e vice-versa. A sobrecarga de trabalho em casa, dificulta a qualificação e inserção no mercado de trabalho, o qual reforça os estereótipos de mulheres e homens e impulsiona a manutenção das mulheres no trabalho doméstico e de cuidados, dentro e fora dos lares. A totalidade também é uma característica do cotidiano, apesar do ser humano se perceber na sua singularidade, a sua dimensão genérica (de gênero-humano) aparece subsumida na vida cotidiana. (NETTO, 2007).

Há, portanto, no cotidiano, uma interação constante entre o micro e o macro, entre a reprodução direta do indivíduo na sua singularidade e a reprodução indireta da totalidade social. As pessoas não apenas sobrevivem, mas, ao mesmo tempo, participam e constroem a humanidade. (CARVALHO, 2007). Diante disso, o nível do cotidiano torna-se um espaço- tempo importante em termos de mudanças nas relações sociais entre os sexos

e no combate ao sexismo e racismo, enquanto impulsionador de transformações sociais mais amplas.

No cotidiano do trabalho de cuidado, além das desigualdades entre os sexos, se manifestam desigualdades entre as mulheres que desnudam a relação entre sexismo e racismo, uma vez que as mulheres negras estão no centro dos cuidados, quando se refere a realizar esse trabalho:

São as mulheres que realizam as tarefas mais degradantes, cansativas e invisíveis do cuidado. Sobretudo as mulheres negras e periféricas. Mulheres de classes média e alta contratam outras - também mulheres - das classes populares e, com isso, amenizam os conflitos de gênero em seus domicílios, intensificando conflitos de raça e classe. (MMM10).

O relato de MMM10 também reitera a existência de desigualdades entre as mulheres brancas e negras que ficam explícitas na discussão de cuidado. A maternidade transferida de Costa (2002) demonstra esse elo entre as mulheres de diferentes classes, em que as brancas são privilegiadas. Essas hierarquias construídas no cotidiano não são imutáveis e nem rígidas, variando em diferentes contextos e lugares no país.

A rede de mulheres na distribuição dos cuidados é outro elemento que reafirma a ausência dos homens e a disponibilidade deles para os trabalhos mais valorizados socialmente, conforme afirma MMM6; “Os diferentes papéis de homens e mulheres, negros e brancos, comuns na sociedade, sendo os papéis de homens brancos os mais valorizados e das mulheres negras os menos, em geral atrelados à domésticos e cuidados.”

Observa-se a presença tanto das características da divisão sexual do trabalho, conforme apontou Kergoat (2009), de hierarquização e separação, quanto processos sociais do racismo que fazem com que o trabalho dos homens brancos seja valorizado social e economicamente, e as mulheres negras permanecem na base da pirâmide social.

O trabalho de cuidado se articula com o trabalho doméstico, mas há diferenças entre eles. O cuidado não exige que a pessoa esteja presente no mesmo local, pois a atenção, o estar atento, o organizar as atividades, o acompanhar o que está acontecendo exige energia psíquica das mulheres durante todo o tempo, independentemente de onde esteja fisicamente. Enquanto que o trabalho doméstico refere-se a atividades concretas de lavar, limpar, cozinhar.

No Brasil, não há uma tentativa de demonstrar as particularidades desses trabalhos nos dados oficiais, por exemplo, nas pesquisas do IBGE, o que dificulta, inclusive, para as mulheres perceberem essa diferença. O relato de MMM8 representa essa indiferenciação: “Sempre o trabalho do cuidado em casa, ser responsabilizada por fazer a comida e lavar as louças, organizar a cozinha e a casa no geral, limpar, organizar as roupas, tirar do varal e dobrar [...]”

Isto repercute também na remuneração, tanto do trabalho doméstico quanto de cuidado, uma vez que as empregadas domésticas e diaristas acabam por acumular essas

funções. Há, assim, uma resistência em profissionalizar o cuidado, principalmente quando se refere a grupos com mais dependência, como os idosos e pessoas com deficiência.

A autora Cristina Bruschini (2009) demonstra que o trabalho doméstico pode ser agrupado em “blocos”, sem que haja uma hierarquia ou classificação, da seguinte forma:

1. tarefas relativas aos cuidados com a moradia, espaço no qual se passa a vida familiar cotidiana;
2. tarefas de alimentação e higiene pessoal, como cozinhar, lavar pratos e outros utensílios, costurar, lavar e passar roupas;
3. prestação de serviços físicos e psicológicos aos membros das famílias, assim como o cuidado com as crianças, os idosos e os incapacitados da família;
4. administração da unidade doméstica, com atividades que vão desde o pagamento de contas até a administração do patrimônio, bem como a aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família;
5. manutenção da rede de parentesco e de amizade, que reforçam laços de solidariedade e de convivência. (BRUSCHINI, 2009, p.97).

Observa-se que parte das atividades são manuais, como tarefas de alimentação e higiene pessoal; outra parte possui um caráter afetivo, como o cuidado com crianças e manter laços afetivos com a rede de parentesco e/ou amizade; um outro grupo possui um caráter intelectual, como é o caso da administração financeira do domicílio. O trabalho doméstico e de cuidado exige que as mulheres desenvolvam diferentes habilidades, dentro e fora dos lares, considerando que há atividades que se desenvolvem fora dela, indispensáveis para sua manutenção, como ir às compras.

Com isso, evidencia-se que as habilidades ditas “femininas” são adquiridas durante a socialização das meninas e no processo de trabalho desenvolvido por elas, desde a infância, no apoio das mulheres mais velhas e reforçadas quando adultas. Esse “padrão” é constantemente questionado pelo movimento feminista, uma vez que é aprendido e não algo natural; portanto, pode e deve ser experimentado pelos homens. O mundo construído pela lente masculina, em que o cuidado não faz parte do cotidiano, desconsidera que as pessoas precisam de cuidado, atenção e afeto, e isso não pode ser monetarizado e nem responde a um tempo específico, ou seja, o tempo de cuidar depende da relação estabelecida e das necessidades que estão sendo atendidas.

Mudanças na socialização das crianças são importantes para questionar o sexismo e desvincular as mulheres da ideia de serem as únicas cuidadoras, assim como formar meninos com outras masculinidades. Bell Hooks (2020) afirma que a luta feminista é incompleta sem os homens, os quais podem desenvolver uma masculinidade feminista que desafia a dominação dos homens sobre o planeta, sobre as mulheres e sobre as crianças. Com isso, o feminismo, enquanto uma luta contra o sexismo e a dominação de classe, raça e gênero, contribui para a construção de novas sociabilidades, em que homens e mulheres possam compartilhar a vida com igualdade.

Nesse movimento de mudanças coletivas, que exige uma percepção de si e do mundo que considere toda a humanidade, destaca-se as formas de suspensão do cotidiano apontada por Lukács e descritas por Netto (2007): o trabalho criativo, a arte e a ciência.

As pessoas que possuem oportunidades de adentrarem a esses lugares e suspenderem o cotidiano, retornam modificados à sua cotidianidade porque alcançaram a consciência humano-genérica, construindo espaços de humanização.

Diante disso, relacionar cotidiano e cuidado tem como objetivo demonstrar as contradições presentes nesse lugar-espço, que podem ser alienantes ou transformadoras, dependendo das oportunidades que as pessoas possuem ao longo da sua vida. Nas sociedades capitalistas periféricas, como o Brasil, em que o acesso ao trabalho criativo, à arte e à ciência é restrito, acredita-se que a participação social é um dos canais que possibilitam a reflexão e a ação voltada a modificar a cotidianidade.

4.2 PAUTAS DE DENÚNCIA E PAUTAS REIVINDICATÓRIAS DO TRABALHO DE CUIDADO NAS MARCHAS DE MULHERES

Compreende-se que determinada concepção de cuidado implica na construção de uma pauta de denúncia ou reivindicatória correspondente, ou seja, se o trabalho de cuidados é relacionado à divisão sexual do trabalho pode gerar tanto a denúncia da separação e hierarquização do trabalho de mulheres e de homens quanto a reivindicação de políticas públicas que interfiram nesse processo. Por outro lado, quanto mais lacunas houver na definição do cuidado, mas difusa pode ser a construção das pautas relacionadas ao tema.

Identifica-se, nos movimentos de mulheres, que vários aspectos do cuidado têm sido incorporados no debate dos movimentos, com destaque para a sua relação com o trabalho (remunerado e não remunerado), com o uso do tempo (diferente e desigual em relação ao tempo dos homens), com o papel do Estado na oferta de políticas públicas de apoio à reprodução social (desde a oferta a sua problematização se atende ou não as necessidades das mulheres) e com a necessidade de compartilhamento do cuidado com os homens, o que tem contribuído com a construção de pautas relacionadas ao tema.

Quando as participantes da pesquisa foram questionadas sobre o tema do cuidado estar presente nos encontros e mobilizações feministas, 89,3% das mulheres responderam que sim, 7,1% não e 3,6% não lembra, o que pode ser representado na fala de MMM7 “[...] discutimos isto em praticamente todos os encontros, atravessados sobre todos os temas.”

MMM6 argumentou que o tema é abordado “[...] a partir de uma perspectiva crítica sobre a divisão racial e sexual do trabalho, entendendo a pauta da viabilização, valorização e socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados com os homens e o Estado.”

Por outro lado, MMM16 relata que percebe que o tema está inserido indiretamente na Marcha: “Indiretamente somente. Há uma resistência muito grande em discutir esse tema que ao meu ver é necessário e educativo e necessário”. MMM5 também afirma que o tema dos cuidados não é central: “[...] não é abordado como centralidade às transformações sociais e por justiça por vários movimentos feministas, quem dirá movimentos sociais em geral (em geral).”

Há diferentes percepções das integrantes do mesmo grupo sobre o tema do cuidado ser ou não ser central no movimento que integra, mas é preciso considerar também que a MMM aborda o tema vinculado ao contexto da opressão das mulheres e relacionado à discussão sobre o trabalho na sociedade capitalista.

De modo geral, o quadro abaixo faz uma síntese das pautas identificadas pelas demais participantes da pesquisa:

Categoria	Pauta de denúncia	Pauta reivindicatória
Divisão sexual do trabalho	[...] as mulheres têm tripla jornada, assumem várias tarefas ao longo do dia (MMM13).	[...] A divisão igualitária do trabalho doméstico (MM2).
	[...] precisamos romper com a divisão sexual, racial e social do trabalho, especialmente do trabalho doméstico e de cuidados (MMM11).	Equiparação de salários, mulheres em cargos públicos e na política. (Coletivo Conaq).
	[...]. A divisão sexual do trabalho estrutura a nossa opressão, nosso tempo, nossos estudos, nosso trabalho pago, nossa organização de vida. Estrutura as relações de poder que nos expulsam do espaço público para dentro de casa novamente. Fazemos um trabalho gratuito que gera lucros ou recompensas para todos, em detrimento do nosso bem-estar (MMM9).	
Cuidado e políticas públicas	[...] ainda não são muitas as iniciativas no âmbito estatal que incidem de forma articulada rumo à desobrigação das mulheres do trabalho doméstico e de cuidados com lavanderias públicas, cozinhas populares, creches em tempo integral, incentivo à qualificação e emprego e renda para as mulheres etc. (MMM6).	[...] políticas públicas como creche para crianças (MMM15).
		“[...] sempre houve a luta por políticas públicas que tratassem da temática dos cuidados, como a implementação de creches nas comunidades, lavanderias coletivas, saúde preventiva, entre outras” (MMM14).
		[...] é preciso melhorar os serviços. Ter mais creches, transporte público. Empresas precisam ofertar empregos para as mulheres e dar condições para que elas permaneçam nos cargos (MMM15).
		[...] deve ser um ponto de política pública, criando espaços sociais e educativos em escolas, comunidades e órgão e secretárias estatais (MMM16).
		[...] política pública da população negra (...)sobre racismo sobre genocídio e sobre encarceramento [...]

Trabalho de cuidado	[...] são as mulheres as mais sobrecarregadas com as tarefas domésticas e os cuidados (MMM4).	[...] E a luta pelo reconhecimento desse cuidado como um trabalho não remunerado e reconhecido principalmente...(MMM8).
	[...] A divisão racial-sexual do trabalho de cuidados, bem como sua organização nas diferentes classes sociais, é central na reprodução de opressões e exclusões na vida das mulheres. O cuidado é parte da vida e é fundamental para todas e todos[...] (MMM10)	[...] deve ser democraticamente distribuído (MMM10).
	[...] esse é um dos elementos fundamentais para compreendermos a dominação - exploração [...] (MMM12).	[...] e ao mesmo tempo pensar uma reorganização da sociedade com socialização dos cuidados (MMM12).
	O cuidado é essencial, pois tem a ver com aspectos de dignidade, mas sobrecarrega apenas as mulheres que têm que abrir mão muitas vezes de autonomia financeira para executá-lo (MMM7)	[...] É importante discutir com os homens a importância do compartilhamento das tarefas domésticas e de cuidados [...] (MMM15).
Autocuidado	[...] aborda muitos assuntos nos quais as mulheres ainda não estão englobadas, cuidado emocional, psicológico e físico, e também moral (MM3).	[...] é através destes cuidados que podemos pensar políticas públicas incisivas para as pessoas ativistas em movimentos sociais (MMM3).

Quadro 9 – Síntese das pautas feministas indicadas pelas participantes da pesquisa, Brasil, 2022

Fonte: pesquisa autora. Organização: a autora.

Observa-se, no quadro, que o cuidado é pauta de denúncia e de reivindicação da MMM e da MM, especialmente na relação com os homens, Estado, empresariado e sociedade em geral. Está presente a demanda de compartilhar, dividir, socializar, remunerar, valorizar, viabilizar, reconhecer, democratizar os cuidados. As políticas públicas ganham destaque, porém, ainda focalizadas nas creches, lavanderias coletivas, transporte público, descriminalização no mercado de trabalho e mudanças culturais na relação com os homens.

Nesse item, as mulheres da MMN apresentam as pautas ligadas ao combate ao racismo, ao encarceramento e ao genocídio da população negra. Além disso, realizaram dois apontamentos, nos quais se identifica, de um lado, o não reconhecimento enquanto movimento feminista hegemônico e a referência ao autocuidado, ou seja, o coletivo enquanto um local importante de reconhecimento e de atendimento das necessidades básicas das mulheres periféricas, onde ações concretas se realizam.

Se o tema é potencializador da articulação de diferentes movimentos feministas, as mulheres concordam; porém, muitos são os desafios. Entre eles, destaca-se, a partir do relato das participantes da pesquisa: 1. Romper com o racismo e o patriarcado; 2. Mobilização nacional sobre o tema; 3. Mudanças culturais; e, 4. Remuneração do trabalho

de cuidado.

Durante o trabalho, identificamos que o capitalismo se sustenta no racismo, no patriarcado e na dominação da natureza para acumular riquezas. Por isso, o primeiro desafio do cuidado, ser um eixo articulador do debate feminista, está em combater, tanto dentro dos movimentos quanto na sociedade brasileira, o racismo: “[...] o desafio é ter que estar sempre tendo que provar que temos capacidade e que nossa cor, raça não nos faz ser diferente dos demais (SRQ).”

Outra questão estrutural é romper com o patriarcado. A fala de MMM14 ilustra essa afirmação.

[...] O maior desafio é romper o lacre do patriarcado. O qual, se utiliza da mídia corporativa e do poder político e econômico para interferir diretamente na vida das mulheres. Incutindo nas mentes da população de que é “natural” existir desigualdades de gênero, raça, etnia, identidade sexual, religiosa, entre outras. E nosso trabalho é de formiguinhas. (MMM14).

Na consubstancialidade com o patriarcado estão as demais desigualdades que afetam as mulheres, como a raça, geração, sexualidade, religião, entre outras, conforme o relato de MMM14. Esse questionamento precisa ir além dos movimentos feministas; por isso as mulheres não apenas convocam os partidos políticos e os sindicatos para esse movimento, mas integram essas lutas.

A necessidade da incorporação do tema do patriarcado nos sindicatos é representada pela fala de MMM4:

[...] o desafio é a mudança de paradigmas em relação ao que está colocado na sociedade que são “tarefas das mulheres” e “tarefas dos homens”. Uma pauta importantíssima a ser assumida pelo movimento sindical, por exemplo. Nas políticas públicas deve ser um princípio o debate dos cuidados. (MMM4).

A priorização do debate do patriarcado e as demandas das mulheres, historicamente, têm dificuldades de serem inseridas nos movimentos sociais tradicionais, como os sindicatos e partidos políticos, devido à falsa afirmação da fragmentação da luta. Apesar da resistência, as mulheres continuam ocupando esses espaços, repercutindo na correlação de forças, ao levantarem esse debate e afirmarem o seu protagonismo político. O relato de MMM1 apresenta esse desafio, “[...] As reivindicações devem ser no coletivo, homens e mulheres, reconstruindo juntos o país e o mundo. Os desafios maiores estão na resistência dentro de muitos partidos políticos, pois não temos espaços enquanto mulheres nesse meio.”

Outro desafio é enfrentar a incorporação pelo capital por meio de instituições internacionais, como a ONU, FMI e Banco Mundial, e pelo empresariado, do debate das desigualdades de gênero e o seu uso instrumental em práticas que buscam a construção de uma autoimagem vinculada ao estímulo do “empoderamento” individual feminino, mas que mantém intacta as estruturas patriarcais e, ainda, geram lucros com a venda de produtos. De acordo com o relato de MMM6:

[...] por mais que se tenha já certa popularidade no tema, inclusive parte do capital incorporou na venda de seus produtos atrelados ao incentivo da melhor divisão de responsabilidades no lar etc., ainda não são muitas as iniciativas no âmbito estatal que incidem de forma articulada rumo a desobrigação das mulheres do trabalho doméstico e de cuidados com lavanderias públicas, cozinhas populares, creches em tempo integral, incentivo à qualificação e emprego e renda para as mulheres etc. Talvez uma articulação nacional voltada apenas para isso, aliando acúmulo dos movimentos feministas e espaços de poder e decisão institucionais para planificar essa ação a nível nacional e articulado. (MMM6).

MMM6 levanta tanto o debate da incorporação pelo capital do tema, quanto a necessidade de políticas públicas voltadas a atender as necessidades de cuidado, o que também havia sido citado por MMM4 anteriormente e, ainda, apresenta a necessidade de uma articulação nacional entre movimentos feministas e a apropriação dos espaços de poder para avançar nas ações de cuidado de responsabilidade estatal.

A articulação de agendas políticas comuns a diferentes movimentos sociais e organizações também é citada por MMM5:

[...] Desafio é dar luz aos trabalhos de cuidado do cotidiano como trabalho essencial de produção e reprodução da vida dentro dos movimentos, de forma a tornar como pauta central às transformações e, assim, articular agendas políticas comuns aos diferentes movimentos/organizações. (MMM5).

Construir uma concepção de cuidado entre os movimentos feministas brasileiros, propor ações práticas de responsabilidade de cada ente envolvido, especialmente o Estado, é um processo que acontece nas lutas populares, dialogando e refletindo com as mulheres, pensado em alternativas e possibilidades que atendam tanto às necessidades de quem precisa de cuidado quanto de quem cuida. Esse debate é urgente e nunca estará acabado, porque envolve concepções, visões de mundo, vivências, experiências que se estabelecem nas relações sociais, são também políticas e se modificam com o tempo.

Clara também apontou que o debate sobre políticas nacionais de cuidado tem crescido na América Latina, e que essa discussão precisa ser realizada no Brasil, em uma perspectiva que integre as diferentes políticas sociais e os movimentos feministas:

[...] articule assistência social, saúde, educação, que envolva tanto o cuidado com criança, cuidado com idosos, cuidado com pessoas com deficiência, que olhe para quem precisa de cuidado, mas também para as provedoras de cuidado, tanto as trabalhadoras, como as pessoas na família, principalmente, as mulheres. A gente tem um movimento da América Latina que está colocando o cuidado como um direito. Eu acho que isso a gente tem possibilidade, se a gente tiver um bom resultado nas eleições, a gente tem a possibilidade de abrir um debate mais amplo no Brasil (refere-se à eleição do presidente Lula em 2022). Aí eu espero que essas organizações todas se encontrem, com tantas outras mais, para garantir uma perspectiva, esse horizonte transformador nessa política. [...] nesse sentido tanto as organizações feministas são fundamentais, os movimentos de mulheres são fundamentais, como as trabalhadoras, a organização das trabalhadoras domésticas, por exemplo, é importante aqui, as trabalhadoras de saúde, da assistência social.

A gente sabe que quando desce para a política pública, as vezes, elas não se conversam e, as vezes, elas já estão com a sua visão bem assim: a assistência social já passou a matriz da política da assistência social, que é importante para consolidar uma políticas, o SUAS, por exemplo, o SUS tem outra, mas e quando a gente articula no cuidado que envolve essas e outras áreas da política pública, com essa perspectiva feminista e antirracista. Então eu acho que é um exercício que a gente vai ter que... é um bom exercício, as trabalhadoras dos serviços, as gestoras e o movimento, assim, de colocar demandas, as necessidades, porque no final das contas quando a gente fala do cuidado, a partir dessas organizações, acho que a chave aí é também a gente pensar quais são as necessidades que uma política de cuidado precisa atender. A gente houve as mulheres no movimento, a gente vê que elas vão muito além, o que: “ah o cuidado de crianças de 0 a 3 anos na creche”, isso é fundamental, mas o que mais? O cuidado dos idosos [...], mas o que mais? Quais as sutilezas, o que as mulheres estão reivindicando?. (CLARA)

A discussão do cuidado deve ser relacionada com a proteção social na sociedade capitalista periférica, com os limites e as dificuldades que o país possui para ampliar os investimentos sociais, envolvendo tantos os impasses econômicos quanto os políticos e ideológicos. A construção de um debate nacional sobre política de cuidado pressupõe uma reorganização do sistema de proteção social e mudanças nas diferentes políticas sociais que o integram, assim como a construção de políticas específicas que precisam ser amplamente debatidas.

O cuidado atravessa toda a sociedade, é imprescindível para a vida e a participação social afeta a todas as pessoas, conforme afirma MMM9:

[...] o cuidado com as crianças e os idosos é comum para as mulheres no campo, na cidade, negras, brancas, indígenas, trabalhadoras, estudantes. A sobrecarga e a violência são os primeiros assuntos que nos identificamos. Contudo, como esse trabalho gera lucro (pelo Estado ou o mercado não precisarem pagar, ou se responsabilizar, e pelos homens seguirem esse mesmo caminho), é uma realidade muito difícil de mudar. Precisa de uma organização coletiva para socializar os cuidados. Demandar mais creches, asilos, lavanderias e restaurantes populares, barateamento dos alimentos, transportes que levem em conta não só o trajeto casa e trabalho, mas os muitos trajetos presentes no cotidiano das mulheres. É preciso organização a nível local, estadual e nacional. (MMM9).

As mudanças culturais estão presente nas reflexões: “[...] o desafio é a mudança de paradigmas em relação ao que está colocado na sociedade que são ‘tarefas das mulheres’ e ‘tarefas dos homens[...]’” (MMM4). MMM7 concorda: “Os desafios estão na estrutura da sociedade, na educação de homens e mulheres, na estrutura capitalista que sustenta o patriarcado. Homens, mesmo de esquerda, não enxergam o tema como essencial para manutenção da vida.” Identifica-se que mudanças nas relações familiares, na socialização das crianças, no compartilhamento de cuidados sofrem influências externas e também influenciam a vida em comunidade. Um processo que envolve gerações, conflitos, mas necessário para a construção de uma nova sociedade.

A MMM tem questionado o modelo de família nuclear imposto pela sociedade

capitalista devido ao fato de estar sustentado na ideia da divisão sexual do trabalho. Com isso, procura legitimar os laços de amor e afetividade construídos pelas pessoas e demonstrar a necessidade da reorganização da sociedade, tanto em relação ao âmbito doméstico quanto à produção de mercado:

Rechaçamos o modelo de família nuclear imposto pela sociedade patriarcal e capitalista como o único modelo de família legítimo. Nos desafiamos a construir laços de amor e afetividade a partir de nossos desejos e práticas. Sabemos que a heteronormatividade é um dos pilares que sustenta a divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito doméstico quanto na organização da economia voltada à produção no mercado com base na desigualdade. Defendemos uma economia voltada ao cuidado da vida, o que implica o reconhecimento e a divisão igualitária do trabalho doméstico e de cuidados, que é fundamental para a sustentabilidade da vida. (MMM, 2022).

A valorização e o incentivo, realizados socialmente, do modelo de família patriarcal não somente invisibiliza as diferentes formas de organização familiar, mas, da mesma forma, produz estereótipos e discriminações em relação às outras vivências de família. Identificamos anteriormente, pela amostra das participantes da pesquisa, a diversidade de experiências que existem e que podem oferecer um ambiente de colaboração e afeto, sem que isso signifique romantizar as contradições internas.

Relacionadas às necessidades de mudanças culturais estão as campanhas realizadas pela MM buscando refletir com as estruturas sindicais e a população que vive nas áreas rurais sobre os papéis sociais de homens e mulheres:

[...] dentro da marcha a gente tem feito, nesse molde da campanha, para trazer essa discussão interna, dentro das nossas estruturas sindicais também, mas para além delas, tem que chegar até as famílias, chegar nesses lares. A gente tem que desconstruir isso que a sociedade sempre construiu, de que é serviço doméstico, que é da reprodução, é das mulheres, é responsabilidade das mulheres e aquele trabalho produtivo, mesmo as mulheres também estando neles, é para os homens. [...] (MARGARIDA).

Mudanças culturais precisam ser acompanhadas de mudanças estruturais e o relato de MMM10 provoca reflexões de que uma outra sociedade envolve novas relações sociais:

[...] O cuidado pode e deve ser um tema de todas e todos. Não apenas de movimentos feministas, mas de qualquer movimento que reivindica o socialismo e a justiça social. É um desafio o reconhecimento, pelos diferentes grupos, da centralidade do cuidado nas nossas vidas e a compreensão de que as desigualdades em sua distribuição permeiam diferentes dimensões da vida de todos nós e reproduzem opressões. (MMM10).

Relacionada às mudanças culturais está a questão da remuneração do trabalho de cuidado, lembrado por MMM8: “[...] acho que o principal desafio é principalmente que esse trabalho do cuidado seja reconhecido como um trabalho que precisa ser remunerado, e bem remunerado, e que é ele que sustenta o capitalismo cotidianamente [...]”.

A remuneração é contraditória porque, ao mesmo tempo que poderia gerar renda para as mulheres, insere o cuidado em uma relação mercadorizada que pressupõe

internalizar nos lares o trabalho assalariado. Uma outra questão é que a remuneração não implica, necessariamente, em rupturas com a divisão racial e sexual do trabalho, uma vez que não questiona a separação e a hierarquia do trabalho de homens e mulheres.

Além disso, restringe o acesso ao cuidado àqueles que possuem condições financeiras de pagar por esse “serviço”, reforçando a privatização enquanto uma questão a ser resolvida pelas famílias. Por outro lado, a discussão sobre a socialização do trabalho de cuidado implica em maior participação do Estado e da comunidade, enquanto corresponsáveis pelo cuidado.

Há ainda, nessa discussão, a necessidade de refletir sobre o papel da comunidade para que não implique em uma forma de privatização. As relações comunitárias são importantes devido a sua desmercadorização, mas também podem gerar exploração ou um dever moral de cuidar, por isso o cuidado enquanto direito exige uma construção que permita às pessoas poder escolher não cuidar. As relações baseadas em laços de solidariedade e ajuda mútua precisam ser ressignificadas porque o capitalismo também se valeu delas no processo de acumulação de riqueza.

Diante do exposto, fica evidente que existem desafios para transformar o tema do cuidado como um eixo articulador dos diferentes movimentos feministas, mas muitos avanços podem ser evidenciados nessa direção, considerando que a maioria das participantes da pesquisa relacionam o debate do cuidado com as questões estruturais do racismo, do patriarcado e do capitalismo, sendo esse um ponto em comum.

Quando passamos a olhar como essas pautas de denúncia e de reivindicação ingressam na agenda pública, por meio do diálogo nas conferências de políticas públicas para as mulheres, identificamos que as mulheres têm feito essa articulação, ocupando esses espaços e levantando suas demandas. As conferências nacionais de políticas para as mulheres foram até 2016 um lugar de debate sobre as políticas na perspectiva de gênero, além de se caracterizarem como um dos canais institucionalizados de participação social, por isso é imprescindível identificar como a pauta do cuidado se relaciona com a construção de propostas para a incorporação nas políticas públicas.

Apesar dos dados da pesquisa apontarem um reduzido número de participantes da pesquisa nas conferências nacionais de políticas públicas para as mulheres, compreende-se que as conferências são espaços de diálogos entre representantes do Estado e da sociedade civil, abrangendo diferentes mulheres: profissionais liberais, donas de casa, trabalhadoras rurais, mulheres extrativistas e da floresta, índias, lésbicas, mulheres de todos os credos religiosos, enfim, mulheres na sua diversidade. As etapas preparatórias envolvem encontros, rodas de conversa e discussões em todas as regiões do país.

O quadro abaixo apresenta as principais informações das últimas quatro conferências:

Ano	Tema	Eixos temáticos	Número de delegadas
2004	Propostas de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres	1. Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra. 2. Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de segurança. 3. Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais. 4. Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos. 5. Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.	1.787
2007	Avanços e obstáculos para a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres e a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, consolidados dos Relatórios Estaduais	1. Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2. Educação inclusiva e não sexista, antirracista, não lesbofóbica e não homofóbica; 3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, autonomia das mulheres sobre seu corpo com respeito às suas diversidades e especificidades. 4. Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres; 5. Gestão, monitoramento, avaliação, controle social do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.	2.800
2011	Autonomia e igualdade das mulheres	1. Autonomia econômica e social. 2. Autonomia pessoal das mulheres. 3. Autonomia cultural. 4. Autonomia política, institucionalização. 5. Financiamento de políticas públicas para as Mulheres.	2.125
2016	Mais direitos, participação e poder para as mulheres	1. Contribuição dos Conselhos de Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades: Avanços e desafios. 2. Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: Avanços e desafios. 3. Sistema político com participação das mulheres e igualdade: Recomendações. 4. Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações	2.214

Quadro 10 – Informações sobre as conferências nacionais de políticas para as mulheres realizadas no Brasil

Fonte: Relatórios das conferências nacionais de políticas para as mulheres. Organização: a autora.

As propostas relacionadas ao tema do cuidado estão distribuídas nos diferentes eixos, não configurando em nenhuma das conferências uma discussão central. Destaca-se que na primeira Conferência uma das propostas aponta a responsabilidade estatal no desenvolvimento de políticas públicas voltadas a modificar a divisão sexual do trabalho por meio do reconhecimento da sua importância social, da ampliação de equipamentos sociais e serviços e da educação pública e construção social de novos valores voltados a viabilizar novas formas de sua efetivação. (BRASIL, 2004).

As mulheres reunidas na primeira Conferência reconhecem que “(...) a organização do Estado, especialmente a sua lógica de formulação de políticas, interfere na vida das

mulheres determinando, sancionando, reproduzindo ou alterando padrões de relações de gênero, raça e etnia, e a liberdade de orientação sexual” (BRASIL, 2004, p.97). Essa Conferência é um marco na discussão dos direitos das mulheres e da construção da política nacional para as mulheres: “(...) considerando as mulheres como sujeito e não apenas como apêndice da família ou recurso poupador de investimentos públicos”. (BRASIL, 2004, p.104).

A segunda Conferência inicia com a avaliação e apontando as dificuldades das mulheres para a vida social devido às consequências da divisão sexual do poder, do saber e do trabalho doméstico, parental e de cuidados. Denuncia também as políticas do Governo Federal que mantiveram uma separação entre o econômico e o social: a política econômica que delimita os gastos públicos e privilegia o pagamento do setor financeiro internacional com o pagamento da dívida e a consequente pauperização da vida.

Na terceira Conferência há um subitem no eixo 01, que trata do compartilhamento de responsabilidades domésticas: cotidiano, uso do tempo e equipamentos públicos (BRASIL, 2011). Na quarta Conferência o destaque é para as necessidades de ampliação dos serviços públicos para crianças, idosos, pessoas com deficiência, nas áreas urbana e rural. (BRASIL, 2016).

De modo geral as propostas envolvem a busca de mudanças culturais e de valores sexistas; serviços públicos de cuidados (creches, escolas integrais, serviços para idosos e pessoas com deficiência – em período integral, incluindo finais de semana); ampliação da licença maternidade e paternidade; valorização e regularização do trabalho doméstico; redução da jornada de trabalho sem redução de salário; ampliação do acesso das mulheres a seguridade social.

Ao comparar as propostas das conferências com as propostas reivindicatórias das participantes da pesquisa (quadro 9), observa-se que elas se conectam. Não há dúvida de que a ampliação das políticas públicas interfere na dinâmica das famílias e na vida das mulheres, assim como a educação não sexista pode ampliar a participação dos homens no trabalho de cuidados. Porém, é apenas o início de um processo de mudança maior, porque o cuidado como um direito humano e da natureza amplia-se para o questionamento da organização econômica- social da sociedade capitalista.

Nesse item, destaca-se ainda que no período 2003 a 2016 os governos dos presidentes Lula e Dilma possibilitaram maior diálogo entre os movimentos de mulheres e estrutura governamental e a ausência de conferências de políticas públicas para as mulheres nos governos seguintes, dos presidentes Temer e Bolsonaro, é um dos fatores que demonstram que essa relação se tornou mais distante.

4.3 AS PERSPECTIVAS DO CUIDADO NAS MARCHAS DE MULHERES

Em síntese do processo de pesquisa realizada, destacamos as perspectivas

do cuidado presente nas marchas de mulheres no Brasil: a sustentabilidade da vida, a interdependência entre as pessoas e a natureza, o Bem Viver e o território. As três primeiras localizam a forma de tratamento do tema nas marchas de mulheres; e o território demonstra a necessidade de situar a discussão em um tempo-espaço vivido por pessoas que constroem a sua história, em um determinado contexto e sendo transpassadas pelas desigualdades sociais.

4.3.1 A sustentabilidade da vida, a interdependência entre as pessoas e a natureza, o Bem Viver

O ponto de partida para a discussão sobre o tema do cuidado são as necessidades e demandas em uma perspectiva de interdependência entre as pessoas e a natureza: “Que todas as pessoas precisam de cuidados, não só crianças, idosos ou doentes, toda pessoa humana necessita de cuidados. Mas o cuidar não pode continuar sendo tarefa exclusiva das mulheres. Todos precisam aprender a cuidar.” (MMM11).

A interdependência entre as pessoas e a natureza, codependência ou, ainda, ecocodependência, também foi identificada na pesquisa documental, conforme o trecho a seguir:

[...] **São as mulheres que cuidam da natureza e das pessoas** – crianças, idosas ou adultas ao longo de toda a sua vida, e são as mulheres negras que cuidam ainda mais. Nosso tempo e nossa força de trabalho são vistos como inesgotáveis por esse sistema, e o mercado apresenta falsas soluções para que possamos suportar a sobrecarga de jornadas superextensas de trabalho, como estimulantes e remédios para aliviar as dores físicas. Dizemos não a essas falsas soluções. **Defendemos o reconhecimento da interdependência entre as pessoas e a natureza**, bem como o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados, que são essenciais para a sustentabilidade da vida. O Estado, os homens e toda a sociedade precisam assumir a responsabilidade com esse trabalho. (MMM, 11/07/2015, grifos nossos).

Na MM esse debate é mais explícito devido à relação das mulheres trabalhadoras do campo com a terra, as águas e a floresta. Nessa relação direta, se produz alimentos para o comércio, trocas entre a vizinhança, doações para amigos e parentes e, especialmente, para o autoconsumo da família. Além disso, as práticas agroecológicas e reprodução de sementes crioulas garantem qualidade de vida para a família e a proteção ao meio ambiente. (TEIXEIRA; GALINDO; AGUIAR, 2019).

Na aproximação em algumas regiões da MMM com as mulheres trabalhadoras rurais, o cuidado passa a ser relacionado também com o tema da alimentação adequada, a soberania alimentar e a agroecologia, nas palavras de Clara:

[...] a relação da nossa pauta do cuidado junto com o tema da alimentação, da segurança alimentar. Então isso é uma outra entrada que a gente tem construído bastante, construído muito no diálogo com as mulheres do campo da marcha mesmo, que estão fazendo agroecologia, então esse é um eleito importante. E essa é uma coisa, essa dimensão da alimentação e da soberania

alimentar, essa é uma diferença, em vários espaços, quando a gente está fazendo o debate [...]. (CLARA).

Identificamos que em países periféricos, como o Brasil, o fato de a necessidade básica de alimentação adequada não ser atendida devido à situação de pobreza da população, torna-se um dos elementos centrais em termos de cuidado. A “crise do cuidado” é, antes de tudo, uma “crise” de acesso a condições básicas de vida e de autonomia. Margarida apontou que a questão da alimentação tornou-se central devido à volta do país ao mapa da fome:

[...] a pauta da fome, por exemplo, nos anos 2000 a Marcha foi movida a partir das violências e da fome que a gente passava, e agora a gente volta a esse lugar de fazer esse debate porque são mais de 33 milhões de pessoas passando fome no nosso país e a maioria está no campo, infelizmente né, e é muito contraditório isso, como que a gente está falando do campo, que é produtivo, ou pelo menos deveria ser produtivo, e é nesse lugar que a fome se instala. Então isso é contraditório e a gente precisa fazer essa reflexão, política sobre a fome, será que o campo não produz por que não quer? ou por que as condições não são dadas? Mas a gente tem feito, esse debate na marcha também vem muito forte, essa pauta contra a fome [...]. (MARGARIDA).

Tendo em vista que as mulheres são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidado, atribuindo a elas uma sobrecarga emocional que é responder aos filhos a falta de alimentos, em situação extremas, isso se torna um tema recorrente nos movimentos de mulheres que estão preocupadas em como serão atendidas as necessidades objetivas de suas famílias. Identifica-se também o impacto que a ausência de políticas públicas tem na vida das mulheres, pois elas interferem diretamente na reprodução social.

Por outro lado, a interdependência entre as pessoas e a natureza demonstra ainda que os cuidados são necessários durante toda a vida e exige respeito aos ciclos e as especificidades de cada fase, por isso se vincula ao atendimento dos direitos humanos. O fato de seres humanos e da natureza formarem uma totalidade, indispensável para se viver, faz com que o uso dos recursos naturais e sua exploração afetem as famílias e o trabalho de cuidado. A contaminação da floresta e a destruição da biodiversidade geram impactos na saúde e no processo de envelhecimento, gerando sobrecarga às mulheres, especialmente trabalhadoras rurais e indígenas. (CEPAL, 2022).

Nesse aspecto, cabe uma outra reflexão, que é a relação do cuidado com os bens comuns, por exemplo, o acesso à terra e à água potável, que em contexto de privatização, mercantilização e/ou mudanças climáticas interferem diretamente na sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados realizados pelas mulheres. São elas que irão caminhar longas distâncias para garantir a água para o consumo da família; são elas que terão que lidar com a estiagem e a ausência dos companheiros nos períodos de migração, conforme relatou Margarida.

Além disso, pesquisa da CEPAL (2022) demonstrou que no Brasil, em 2012, o tempo de trabalho não remunerado de pessoas com mais de quinze anos, por sexo, é maior em

lares que possuem uma ou mais privação, seja em relação ao saneamento, à precariedade de materiais de construção das casas, à segurança e à carência de água. Se nos lares sem privação as mulheres utilizavam 24,5 horas com o trabalho doméstico, nos lares com pelo menos uma privação esse número sobe para 26,2 horas. Os dados sobre os homens demonstram que quase não há diferença, sendo, respectivamente, 10,7 horas e 10,8 horas de trabalho doméstico.

Os dados, além de demonstrarem a persistente desigualdade entre os sexos, reafirmam que quanto mais precário o acesso aos bens comuns (água, saneamento), moradia adequada e, podemos incluir aqui, eletrodomésticos, especialmente geladeira e fogão elétrico, maior a sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres. Diante disso, quando a MMM apresenta o debate dos cuidados, relacionando-o com a economia feminista e a sustentabilidade da vida, ela destaca tanto o fato que o funcionamento do sistema econômico procura ocultar a relação entre produção e reprodução, deslocando todos os custos da reprodução humana para os lares, quanto a necessidade de garantir as condições para a reprodução social e assegurar a continuidade da sociedade humana. (CARRASCO, 2003).

No âmbito da chamada reprodução ocorre a sustentabilidade da vida, ou seja, todo trabalho humano, especialmente das mulheres, que atende às necessidades básicas e permite que as pessoas tenham condições de participar da vida social. Nas palavras de MMM12, o “cuidado é um trabalho, trabalho esse que é parte da produção do viver e da sustentabilidade da vida”. Assim, a discussão sobre as necessidades básicas construídas por meio do cuidado modifica a forma de organização social que passa a estar voltada para as pessoas e não mais para o acúmulo de riquezas.

Não há uma separação entre o trabalho doméstico e o de cuidados. São entendidos como articulados, pois integram o mesmo processo de produção/reprodução da vida, ambos pensados a partir da divisão sexual do trabalho, o que explica a predominância das mulheres e a sua desvalorização social, conforme aponta MMM6: “Trabalho doméstico e de cuidado pensados a partir da divisão sexual do trabalho.”

A produção do viver pode ser representada pela fala de MMM8: “Produzir o viver, seja ele fazer a comida, limpar a casa, lavar a roupa, dar banho nas crianças/idosos, dar os remédios, levar na consulta... um geral da produção do viver!”. Aqui também não há uma diferenciação entre o trabalho doméstico e de cuidados, mas a sua relação com as atividades objetivas que se desenvolvem no cotidiano (cozinhar, limpar, lavar, entre outras).

Os aspectos subjetivos do trabalho de cuidados são indicados na fala de MMM9: “O cuidado com a reprodução da vida. Seja o trabalho doméstico, como limpar, cozinhar, mas também o trabalho mental de organização da casa e os outros cuidados reprodutivos: cuidados com os idosos, os doentes, as crianças etc.” As dimensões afetivas, de segurança, de construção de vínculos, de orientação são essenciais na construção de uma concepção de cuidado.

No Caderno três de Formação da MM de 2019, que tem como título “Por autonomia econômica, trabalho e renda, por terra, água e agroecologia”, o cuidado é relacionado à discussão da economia feminista, enquanto um trabalho da esfera reprodutiva que apresenta as seguintes características:

ESFERA REPRODUTIVA Se refere à (re)produção das pessoas: desde a gestação até o cuidado para que elas estejam aptas para trabalhar e viver em sociedade. Esse cuidado envolve o trabalho doméstico, ligado a tarefas como preparar a comida, limpar a casa, lavar, passar, etc., mas também **o trabalho de cuidados, que exige uma disponibilidade permanente para estar atenta as (aos) outras (os) e prover- lhe o que necessita**. Todo trabalho realizado nessa esfera é considerado trabalho reprodutivo. (TEIXEIRA; GALINDO; AGUIAR, 2019, p.8).

Nesse sentido, o cuidado é representado enquanto um trabalho necessário, desde a gestação até o fim da vida, relacionado ao trabalho doméstico, mas que se particulariza pela “disponibilidade permanente” de “atender a necessidade de outra pessoa”. A maneira que a sociedade patriarcal-racista-capitalista se sustenta no trabalho de cuidado das mulheres exige delas um renunciar de si mesma e uma dedicação integral, podendo somente realizar projetos próprios no tempo e no espaço que o “outro” liberar; por isso, as adaptações de trabalho informal, período parcial e trabalho produtivo dentro do ambiente doméstico, por exemplo.

Em relação à MMN, apesar do tema dos cuidados não aparecer de forma explícita na Carta da Marcha de 2015, relacionamos o cuidado com a discussão do Bem Viver, que questiona todas as formas de discriminação de raça, classe, gênero, sexo e geração, entre outras, e busca construir uma nova forma de gerir o coletivo e o individual:

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). (MULHERES NEGRAS, 2022, s/p).

Na carta da MMN consta a necessidade de garantir o direito à vida, à liberdade, à promoção da igualdade racial, ao trabalho, emprego das trabalhadoras negras em todas as atividades (citando o trabalho rural, de migrantes, trabalhadoras domésticas, catadoras de materiais recicláveis e o combate à discriminação no mercado de trabalho), direito à terra, ao território e à moradia/direito à cidade, à justiça ambiental, à defesa dos bens comuns e a não mercantilização da vida, à seguridade (Assistência Social, Saúde e Previdência), à educação e à justiça. (MULHERES NEGRAS, 2022).

A centralidade está na defesa do autocuidado, o que pode ser relacionado ao fato das mulheres negras serem a maioria na provisão desse trabalho e, inversamente, as que recebem menos cuidados, conforme o relato de MMN1: “No que participo de pertencimento e de merecimento de cuidado”. As participantes da pesquisa que representam a MMN

destacaram a necessidade de acolhimento e de atender às necessidades concretas das mulheres do coletivo, o que reforça essa constatação:

Ele é bem amplo, o cuidado é pensado no todo para se colocar e opinar em pautas pela luta de mulheres negras e suas famílias. Onde as pautas de cuidados são amplamente debatidas. E pensada ações de acolhimento. E também o cuidado entre si, acolhimento físico mesmo de necessidades básicas como cestas básicas e também se alguma companheira solicitar articular ajudas de suas demandas concretas. (MMN2).

O reconhecimento, enquanto cuidadoras e da necessidade de autocuidado, está presente no relato de MMM3: “Cuidados em prol do bem-estar das pessoas envolvidas no movimento, preocupação a respeito da saúde mental e física, necessidades básicas de vivência cotidiana.” Para isso, as mulheres negras procuram fazer do movimento um espaço de acolhida, partilha e de experiências comunitárias.

Logo, compreende-se a reação urgente que as marchas tiveram em realizar ações concretas e agir politicamente pressionando o Estado no enfrentamento à pandemia da Covid-19. A vida das mulheres periféricas e suas famílias foram mais expostas devido a vários fatores, conforme indicado no primeiro capítulo, entre eles as condições de moradia, emprego e renda, enquanto trabalhadoras de áreas essenciais.

Portanto, garantir condições dignas para o conjunto da população é o primeiro pressuposto de uma sociedade que tem o cuidado no centro, o que exige reconhecer que a vulnerabilidade é uma condição humana, bem como a autonomia e a dependência são sempre relativas (CEPAL, 2022). Essa visão exige mudanças na organização social, um debate amplo sobre o tempo dedicado ao trabalho e às necessidades humanas de cuidado, o papel do Estado e as características das políticas sociais.

4.3.2 O território

O cuidado é realizado no cotidiano, em um espaço-tempo, por isso onde se vive e as relações estabelecidas com e no território influenciam na definição do cuidado, no acesso às políticas públicas e nas relações comunitárias que se estabelecem. A perspectiva territorial do cuidado pode ser observada entre as participantes da pesquisa, especialmente, as particularidades das mulheres trabalhadoras rurais (a preocupação com a natureza - fonte direta de alimentos, água) e das mulheres negras periféricas (a fome, o racismo, o genocídio, o encarceramento). As mulheres urbanas, com mais possibilidade de acesso à renda, às políticas públicas e à cidade se voltam ao compartilhamento dos cuidados, ao acesso ao mercado de trabalho, entre outras.

O território não se resume a uma delimitação geográfica, mas é fonte de vida, de relações sociais e comunitárias, de pertencimentos e modos de vida. Nas palavras de Milton Santos (1994), é sinônimo de espaço humano, espaço habitado. O autor apresenta um conflito entre o espaço local (vivido) e um espaço global, habitado por um processo

ideológico de origem distante e que chega a cada lugar com seus objetivos e normas para servi-los. O neoliberalismo ou a globalização reduzem as possibilidades de afirmações das formas de viver cuja solidariedade, ou melhor, o território compartilhado, se desenvolve.

Santos (1994) afirma que assim como os créditos internacionais são disponibilizados para os países “pobres”, para que eles estabeleçam redes a serviços do grande capital, as comunidades também podem se unir horizontalmente, criando base para uma vida comum. Relacionando essas ideias com o tema do cuidado e as discussões do primeiro capítulo, percebe-se que desde a entrada dos países da América Latina, especialmente, o Brasil no mercado mundial, se deu uma imposição de uma cultura e um modo de ver eurocentrado e, mais tarde, estadunidense, que subordina todos os conhecimentos, experiências e modos de vida local.

Nesse percurso, se reproduzem processos coloniais hierarquizantes da população, gerando desigualdades sociais estruturais e históricas, as quais formam uma particularidade da região. Por outro lado, as comunidades tradicionais, indígenas, negras, e as populações periféricas resistem e compartilham a vida nas comunidades. O cuidado das mulheres negras e pobres, com suas experiências e saberes ancestrais, torna-se fonte primária e central de proteção social nas sociedades periféricas.

No território se desenvolvem movimentos próprios de entregas, doações e trocas de cuidados que permitem a reprodução da vida em contextos de desigualdades sociais, de falta de acesso a serviços públicos e onde o mercado não encontra condições de se desenvolver. Por isso, o cuidado rechaça a sua mercantilização e surge das experiências familiares, comunitárias, de parentesco, de compadrio e amizade, assim, possibilitando a sua vinculação a formas alternativas ao modo de produção capitalista, sendo associado à agroecologia, à economia solidária e às relações de solidariedade e de autocuidado.

Diante disso, construir políticas de cuidado, a partir das necessidades e demandas da população, pressupõe considerar o território em que elas vivem, as relações que estabelecem e o que desejam para suas vidas. Nesse caminho, as protagonistas devem ser as mulheres nas e com suas comunidades:

[...] Então a gente está falando de pessoas que vivem essa realidade do país, então a gente precisa também de pessoas que escutem, nos escutem e que façam políticas dentro desse lugar, das especificidades de cada região, de cada povo, de cada cultura. E a Marcha é isso, a Marcha tenta olhar para todas essas nuances, sem perder de vista que o nosso propósito é isso, é o bem-estar, é o bem viver, é estar bem onde a gente escolheu viver e não ter como opção a saída do nosso lugar, da nossa terra, do nosso chão para ir para lugares incertos. Então por isso que a gente milita muito desse lugar da gente, que a gente está, que a gente vive. [...]. (MARGARIDA).

A diversidade do Brasil começa com a distribuição territorial da população; o número de habitantes chegou a 213,3 milhões em 2021, segundo as Estimativas da População divulgadas pelo IBGE. Dos 5.570 municípios, 17 deles possuem mais de um milhão de

pessoas e concentram 21,9% da população, sendo São Paulo o mais populoso, com 12,4 milhões de habitantes. Se, por um lado, existem municípios que possuem menos de mil habitantes como, por exemplo, Serra da Saudade (MG) com 771, por outro lado, 47,7% da população do país se concentra nas regiões metropolitanas. Outro dado interessante é que 67,7%, (ou 3.770 municípios) têm menos de 20 mil habitantes, concentrando apenas 14,8% da população (31,6 milhões de habitantes). (IBGE, 2021).

Os dados demonstram uma concentração de pessoas nas regiões metropolitanas e isso repercute em disparidades no interior das próprias cidades. Segundo o Boletim, as desigualdades nas metrópoles têm crescido o protagonismo econômico, social e político dessas regiões, mas os desafios em termos de violência urbana, condições de moradia, acesso aos serviços públicos e as barreiras para o exercício da cidadania são enormes, sem contar com as desigualdades internas, exemplo da ampliação da situação de pobreza e extrema pobreza conforme abaixo:

Entre 2020 e 2021 mais de 3,8 milhões de brasileiros residentes nas metrópoles brasileiras entraram em situação de pobreza, registrando 19,8 milhões de pessoas no conjunto das Regiões Metropolitanas, o maior valor da série histórica. Esse contingente representa 23,7% da população metropolitana e corresponde a um aumento de 7,2 milhões de pessoas em relação a 2014, quando aquele contingente representava 16% da população. (...) A pobreza extrema também registrou recorde histórico em 2021 e atingiu 5,3 milhões de pessoas no conjunto das Regiões Metropolitanas, o que representa 6,3% da população. Mais da metade destas, 3,1 milhões de pessoas entraram nesta situação nos últimos 7 anos, sendo 1,6 milhões delas apenas em 2021. (SALATA; RIBEIRO, 2022, p. 4).

Diante disso, a dimensão territorial está presente no debate porque interfere diretamente nas necessidades de cuidado e nas respostas do poder público, das famílias e da comunidade. Identificamos tanto uma concentração de pessoas nas regiões metropolitanas e aumento da situação de pobreza e extrema pobreza, especialmente no contexto da pandemia, quanto um amplo número de municípios pequenos, ambos possuem dificuldades com infraestrutura e o desenvolvimento de políticas públicas que considerem a realidade local e contem com a participação ativa da população.

Por fim, destacamos que a pauta do cuidado presente nas marchas de mulheres no Brasil considera a perspectiva territorial e vincula-se a uma concepção em que:

- o cuidado é um direito humano e da natureza, indispensável para a reprodução da vida. Em constante debate e em construção, essa perspectiva pressupõe a presença da luta social visando garantias legais e de políticas públicas para atender ao direito ao cuidado na sua interdependência, sem perder de vista o horizonte de que isso somente será possível plenamente com a superação do capitalismo.
- a definição do trabalho de cuidado envolve relações objetivas e subjetivas, vinculado ao atendimento das necessidades humanas, com interação direta com o acesso aos bens comuns (natureza), especialmente a terra e a água;

- o cuidado é realizado em um determinado espaço-tempo, em um cotidiano e em um território, no qual os saberes e experiências dos povos e comunidades tradicionais produzem um Bem Viver que confronta com a mercantilização e privatização da vida no capitalismo; e,

- o protagonismo das mulheres em denunciar a opressão e a exploração do trabalho de cuidado, bem como reivindicar políticas de cuidado, exigindo o compartilhamento com o Estado e os homens, produz mudanças irreversíveis nas relações sociais entre os sexos que impactam diretamente no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese parte do pressuposto de que o cuidado é uma forma de trabalho que se caracteriza como uma ação humana que está vinculada à produção do viver, indispensável para que as pessoas desenvolvam suas potencialidades e possam participar da vida social. Na sociedade capitalista periférica o cuidado está estruturado na divisão racial e sexual do trabalho e às desigualdades de classe, raça e sexo que são produzidas nessas relações. Com isso, todo trabalho social que se vincula ao feminino é desvalorizado socialmente, especialmente o trabalho doméstico e de cuidados.

No primeiro capítulo buscamos compreender o debate do cuidado no contexto do Cone Sul latino-americano e, nesse percurso, relacionamos o capitalismo com o racismo e o sexismo, enquanto categorias interligadas que sustentam a acumulação de grandes grupos capitalistas internacionais, em detrimento da exploração e opressão de negros, mulheres, latinos e crianças, entre outros grupos oprimidos. Por isso, no Cone Sul, o cuidado é discutido enquanto um trabalho que se realiza na intersecção, ou, como optamos trazer no estudo, na consubstancialidade de classe, raça e gênero.

Com isso foi buscado romper com falsas dicotomias: o produtivo e o reprodutivo, o público e o privado, ou seja, com a visão binária do mundo. Essa herança europeia é questionada para que possamos nos ver e nos situarmos no mundo como sujeitos processuais que se constroem nas relações sociais. O cuidado, em suas dimensões objetivas e subjetivas, se constrói na relação entre sujeitos em um determinado contexto, necessita, portanto, que condições materiais sejam dadas. A superexploração do trabalho, as fragilidades das políticas públicas, a persistência da pobreza e das desigualdades na região são impasses para que o cuidado se concretize.

Há diferentes enfoques nos estudos sobre o cuidado no Cone Sul. A escolha teórica da abordagem na perspectiva da economia e da sociologia feminista se deu devido a sua relação com o trabalho e com a organização social do cuidado, que envolve diferentes instituições: a família, o Estado, o mercado e as relações comunitárias. Permitiu identificar elementos comuns nos países, como a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados sobre as mulheres, o tempo desigual dedicado pelos homens, as desigualdades que afetam mais as mulheres, negras e rurais.

A pandemia da Covid-19 foi avassaladora na região devido às dificuldades de acesso à política de saúde e à ausência de estrutura nas comunidades e nas casas. Destaca-se o papel desenvolvido pelas famílias e, nelas, as mulheres, devido à ausência do Estado e de mercado de trabalho protegido. As políticas de cuidado foram despidas nesse contexto e mostraram os seus aspectos familistas, maternalistas, focalizados e seletivos, ou seja, o quanto são insuficientes para atender às necessidades de quem precisa de cuidado e, ainda mais, de quem cuida.

Partindo da constatação de que os movimentos de mulheres são essenciais para a

inclusão da perspectiva de gênero das políticas de cuidado, construímos o segundo capítulo com o objetivo de refletir de maneira teórico-prática sobre a atuação dos movimentos feministas no Brasil. Identificamos que a história de luta social das mulheres inicia com a colonização, na resistência dos povos originários contrários à imposição do capitalismo.

A luta social se modifica historicamente com as alterações na sociedade brasileira de âmbito econômico, político, cultural e social, mas permanece ativa com as mulheres escravizadas lutando pela liberdade e dignidade, depois as sufragistas, as socialistas e as mulheres do campo. Antes mesmo de se nomearem feministas, as mulheres constroem a história do movimento feminista brasileiro, uma história una (porque visa a superação da opressão das mulheres) e diversa (como são as mulheres), repletas de conflitos e contradições.

A tomada da consciência do racismo e do sexismo é um processo conflituoso para as mulheres, mas necessário para o engajamento político. Não tem data e nem horário para acontecer porque é um processo que se faz no caminho, em avanços e retrocessos. Apesar de parecer individual, se desenvolve no coletivo. Nos momentos grupais, as mulheres refletem sobre a sua condição, constroem ações conjuntas e mobilizam grandes atos públicos nas ruas. Nos últimos anos identifica-se uma diversidade de marchas se manifestando. Destacamos a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo.

Relacionada aos grandes atos públicos está a participação ativa nas redes sociais, as quais tem sido utilizadas para a produção de conteúdo relacionado às pautas defendidas, às denúncias de violações de direitos, à divulgação e publicização do movimento, à arrecadação de fundos para as ações do próprio coletivo e também para ações de solidariedade. Esse processo de intensificou na pandemia da Covid-19 com encontros e formações virtuais.

A diversidade das mulheres negras, urbanas e rurais criam movimentos próprios visando demonstrar suas particularidades e necessidades, mas destacamos o apoio entre as marchas e com outros movimentos sociais do campo progressista, especialmente o movimento negro e sindicais. Essas articulações têm possibilitado a entrada de demandas das mulheres em diversos espaços, públicos e privados. Além da ampliação de cargos políticos nos diferentes poderes.

Assim, para avançar na discussão da tese, o terceiro capítulo teve como objetivo examinar as concepções de cuidado e políticas de cuidado presentes nos movimentos feministas no Brasil, bem como as conquistas e os desafios enfrentados. De antemão, identificamos que os movimentos feministas não possuem uma preocupação teórica em definir um conceito programático de cuidado e, conseqüentemente, não há uma única concepção, mas concepções distintas de acordo com o lugar que as mulheres ocupam, mesmo dentro de um mesmo movimento, e que varia de acordo com o seu engajamento.

Podemos perceber concepções diferentes entre as marchas, mesmo que elas se

relacionem em algum momento. A MMM vincula o cuidado com a economia feminista, realiza a discussão a partir da autonomia econômica das mulheres, de certo modo, engloba, em sua abordagem, todas as outras concepções. As concepções da MM dialogam com a MMM devido, inclusive, a sua própria história e configuração. Na MM é mais explícita a relação do cuidado com a divisão sexual do trabalho, com a “ajuda” no campo, a relação com a natureza e o papel das políticas públicas na vida das mulheres trabalhadoras rurais.

Na MMN/SP o cuidado é relacionado à própria vida das mulheres negras e seus filhos. O ponto de partida é o impacto do racismo nas suas vidas, ou seja, como o racismo molda as relações sociais no Brasil e se intersecciona com classe e sexo. O trabalho da mulher negra, dentro e fora de casa, vinculado ao doméstico e ao cuidado, bem como o autocuidado estão presentes. Além disso, a busca de atender às necessidades básicas das mulheres, objetivas e subjetivas, para possibilitar a sua participação social no movimento.

Nas pautas das marchas de mulheres percebemos que a palavra cuidado é utilizada com diferentes significados, dependendo do contexto em que é empregada. Por ser uma palavra polissêmica, aparece em vários momentos, nem sempre relacionada ao trabalho das mulheres. Feita essa observação, podemos afirmar que o cuidado aparece na pauta de forma transversal, diluído nos diferentes conteúdos, se caracteriza por ser estrutural porque está presente nas definições dos movimentos, nas diferentes pautas, na organização dos atos públicos, em conteúdo das redes sociais, nas formações políticas.

No último capítulo da tese procuramos demonstrar elementos da realidade brasileira relacionados ao trabalho de cuidado doméstico-familiar. Apesar de conteúdo vinculado à temática ter sido abordado no primeiro capítulo, ainda havia lacunas, como a particularidade das trabalhadoras domésticas brasileiras que acumulam o trabalho doméstico e de cuidados e a ausência do direito ao cuidado na legislação. Ademais, o cotidiano, enquanto um espaço-tempo de cuidar e de ser cuidado e suas possibilidades de alienação e/ou transformação, permitiu um olhar diferente para o papel da socialização das crianças e dos homens na luta feminista por igualdade.

Nesse processo, identificamos que as pautas de reivindicação e de denúncia que são levantadas pelos movimentos de mulheres, principalmente aquelas vinculadas a mudanças culturais, possuem conquistas ao adentrarem no diálogo com o poder público, via conferências nacionais de políticas para as mulheres. Porém, permanece o desafio de construir propostas que impactem na divisão sexual do trabalho e que sejam impulsionadoras de mudanças estruturais.

Após esse processo, destacamos as perspectivas presentes nas marchas de mulheres que precisam ser consideradas na construção de concepções de cuidado: a sustentabilidade da vida, a interdependência entre as pessoas e a natureza, o Bem Viver e o território. Em comum a questão de que as necessidades humanas e da natureza não estão sendo atendidas por essa sociedade, sendo urgente mudanças estruturais que coloquem a vida e o bem-estar das pessoas no centro das decisões econômicas e políticas.

A óptica territorial aponta que nesse movimento é preciso respeitar as relações comunitárias, as diferentes culturas, tradições e conhecimentos ancestrais das comunidades. Considerar onde e como as pessoas vivem, para que elas possam participar ativamente das decisões sobre os rumos do seu país e do planeta.

Diante disso, o objetivo geral da tese, de analisar o cuidado na pauta de três movimentos feministas brasileiros nos últimos dez anos e suas refrações nas visões das militantes e de lideranças dos movimentos, foi sendo cumprido. O processo de pesquisa localizou o cuidado na pauta dos movimentos, refletiu sobre suas articulações com a realidade do Cone Sul e do Brasil e buscou concepções que tivessem significado na própria história dos movimentos. Para isso, se valeu de conhecimentos que emergiram das militantes e das lideranças dos movimentos, as quais enriqueceram e ampliaram o debate sobre o cuidado ao relacioná-lo com a produção do viver.

A tese defendida é que as marchas de mulheres constituem movimentos feministas no Brasil, por isso, inclusive, marchas de mulheres e movimentos feministas foram utilizados, muitas vezes, como sinônimos no decorrer da exposição. O cuidado, enquanto trabalho que se desenvolve na consubstancialidade entre classe, raça e gênero, aparece de forma transversal na pauta e na organização dos movimentos, vinculados às discussões sobre a autonomia, divisão sexual do trabalho, autocuidado, entre outras. Isso repercute na visão das militantes e lideranças que representam um movimento vivo, construído no processo de luta e com disputas de espaços, as quais apresentam as contradições do processo, por isso o cuidado aparece com vários contextos, com vários significados.

Isso tudo demonstra a necessidade de novos estudos sobre a temática, que incluam outros movimentos feministas brasileiros ou, ainda, estudos voltados para analisar a relação entre movimentos feministas e governos na construção de políticas de cuidado.

Além disso, esse momento histórico, em que as eleições de 2022 elegerem Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República, pode ser propício para a ampliação do debate sobre o cuidado na sociedade e repercutir em mudanças nas políticas de proteção social existentes, bem como a criação de novas políticas públicas.

Este estudo contribuiu com a identificação de elementos essenciais do trabalho de cuidado, que emergem do conhecimento popular e que podem ser sintetizados em: o cuidado como um direito humano e da natureza; a sua interação direta com o acesso aos bens comuns (natureza), especialmente a terra e a água; a centralidade dos saberes e das experiências dos povos e comunidades tradicionais na produção do Bem Viver; e o protagonismo das mulheres na construção de políticas de cuidado.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, São Paulo, 2015.

AFONSO, Gina. **Que cuidados diante do poder corporativo global?** Conversa coletiva sobre os territórios da economia feminista. Cuba, México, Espanha, Alemanha: Dia 16 de novembro de 2021. 1 vídeo (120 minutos). [Webinar].

AGUIRRE, Rosario. La política de cuidados en Uruguay: ¿un avance para la igualdad de género?. **Revista Estudos Feministas**, vol. 22, n.3, set-dic 2014. p. 795-813.

AGUIRRE, Rosario; FERRARI, Fernanda. **La construcción del sistema de cuidados en el Uruguay**: En busca de consensos para una protección social más igualitaria. Serie Políticas Sociales n. 192. Comisión Económica para América Latina; Naciones Unidas: Santiago de Chile, 2014.

ALVEZ, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 (versão kindle) p. 53-69.

ALVES, Giovanni. **O que é o precariado?**. Publicado em 22/07/2013. <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>. Acesso em: 12 de out. 2022.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, ano 3, n.2, 1995. p. 458-463

BATTHYÁNY, Karina. **Políticas del cuidado**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Casa Abierta al Tiempo, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210406022442/Políticas-cuidado.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021

BATTHYÁNY, Karina. **Miradas latinoamericanas a los cuidados**. CLACSO. Siglo XXI. Buenos Aires. México D. F.. 2020.

BATTHYÁNY, Karina. **Las políticas y el cuidado en América Latina**: Una mirada a las experiencias regionales, Santiago de Chile: CEPAL, 2015.

BENERIA, Lourdes. **Trabajo productivo/ reproductivo, pobreza, y políticas de conciliación en América Latina**: consideraciones teóricas y prácticas. Cohesión social, políticas conciliatorias y presupuesto público: una mirada de género. UNFAPA/GTZ. México, DF, 2006. p. 74-86.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n.52, ago./dez. 2018. p.31-68.

BENGOA, Cristina Carrasco. A Economia Feminista: Um Panorama Sobre o Conceito de Reprodução. **Temáticas** 26, n. 52, agosto/dezembro 2018, pp. 31-68.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLASS, Leila; HIRATA, Helena; SOARES, Vera. Prefácio 2ª edição. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021. p.11-22.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O Projeto de Pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados na Pesquisa Social e qualitativa. **Revista Humanidades em Perspectivas**. vol.1, n.1, jan-jun 2019. p. 89-107.

BRASIL, SEPM. **Relatório final da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2016.

BRASIL, SEPM. **Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2011. 130 p.

BRASIL, SEPM. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2007. 130 p.

BRASIL, SEPM. **Anais da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2004. 164 p.

BRASIL, SEPM. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso: em 03 jan. 2022

BRASIL, SEPM. Lei nº 12.519, de 10 de Novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112519.htm . Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL, SEPM. Lei nº 12.987, de 2 de Junho de 2014. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL, SEPM. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 21 nov. 2022

BRITO, Priscila. **Primavera das mulheres e o desafio da ação feminista na internet**. Disponível em: Para onde vamos?: feminismo como movimento social. coordenado por Carmen Silva; ilustrado por Isabella Alves. Recife: SOS Corpo, 2020. p. 54-59

BRUSCHINI, Cristina. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, jan./abr. 2009.

BUENO, Nayara Cristina; PREUSS, Lislei Terezinha. Proteção social no cone sul da América Latina no século 21: entre o seguro e a assistência social. **Revista Direito em Debate**, 29(54), 154–164.

BUENO, Nayara Cristina; PREUSS, Lislei Terezinha. Os direitos sociais no foco do ajuste fiscal: uma análise de conjuntura da aprovação da emenda constitucional n.95/2016.

PROPAGARE: revista científica do Centro Universitário Campo Real. v. 9, n. 2, Guarapuava-PR, jul-dez, 2019, p. 55-70.

CAMTRA. **Relembrar para não esquecer**: Primeira vítima da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. Notícia de 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://camtra.org.br/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/> . Acesso em: 15 nov. 2022.

CARLOTO, Cássia Maria; BUENO, Nayara Cristina. O impacto da pandemia da Covid-19 nas mulheres em situação de extrema pobreza. **Anais do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**: "Imperialismo, neofascismo e socialismo no século 21". GT 4 - Gênero, raça e classe como sistemas interligados de dominação e exploração. Realizado de 13 a 17 de setembro de 2021. ISSN 2177-9503. p.609- 619

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 06 mar. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 12 out. 2022.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?. In: NOBRE, Miriam e NALU, Faria (Orgs.). **Cadernos Sempreviva**, São Paulo: SOF, 2003. p.11-49

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa. **El trabajo de cuidados**: historia, teorías y política, Madrid: Catarata, 2011. p.13-95.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.13-62.

CAVENAGLI, Suzana. Fecundidade e dinâmica da população brasileira. UNFPA. Brasília, 2018.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **La sociedad del cuidado Horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género**. (LC/CRM.15/3), Santiago, 2022.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Panorama Social de América Latina**, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47718/S2100655_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 16 jan. 2022.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Panorama Social da América Latina**, 2019. Resumo executivo. Santiago, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf Acesso em: 12 jan.2021.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes**. Santiago, 2019b. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45032/S1900723_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y Acesso em: 07/ jun. 2021.

CEPALSTAT. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**: población en situación de pobreza extrema y pobreza según área geográfica. Actualizado em 25 de mayo de 2021. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=1&lang=es>. Acesso em 11 nov. 2021.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 132, São Paulo, 2018b. p. 211-230. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. **Revista Serviço Social em Revista**, vol. 22, n.2, Jan/Jun. 2020. p. 425-440 DOI: 10.5433/1679-4842.2020v22n2p425

CORONADO, Jaime. Notas sobre desigualdad, colonialidad y poder en América Latina. In:

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B (Org.). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Salvador: UFBA, 2008. p. 23-50.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do estado capitalista**: uma análise da reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10. 2ª semestre 2002. p.301-323

CRENSHAW, Kimberle. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins- interseccionalidad-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2022.

CUENTRO, Ana Cecília Nascimento. **Novos coletivos Jovens e o desafio da permanência**. Disponível em: Para onde vamos?: feminismo como movimento social. coordenado por Carmen Silva; ilustrado por Isabella Alves. Recife: SOS Corpo, 2020. p. 24-29

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política & Sociedade**. v. 3 n. 5. 2004.

DAL PRÁ, Keli Regina; MIOTO, Regina Célia Tamaso; WIESE, Michelly Laurita. O cuidado como direito social: uma questão contemporânea para o Serviço Social. Anais do **16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. De 2 a 7 de dezembro de 2018. Vitória, BR.

DALY, Mary; LEWIS, Jane. El concepto de 'social care' y el análisis de los Estados de Bienestar contemporáneos. In: Carrasco Bengoa, Cristina; Borderías, Cristina; Torns, Teresa. **El trabajo de cuidados. Economía Crítica y Ecologismo Social**. Spanish Edition. Los Libros de La Catarata, Madrid: 2011. p. 223-249.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178.

DRAIBE, Sonia; RIESCO, Manuel. **El Estado de Bienestar Social en América Latina**: una nueva estrategia de desarrollo. Fundación Carolina. Madrid, 2011

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta [et al.]. Why we need a new welfare state. Oxford University Press. **3 A New Gender Contract**, 2002. p.68 – 95.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, n.24, 1991. p.85-116.

ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. **Las lógicas del cuidado infantil**: entre las familias, el estado y el mercado. Buenos Aires: IDES 2012.

ESQUIVEL, Valeria. **La economía del cuidado en América Latina**: poniendo los cuidados em el centro de la agenda. San Salvador: PNUD, 2011.

EVERS, Tilman. **El Estado en la periferia capitalista**. 3 ed. Editora Siglo XXI. México, Argentina, Colômbia, Espanha. 1885. p. 07-16.

FARIA, Nalu. **Feminismo em marcha para mudar o mundo**. 2015. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Feminismo-em-marcha-para-mudar-o- mundo-Nalu-Faria.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp: 2009. p. 256-261.

FRANZONI, Juliana; VOOREND, Koen. **Sistemas de patriarcado y regímenes de bienestar em América Latina**: ¿Una cosa lleva a la otra?. Fundación Carolina. CeALCI. Madrid, 2009.

GALETTI, Camila Carolina H. **Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. Anais do 18º REDOR: perspectivas feministas e de gênero: desafios no campo da militância e das práticas.** Universidade Federal Rural de Pernambuco: Recife – PE. 24 a 27 de novembro de 2014. Disponível em: ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/533/771 acesso em 28/02/2022.

GANDHI, **Anuradha. Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista.** 2ª edição. Nova Cultura, 2018.

GODINHO, Tatau. **Feminismo, prática política e luta social.** Disponível em: https://www.sintrajud.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Feminismo-pratica-politica_TatauGodinho.pdf - Acesso em: 30 maio 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola, São Paulo: 1997

GONZALEZ, Débora de Fina. Quando Feminismos e Estado se encontram (?) Brasil e Chile no 'Ciclo Progressista'. **Tese (doutorado)** Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo: 2019.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político- econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino- americano: ensaios.** 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.49-64

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. As "ajudas": o cuidado que não diz seu nome. **Estudos avançados.** n.34 (98), 2020. pp. 07-23. doi: 10.1590/s0103- 4014.2020.3498.002.

HIRATA, Helena. Por una arqueología del saber sobre Cuidado en Brasil. **Miradas latinoamericanas a los cuidados.** In: ACUNA, Irma Arriagada [et al.]; 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI, 2020. p.107-124

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução Bhuvi Libanio. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro. População estimada do país chega a 213,3 milhões de habitantes em 2021. Agência IBGE notícias, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31458-populacao-estimada-do-pais-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-em-2021>. Acesso em: 03 jan. 2023

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.** Tradução Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais De Sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Ed. Unesp: 2009. p. 67-76.

LIRA, Priscila Lemos. Movimento de mulheres negras e o Serviço Social. **Dissertação (Mestrado)** Pós Graduação em Serviço social e Políticas Sociais, Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa** [online]. nº.9. Bogotá - Colombia: Julio-diciembre, 2008. p.73-101. ISSN 1794-2489.

MARCONDES, Mariana Mazzini. Transversalidade de gênero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda. **Tese de doutorado,** Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

- MARCONDES, Mariana Mazzini; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Perspectiva de gênero nas licenças por nascimento: uma análise do Brasil, da Argentina e do Uruguai durante governos de esquerda. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 57, n. 228, p. 11-36, out./ dez. 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6 ed. Coleção Pátria Grande. Florianópolis: Insular, 2017. p.13-72.
- MARTINS, Ana Paula Antunes. Corporificação e visões de mundo da Política Feminista e de Mulheres na Contemporaneidade: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017). **Tese (doutorado)**, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UNB. 2018
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **O Manifesto comunista**. Versão digital: Rocket, 1999.
- MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. **Cuidados no Brasil**: Conquistas, legislação e políticas públicas. FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, edição especial: trabalho e Justiça Social. 2020
- MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Revista Libertas**, n. 1, vol. 13. Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. p. 9-72.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1993.
- MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Mulheres em Marcha**. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso em: 16 set. 2021
- MMM, Marcha Mundial das Mulheres. **Feminismo em movimento**: caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres. Publicação da SOF. São Paulo, abril de 2019.
- MMM, Marcha Mundial das Mulheres. Carta mundial das mulheres para a humanidade. **V Encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres**, Ruanda, 10 de Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/cartamundialdasmulheresparaahumanida.de.pdf>.
- MONTAÑO; Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social** (Biblioteca Básica de Serviço Social). São Paulo, Cortez, 2011.
- MULHERES NEGRAS. **Comitê nacional**. Disponível em: <https://mulheresnegrasmarc.wixsite.com/marchamulheresnegras>. Acesso em: 30 maio 2022.
- NETTO, José Paulo. Para ler o Manifesto do Partido Comunista. In: NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2014.
- NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e crítica. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 64-91
- NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Tradução Flávia Biroli. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, maio-agosto/2008. p. 305-332.
- OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Desfechos de saúde e COVID-19 nas Américas**: diferenças de sexo. Janeiro de 2020 a janeiro de 2021. Disponível em file:///C:/Users/Cliente/Downloads/OPASPHEEGCOVID-19210007_por.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.
- OROZCO, Amaia Perez. El conflicto capital-vida: aportes desde los feminismos. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 38, jan/abr. 2021. p. 54-66.

ORTEGA, Javier Sulé. **A velhice quer ser bela na América Latina**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-28/a-velhice-quer-ser-bela-na-america-latina.html> Acesso em 18/04/2023.

PARLAMERICAS. **Guia de políticas**: Licença parental. Secretaria Internacional do Parlamento das Américas: Canadá, 2020.

PAUTASSI, Laura. Do “Boom” do cuidado ao exercício de direitos. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**. v.13, n.24, 2016. p.35-42.

QUIJANO, Aníbal. **Des/colonialidad y bien vivir**: un nuevo debate en América Latina. Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder: Universidad Ricardo Palma. Lima, 2014. p.137-192.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

ROWLAND, Robyn; KLEIN, Renate. Radical Feminism: History, Politics, Action. In: **Radically Speaking: Feminism Reclaimed**. North Melbourne, Victoria: Spinifex Press, 1997. Tradução de Maria da Silva. p. 9-17.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. Editora Expressão Popular e Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo: 2015.

SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022.

SALLÉ, María Ángeles; MOLPECERES, Laura; INFANTE, Estíbaliz. **Análisis de Legislación Discriminatoria en América Latina y el Caribe en Materia de Autonomía y Empoderamiento Económico de las Mujeres**. Serie legislación Discriminatoria. Cuaderno N°1. ONU Mujeres y la Secretaría General Iberoamericana (SEGIB). 2ª Edición. Diciembre 2018.

SAMAHA, Michel Jorge; ADELANTADO, José. Diversidade étnica e regimes de bem-estar na América latina. IN: COSTA, L. C. da; VALLE, A. H. Del. **A Seguridade Social no Brasil e na Argentina**: os direitos sociais em tempos de ajustes neoliberais. Guarapuava, Brasil: UNICENTRO, 2017. p.31-52.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: ; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**, São Paulo: Hucitec, 1994. p.15-20.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54. Salvador, Set./Dez. 2008. p. 505- 517.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: debates e tendências**. vol. 7, n.1, jan/jun 2008a. p. 9-21.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. p. 23-74.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura**: Gramsci. 3.ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila.

SILVA, Alexandre; ROSA, Tereza Etsuko da Costa; BATISTA, Luís Eduardo; Kalckmann, Suzana; Louvison, Marília Cristina Prado; Teixeira, Doralice Severo da Cruz; Lebrão, Maria Lúcia. Iniquidades raciais e envelhecimento: análise da coorte 2010 do Estudo Saúde, Bem- Estar e Envelhecimento (SABE). **Revista Brasileira Epidemiologia** 2018. p.01-14.

SILVA, Berenice Gomes da. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. **Dissertação (Mestrado)** Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SILVAEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (Orgs.) **Trabalho Doméstico e de Cuidados**: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em: <<https://www.acessa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de pesquisa**. v.43, n.149. 2013. p. 478-481.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Orgs.). **Cuidado e Cuidadoras**: as várias faces do trabalho de care. São Paulo: ed. Athas, 2012. p.103-116.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 3ªed. São Paulo: Fundação Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

SOScorpo, Instituto Feminista para a Democracia. **Começa hoje o Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos**. Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=7288>. Acesso em: 27 dez. 2022

STERNBACHM, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHRYK, Patricia; ALVAREZ, Sonia E.. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Revista Estudos Feministas**. v.02, n.02, Florianópolis jan./jun. 1994.

SUCUPIRA, Fernanda; FREITAS, Taís V. de. As desigualdades de gênero nos usos do tempo. In: MORENO, Renata (Org.) **Feminismo, economia e política**: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. p.105-122.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. (Feminismo Plurais). São Paulo, Jandaíra, 2021.

TEIXEIRA, Anna Carolina Carvalho Batista; GALINDO, Eryka Danyelle Silva; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto (Orgs.). **Caderno 3: por autonomia econômica, trabalho e renda por terra, água e agroecologia**. Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares Participantes da Oficina Nacional de Elaboração dos Cadernos de Debate, Brasília: 22 a 25 de janeiro de 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: editora Alameda, 2017.

NAYARA CRISTINA BUENO (AUTORA) - é Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Possui Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta-Grossa – UEPG (2023). Mestrado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (2013) e graduação em Serviço Social pela UNICENTRO (2010). Discute os seguintes temas: Proteção Social, Seguridade Social, Famílias, Trabalho Social com Famílias, Políticas de Cuidado, Gênero. É Líder do grupo de pesquisa: Estado, Sociedade Civil, Políticas Sociais e Exercício Profissional e desenvolve ações na extensão universitária com projetos voltados a prevenção à violência de gênero.

LISLEI TERESINHA PREUSS (CO-AUTORA) - é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1996). Possui mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: proteção social, política social de saúde, política social de saúde na América Latina. Está nas coordenações da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da UEPG/HURCG e HUMAI e da pós-graduação Gestão em Saúde UAB/NUTEAD.

TESES DE DESTAQUE - PPGCSA

AUTORA

NAYARA CRISTINA BUENO

COAUTORA

LISLEI TERESINHA PREUSS

TESES DE DESTAQUE - PPGCSA

AUTORA

NAYARA CRISTINA BUENO

COAUTORA

LISLEI TERESINHA PREUSS